

mercado de trabalho

conjuntura e análise

| novembro 2009 |

41

MTE MINISTÉRIO DO
TRABALHO E EMPREGO

ipea 45
anos
Por um Brasil desenvolvido

Governo Federal

Ministério do Trabalho e Emprego

Ministro – Carlos Roberto Lupi

Secretário Executivo – André Peixoto Figueiredo Lima

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**

Ministro – Samuel Pinheiro Guimarães Neto

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Ferreira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

João Sicsú

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das
Instituições e da Democracia** (em implantação)

José Celso Pereira Cardoso Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

**Diretora de Estudos e Políticas Regionais,
Urbanas e Ambientais**

Liana Maria da Frota Carleial

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, Inovação,
Produção e Infraestrutura**

Márcio Wohlers de Almeida

**Diretor de Estudos, Cooperação Técnica e
Políticas Internacionais**

Mário Lisboa Theodoro

Chefe de Gabinete

Persio Marco Antonio Davison

Assessor-Chefe de Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

mercado de trabalho conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável

Lauro Ramos

Membros

Carlos Henrique Leite Corseuil

Luiz Eduardo Ruckert Parreiras

Roberto Henrique Sieczkowski Gonzalez

Equipe de Apoio

Italo Cabral de Souza

Julio Castro Alves de Lima e Silva

Luana Moreira de Souza Furtado

Marina Ferreira Fortes Aguas

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ipea ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

AGRADECIMENTOS

Ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao IBGE, à Fundação Seade e ao Dieese por cederem os dados necessários à elaboração desta edição.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO	7
NOTAS TÉCNICAS	13
TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: RUMO À ERRADICAÇÃO	15
Ricardo Paes de Barros Rosane Mendonça	
A DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS DO TRABALHO SEGUNDO A PNAD DE 2008	27
Fábio Monteiro Vaz	
AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: MUDANÇA OU REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE?	33
Natália de Oliveira Fontoura Roberto Gonzalez	
MERCADO DE TRABALHO	39
Carlos Henrique Leite Corseuil Luana Furtado Marina Aguas	
ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLITICAS PÚBLICAS	47
INTRODUÇÃO	49
OS EFEITOS DA CRISE MUNDIAL SOBRE OS EMPREENHIMENTOS AUTOGESTIONÁRIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA FILIADOS À UNISOL BRASIL, E O PAPEL ANTICÍCLICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	51
Arildo Mota Lopes	
A CRISE FINANCEIRA E OS CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS	55
Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis	
BANCOS COMUNITÁRIOS	59
João Joaquim de Melo Neto Segundo Sandra Magalhães	
ANEXO ESTATÍSTICO	65

APRESENTAÇÃO

Os recém-divulgados dados da Pesquisa Mensal do Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE) para o mês de outubro confirmam os principais pontos destacados na análise do desempenho do mercado de trabalho no terceiro trimestre: a manutenção da trajetória de queda da taxa de desemprego e do número de desempregados continua sendo o grande destaque positivo. A tendência ascendente dos rendimentos reais médios e, mais importante, da massa de rendimentos foi interrompida, mas os dois indicadores ainda se encontram em patamares bem mais elevados que no mesmo período do ano passado. Esta já não é, contudo, a situação da ocupação, que em outubro último voltou a ficar abaixo do nível de 2008, de forma similar ao ocorrido em junho passado. A dificuldade de o mercado recuperar o ritmo de crescimento da ocupação suscita alguma preocupação, sem dúvida, especialmente em um período em que os fatores sazonais são favoráveis. É possível que isto se deva a um hiato de resposta à superação da crise; mas até que esta ocorra, os bons resultados, mormente no que diz respeito ao desemprego, ficarão na dependência da continuação da retração da oferta.

Além da tradicional análise do comportamento do mercado de trabalho metropolitano, com base até o mês de setembro, obtido pela PME, pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED/MTE), e pela Pesquisa de Emprego e Desemprego do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (PED/Dieese), este número de *Mercado de trabalho: conjuntura e análise* procura explorar em detalhes os resultados para 2008 recentemente disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a PNAD, também do IBGE. Para tanto, integram este volume quatro notas técnicas, de autoria de pesquisadores do Ipea e colaboradores. A primeira aborda o trabalho infantil no Brasil, desde a apresentação de um panorama da evolução recente da incidência do fenômeno até uma radiografia atual do problema. A segunda nota foca a desigualdade de rendimentos no Brasil, analisando igualmente sua evolução recente e, com isso, contribuindo também para entender os determinantes desta evolução. O desenvolvimento da participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro ao longo do tempo é objeto da nota subsequente, a qual se ocupa não apenas de verificar e analisar seu acesso a postos de trabalho, mas também a intensidade do trabalho doméstico. Finaliza o conjunto de notas técnicas uma visão mais geral do desempenho do mercado de trabalho, tratando da evolução de seus principais indicadores, tais como desemprego, informalidade e rendimentos – circunscritos principalmente no período compreendido entre 2007 e 2008.

Por fim, este número reúne ainda três ensaios sobre economia solidária, os quais buscam mostrar como a economia solidária vivenciou – e ainda vivencia – algumas das dimensões da crise internacional que eclodiu no ano passado. A partir de abordagens e perspectivas distintas, os textos permitem perceber o grau em que a proposta e o alcance da economia solidária estão já enraizados na nossa realidade e conformam uma estratégia – cada vez mais consistente – de caminhos alternativos a serem incorporados efetivamente ao processo de desenvolvimento do país.

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

Esta análise tem por finalidade fazer uma breve apresentação do panorama conjuntural do mercado de trabalho brasileiro durante o período de julho a setembro de 2009, com base nos principais indicadores da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).¹ Com a finalidade de balizar a evolução dos indicadores evitando interferências de questões sazonais, procede-se aqui também a uma comparação com o passado recente, em particular com o terceiro trimestre de 2008.

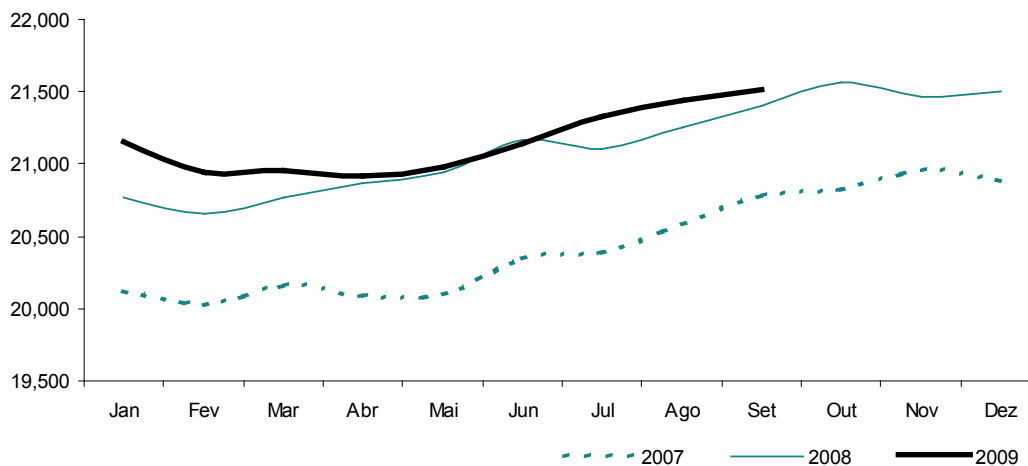
Ao examinar a capacidade de o mercado de trabalho gerar empregos, observa-se que a ocupação passa por um período de recuperação com relação aos dados obtidos ao longo deste ano. De fato, a média da população ocupada no intervalo de tempo em foco foi de aproximadamente 21,4 milhões, representando um crescimento, ainda que moderado, de 0,8% frente ao mesmo período de 2008. Vale notar que o crescimento deste indicador foi perdendo força durante o terceiro trimestre de 2009, tendo registrado 0,36% em setembro, ante uma taxa de 0,87% observada em julho.

Na comparação dos meses de julho a setembro de 2009 com os mesmos meses de 2008, conclui-se que o desempenho da ocupação foi positivo em todas as regiões metropolitanas (RMs), com exceção de Porto Alegre (-0,7%). Na outra ponta destaca-se Salvador, com aumento de 3,9% neste indicador.²

GRÁFICO 1

População ocupada

(Em 1 mil pessoas)



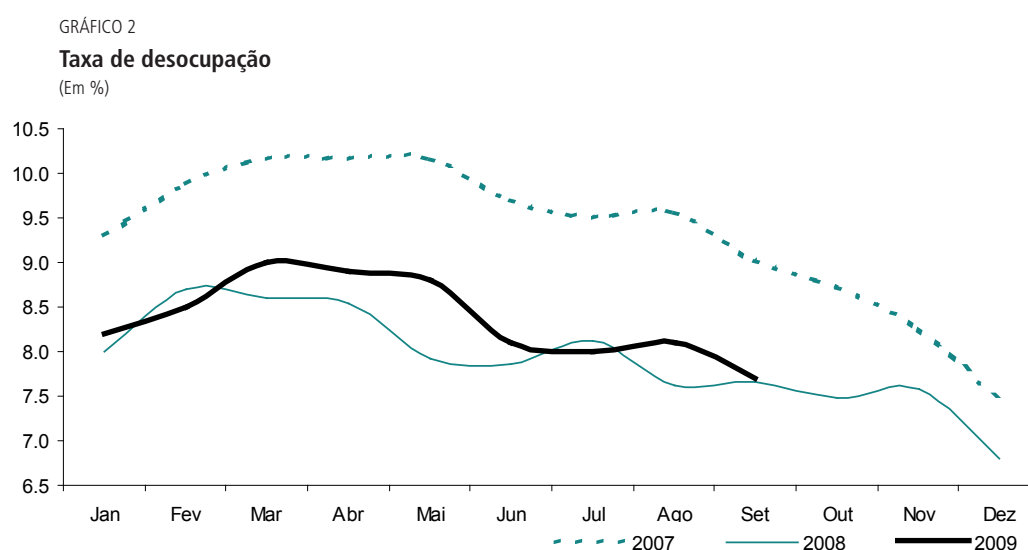
Fonte: PME/IBGE.

1. Também serão utilizados dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

2. As demais regiões apresentaram o seguinte desempenho: Belo Horizonte, 1,1%; São Paulo, 0,9%; Rio de Janeiro, 0,5%; e Recife, 0,2%.

No âmbito setorial, a análise do mesmo período mostra resultados mais heterogêneos. Por um lado, o nível de ocupação apresentou elevação na administração pública (3,5%),³ em intermediações financeiras (2,5%)⁴ e na construção (2,1%). Por outro lado, o segmento das outras atividades – em que predomina o setor agrícola –⁵ e indústria⁶ obtiveram queda significativa de 9,1% e 3,5%, respectivamente. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) também confirmam um desempenho negativo para indústria e agropecuária no que diz respeito ao número médio de desligamentos entre outubro de 2008 e setembro de 2009.

Com relação ao desemprego, o gráfico 2 apresenta a evolução da taxa nos últimos três anos para o agregado das seis RMs. É possível notar que os valores do terceiro trimestre de 2009 oscilam em torno dos valores registrados no terceiro trimestre de 2008: a taxa média do primeiro período é de 7,9%, enquanto a do segundo é de 7,8%. Além disso, a taxa de desemprego detectada em setembro de 2009, de 7,7%, é a mesma de setembro de 2008. Em termos regionais, a comparação apresenta variações que vão desde um declínio de 1,2 ponto percentual (p.p.) na RM do Rio de Janeiro até um aumento de 1,4 p.p. na do Recife.⁷



Fonte: PME/IBGE.

Ao considerar as taxas de desemprego aberto apuradas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (PED/Dieese), é possível constatar, no confronto entre trimestres, pequena elevação no comportamento agregado (0,5 p.p.). Relacionando esta taxa com a obtida pela PME, verifica-se que em termos regionais há alguma divergência: São Paulo é a RM com maior crescimento deste indicador (0,8 p.p.), enquanto Recife foi a única a apresentar queda (1,2 p.p.).

Concluída a descrição da ocupação e da desocupação, cabe investigar como a população economicamente ativa (PEA) se comportou diante da população em idade ativa (PIA), por

3. Esse agrupamento inclui, além da administração pública, educação, saúde, serviços sociais, defesa e seguridade social.

4. Esse agrupamento abrange, também, os serviços prestados a empresas, aluguéis e atividades imobiliárias.

5. A categoria abrange as atividades de agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.

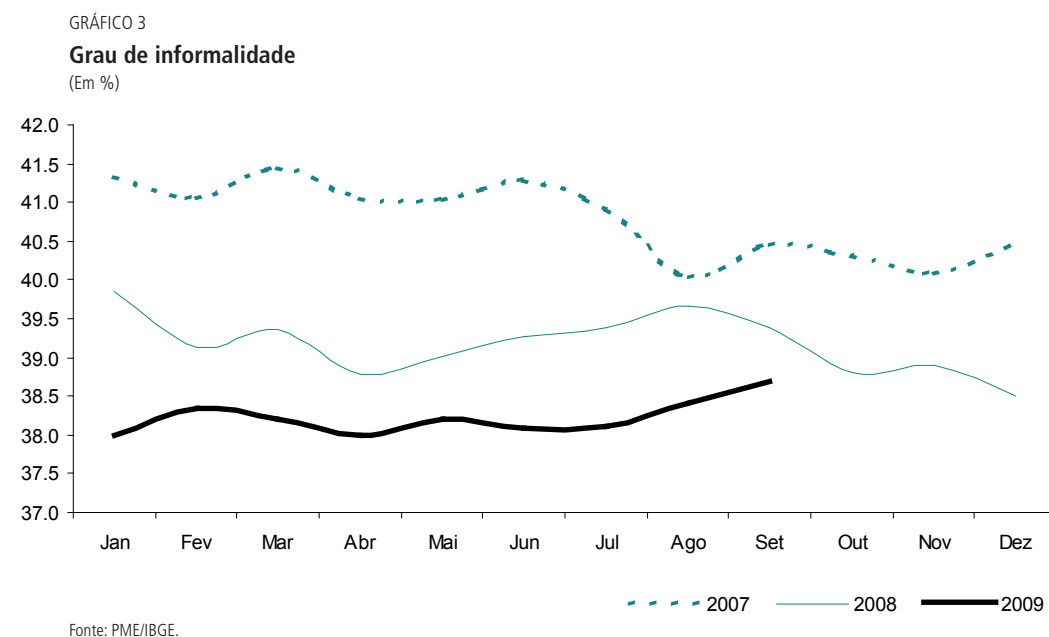
6. Nesse grupo estão inseridas as atividades de indústria de transformação, e atividades de produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

7. Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e São Paulo tiveram, respectivamente, variações de 0,3, -0,1, -0,4 e 0,8.

meio da taxa de participação. Os dados desta taxa ao longo do ano de 2009 permaneceram estáveis, em torno de 56,6%, mas, na comparação com os meses de julho a setembro de 2008, observa-se uma pequena redução (0,4 p.p.).

Outro aspecto que merece acompanhamento diz respeito às formas de inserção da população no mercado de trabalho. Quanto ao grau de informalidade, constata-se que a média dos últimos três meses, 38,4%, aponta para um decréscimo de 1,1 p.p. frente aos meses correspondentes em 2008. A trajetória dos trabalhadores assalariados ajuda a compreender a queda. Por um lado o ritmo de crescimento entre trimestres dos militares e estatutários foi de 3,8%, e o dos empregados com carteira assinada, 2,8%; por outro, os assalariados sem carteira assinada tiveram redução de 5%.

Cabe registrar, no entanto, a elevação do grau de informalidade experimentada durante o terceiro trimestre de 2009, que aparece de forma evidente no gráfico 3.



Por fim, no tocante à trajetória dos rendimentos médios reais habitualmente recebidos no trabalho principal, verifica-se retomada do crescimento a partir do mês de julho, conforme indica o gráfico 4. Também é visível que o ritmo de crescimento deste indicador ao longo do terceiro trimestre de 2009 é inferior ao que prevalecia no terceiro trimestre de 2008. Ainda assim, houve aumento de 2,5% nos rendimentos quando comparado o valor médio entre estes intervalos de tempo.

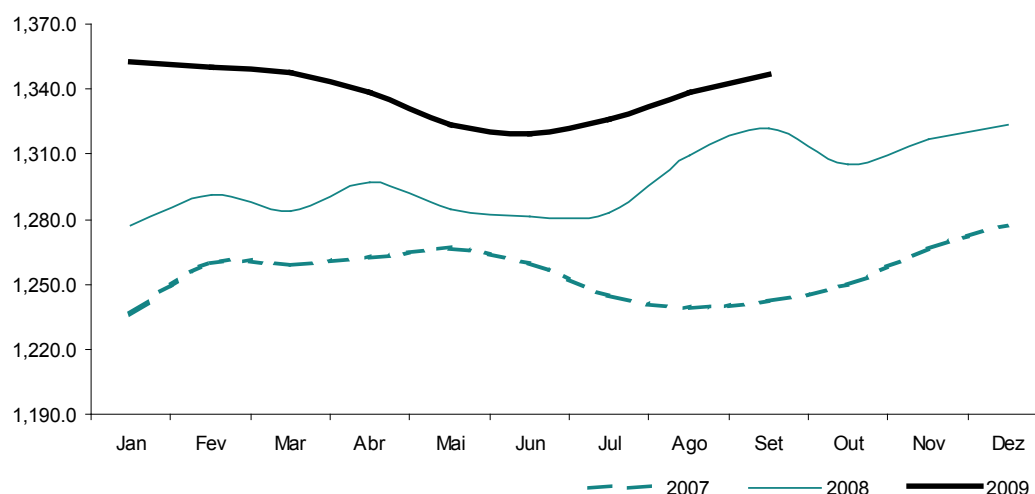
A elevação dos rendimentos no âmbito de um ano foi registrada para todos os grupos, tanto no recorte regional como por posição na ocupação. Neste último, vale notar que o aumento entre julho e setembro de 2008 e de 2009 é alcançado inclusive para o grupo dos empregados sem carteira, apesar de terem tido um desempenho negativo no nível de ocupação no período em foco. Destaca-se ainda que o acréscimo de 3,6% no rendimento dos empregados sem carteira foi bem superior ao aumento de 1,9% dos empregados com carteira assinada. Entre estes, a maior elevação ocorreu para os empregados do setor público (5,9%).⁸

8. Os trabalhadores por conta própria elevaram seus rendimentos em 2,6%.

GRÁFICO 4

Rendimento médio habitualmente recebido no trabalho principal

(Em R\$ de setembro de 2009)



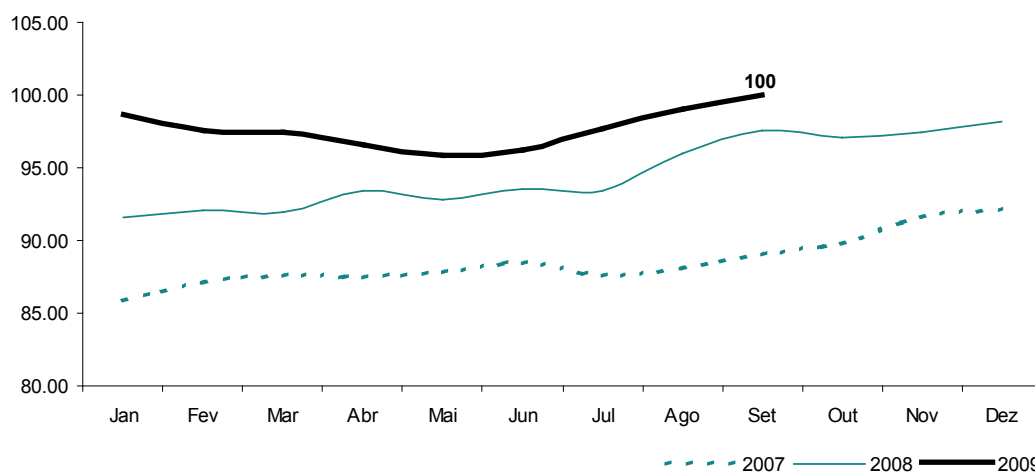
Fonte: PME/IBGE.

A evolução da massa salarial também merece destaque, por revelar uma recuperação no ritmo de crescimento nos três últimos meses (gráfico 5). Tal retomada reflete a melhora tanto dos rendimentos quanto da população ocupada. Também como no caso destes dois indicadores, a expansão da massa salarial no terceiro trimestre de 2009 ocorre num ritmo inferior ao registrado no terceiro trimestre de 2008. A variação entre estes trimestres foi de 3,4%.

GRÁFICO 5

Massa salarial

(Base: junho = 100)



Fonte: PME/IBGE.

Em geral, os indicadores analisados neste texto apontam para níveis melhores no terceiro trimestre do ano corrente do que aqueles registrados no início do ano, quando os reflexos da crise financeira internacional parecem ter se manifestado de forma mais intensa no mercado de trabalho brasileiro. No entanto, apesar de positivo, o avanço da maioria dos indicadores ainda ocorre de forma menos expressiva do que acontecia no terceiro trimestre de 2008, o que sugere que o mercado de trabalho brasileiro ainda não voltou a experimentar o ritmo de melhora que vigorava antes da crise.

NOTA TÉCNICA

TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: RUMO À ERRADICAÇÃO

Ricardo Paes de Barros
Rosane Mendonça

A DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS DO TRABALHO SEGUNDO A PNAD DE 2008

Fábio Monteiro Vaz

AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: MUDANÇA OU REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE?

Natália de Oliveira Fontoura
Roberto Gonzalez

MERCADO DE TRABALHO

Carlos Henrique Leite Corseuil
Luana Furtado
Marina Aguas

TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: RUMO À ERRADICAÇÃO*

Ricardo Paes de Barros**

Rosane Mendonça***

1 INTRODUÇÃO

A incidência do trabalho infantil no Brasil, como na maioria dos países em desenvolvimento, tem sido historicamente muito elevada. No início da década de 1990, 14% das crianças brasileiras de 5 a 14 anos (quase 5 milhões de crianças) ainda se encontravam engajadas em atividades econômicas. Desde então, dada a necessidade de se adotarem novos instrumentos para a sua proibição e para a eliminação das suas piores formas, o combate ao trabalho infantil intensificou-se no país.

Em 1998, a Emenda Constitucional nº 20 alterou para 16 anos a idade mínima na qual um adolescente pode ingressar no mercado de trabalho, salvo na condição de aprendiz, que pode ocorrer a partir de 14 anos de idade. Assim, desde 1998 o trabalho de crianças com idade inferior a 14 anos não é mais admitido nem na condição de aprendiz, embora a realidade social continue, por vezes, ignorando a lei. Em 2000, foi criado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), cujo principal objetivo é contribuir para a erradicação de todas as formas de trabalho infantil no país.¹ Também neste período, o Brasil ratificou duas importantes convenções internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT): a Convenção 182, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e das ações imediatas para sua eliminação,² e a Convenção 138, que se ocupa não somente da idade mínima para ingresso no mercado de trabalho – já presente na Emenda Constitucional de 1998 –, mas também estabelece algumas outras normas para coibir o trabalho infantil.³ O Brasil também participa, desde 1992, do Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC), um dos mais importantes instrumentos de cooperação da OIT no que respeita à articulação, mobilização e legitimação das iniciativas nacionais de combate ao trabalho infantil.

* Os autores agradecem a Mariana Fandinho, aluna do Mestrado em Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), por sua inestimável ajuda na elaboração desta nota. Agradecem também a Andrezza Rosalém e Samuel Franco pela geração das estimativas aqui apresentadas.

** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

*** Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora do Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento (Cede)/UFF.

1. O Peti é um programa de transferência de renda que faz parte da Política Nacional da Assistência Social (PNAS) do governo federal e que prioriza a retirada de crianças e adolescentes inseridos no trabalho. Para informações adicionais sobre o programa, acessar: <<http://www.mds.gov.br>>.

2. Em junho de 1999, a Conferência Geral da OIT foi convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Secretaria Internacional do Trabalho, instituindo a Convenção 182, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e das ações imediatas para sua eliminação. Apesar de incorporada à legislação brasileira em setembro de 2000 pelo Decreto nº 3.597, esta convenção só foi regulamentada recentemente, em junho de 2008, com a promulgação do Decreto nº 6.481, quando foram enumeradas 109 atividades econômicas que passaram a ser enquadradas na lista de piores formas de trabalho infantil – entre elas encontram-se a exploração sexual, o tráfico de drogas e o trabalho doméstico.

3. A Convenção 138 foi instituída pela OIT em junho de 1973, mas promulgada pelo Brasil somente em fevereiro de 2002 por meio do Decreto nº 4.134.

Importantes progressos no âmbito da produção e mensuração do trabalho infantil também têm sido observados no país ao longo da última década e meia. Em 1992, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE) passou a investigar a participação de crianças de 5 a 9 anos no mercado de trabalho. Em 2001, foi incluído na PNAD um suplemento especial para avaliar, entre outras questões, a incidência do trabalho penoso. Em 2006, a PNAD ganhou um suplemento voltado à avaliação do impacto do trabalho infantil sobre a saúde. Hoje, o Brasil é reconhecido internacionalmente por sua excelência na coleta e disponibilização de informações sobre o trabalho infantil.

Nesta nota, procura-se documentar o progresso alcançado pelo país na redução do trabalho infantil ao longo da última década e meia, além dos desafios que ainda precisam ser enfrentados para que a sua completa erradicação seja efetivamente alcançada. Aproveita-se a oportunidade para ressaltar os impactos negativos que o trabalho tem sobre o desenvolvimento infantil, em particular sobre a escolaridade e a saúde.⁴

2 REDUÇÃO NA INCIDÊNCIA DO TRABALHO INFANTIL

Ao longo dos últimos 15 anos, houve no país uma acentuada redução na incidência do trabalho infantil em todas as faixas etárias (tabela 1; gráficos 1 e 2). A ocorrência do trabalho de crianças de 5 a 14 anos reduziu-se a quase um terço do seu valor inicial, tendo sido esta redução ainda mais intensa na faixa de 5 a 9 anos, em que a incidência foi reduzida a um quarto do seu valor 15 anos atrás. Uma vez mantida a velocidade alcançada ao longo da última década e meia, em 25 anos o país será capaz de reduzir o trabalho infantil (5 a 14 anos) a menos de um quinto do seu valor atual. Esta seria uma velocidade bem superior àquela preconizada por todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs):⁵ reduções à metade ou a um terço em 25 anos.

TABELA 1

Porcentagem de crianças que trabalharam no último ano por faixa etária (1992 e 2008)

(Em %)

Faixa etária	1992	2008	Prevalência atual (2008) como porcentagem da prevalência inicial (1992)	Prevalência prevista para daqui a 25 anos como porcentagem da atual
5 a 9 anos	4	1	28	12
5 a 14 anos	13	5	38	20
5 a 15 anos	16	7	43	24
10 a 13 anos	19	7	36	18
10 a 14 anos	22	9	39	21
10 a 15 anos	26	11	43	25
14 a 15 anos	40	20	49	31

Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 1992 a 2008.

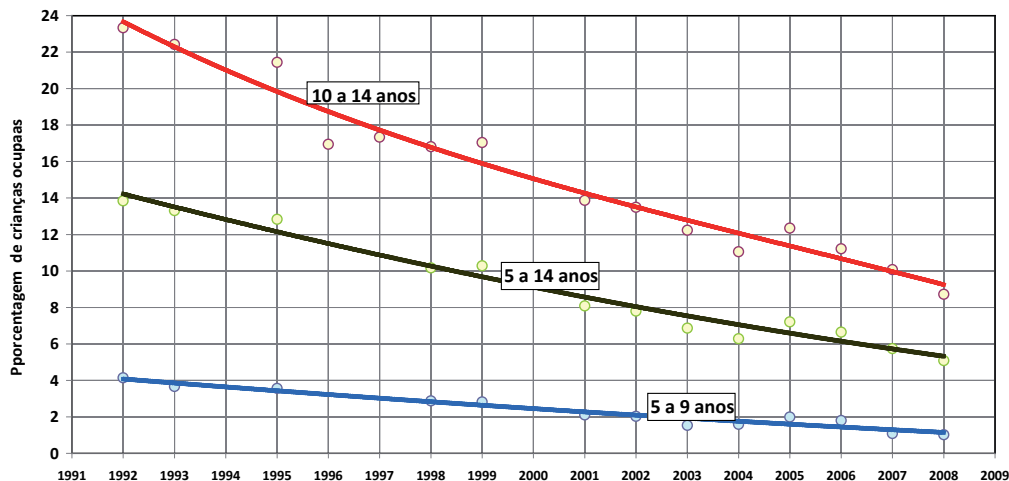
Obs.: Foram consideradas as crianças e adolescentes que estavam trabalhando nos doze meses anteriores à data de referência da pesquisa.

4. Para uma breve resenha do que existe na literatura econômica sobre trabalho infantil, ver Kassouf (2007).

5. Informações sobre os ODMs, metas estabelecidas e evolução dos indicadores podem ser encontradas em: <<http://www.pnud.org>>.

GRÁFICO 1

Evolução da porcentagem de crianças que trabalharam no último ano (1992-2008)

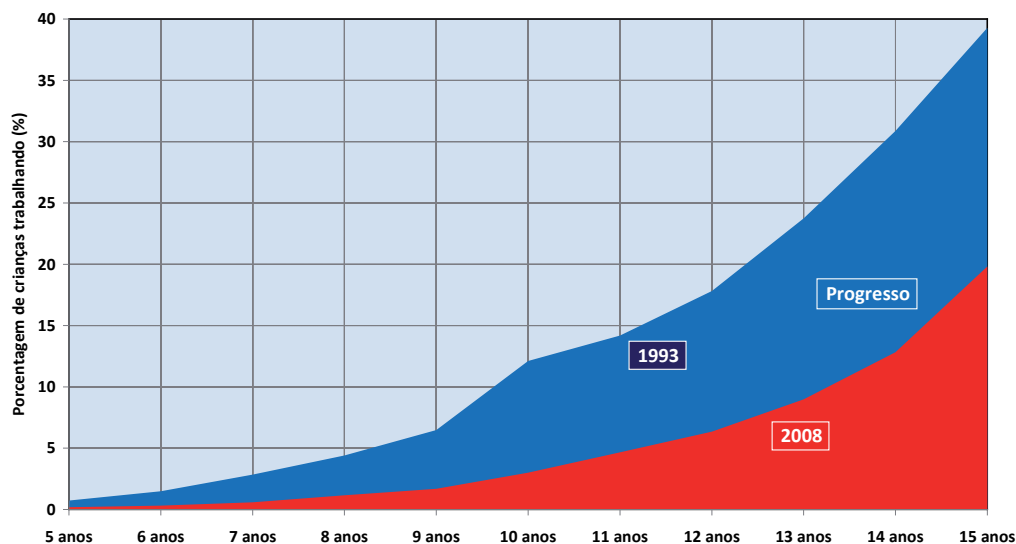


Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 1992 a 2008.

Obs.: Foram consideradas as crianças e adolescentes que estavam trabalhando nos doze meses anteriores à data de referência da pesquisa.

GRÁFICO 2

Evolução do trabalho infantil (1993 e 2008)



Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 1992 a 2008.

Obs.: Foram consideradas as crianças e adolescentes que estavam trabalhando nos doze meses anteriores à data de referência da pesquisa.

Contudo, a velocidade com que o país vem reduzindo o trabalho infantil não é apenas superior à proposta pelos ODMs: é também muito mais acelerada que a média mundial, embora inferior à de alguns países latino-americanos (tabela 2). À velocidade mundial, a incidência do trabalho infantil se reduziria à metade em 25 anos, o que significa que o Brasil vem erradicando o trabalho infantil a uma velocidade de ao menos duas vezes a média mundial.

TABELA 2
Redução na incidência do trabalho infantil
 (Em%)

Países/região	Faixa etária	Ano		Incidência		Incidência prevista daqui a 25 anos como porcentagem da atual
		Inicial	Final	Inicial	Final	
Mundo ¹	5 a 14 anos	2000	2004	15,5	13,7	46,2
Brasil ²	5 a 14 anos	1993	2008	13,3	5,1	20,1
Colômbia ³	12 a 14 anos	2002	2006	8,9	6,3	11,5
Costa Rica ³	12 a 14 anos	2001	2007	7,4	4,1	8,5

Fontes: (1) OIT (2006; Table 1); (2) PNAD (1993 e 2008); (3) OIT (2009; Cuadro A.7).

Esse progresso acelerado se deve não só a políticas específicas como o Peti, mas também a melhorias nas condições socioeconômicas das famílias. De fato, ao longo desse período houve uma acentuada queda na extrema pobreza, sendo o nível em 2008 inferior à metade do nível verificado uma década e meia atrás (1993). Entretanto, a análise da evidência disponível revela que menos de 20% da queda na incidência do trabalho infantil pode ser atribuída a melhorias nas condições socioeconômicas das famílias, ou seja, ainda que as condições socioeconômicas das famílias não houvessem sido alteradas, estima-se que teriam ocorrido 80% do acentuado progresso alcançado ao longo da última década (tabela 3).

TABELA 3
Evolução do trabalho infantil e contribuição do progresso socioeconômico e das políticas públicas setoriais para a sua evolução (1998 e 2008)

Faixas etárias	Ano inicial (1998)	Ano final (2008)	Ano final apenas com o efeito das políticas específicas (sem o progresso nas condições socioeconômicas)	Contribuição das políticas específicas (%)
5 a 9 anos	3	1	1	89
5 a 14 anos	9	4	5	83
5 a 15 anos	11	6	7	82
10 a 13 anos	13	6	7	82
10 a 14 anos	15	7	9	81
10 a 15 anos	17	9	11	80
14 a 15 anos	25	16	18	77

Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 1998 e 2008.

Obs.: 1. O limite utilizado para definir vulnerável e não vulnerável foi a média da probabilidade de estar trabalhando do ano de 1998.

2. Foram consideradas como não vulneráveis as crianças com probabilidade de estar trabalhando inferior ou igual à média de 1998 e como vulneráveis as crianças com probabilidade superior à média de 1998.

3. O progresso que ocorreria apenas com o avanço das políticas públicas (contrafactual) foi calculado considerando crianças e adolescentes em 1998 caso vivessem em um ambiente social com características de 2008.

4. As probabilidades entre as crianças e adolescentes foram obtidas considerando as seguintes características do domicílio em uma regressão logística: região de residência, cor do chefe, escolaridade do chefe, razão de dependência, se vive com a mãe, e log da renda domiciliar *per capita*.

5. Foram consideradas as crianças e adolescentes que estavam trabalhando nos doze meses anteriores à data de referência da pesquisa.

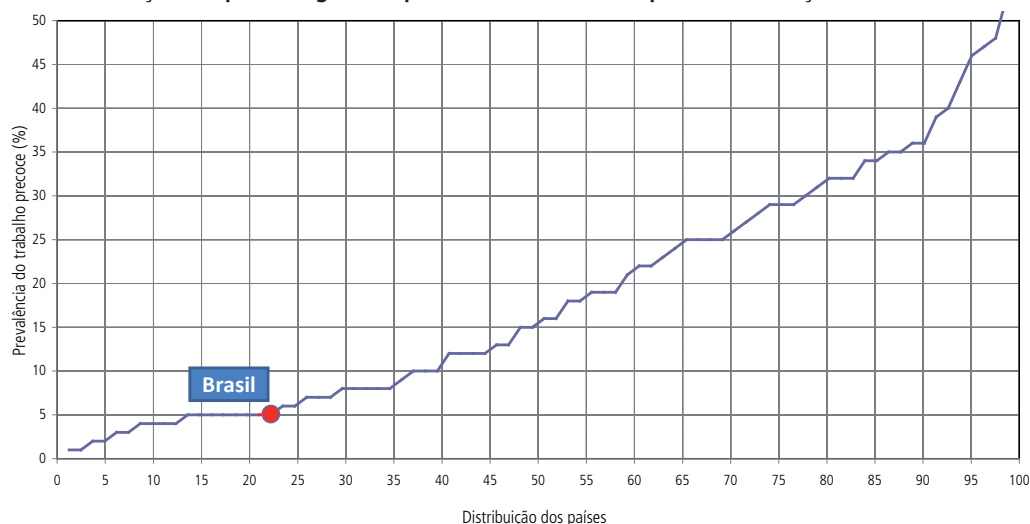
3 INCIDÊNCIA ATUAL DO TRABALHO INFANTIL

A despeito do acentuado progresso na redução do trabalho infantil, em 2008 cerca de 1,7 milhão de crianças ainda encontravam-se engajadas em atividades produtivas (5% de 5 a 14 anos, e 9% de 10 a 14 anos). Embora reconhecidamente elevadas, estas cifras já colocam o Brasil entre os países em desenvolvimento e, ainda, entre os latino-americanos com as mais baixas taxas de incidência de trabalho infantil.

Conforme mostra o gráfico 3, menos de um quarto dos países em desenvolvimento para os quais esta informação encontra-se disponível tem uma porcentagem de crianças de 5 a 14 anos trabalhando que seja inferior à brasileira.

GRÁFICO 3

Distribuição dos países segundo a prevalência do trabalho precoce – crianças de 5 a 14 anos



Fonte: UNICEF (2008; Table 9).

No contexto latino-americano, o Brasil também se encontra no grupo de um quarto dos países com menor ocorrência de trabalho infantil. Entre os 17 países para os quais se tem informação, apenas três apresentam incidência de trabalho infantil inferior à brasileira (tabela 4).

TABELA 4

Taxa de participação das crianças e jovens no mercado de trabalho nos países da América Latina (Em%)

Países	Ano	5 a 14 anos
Venezuela ⁵	2000	2,9
Chile	2003	3,3
Panamá	2000	3,3
Brasil	2003	5,8
Costa Rica	2002	5,9
Colômbia	2003	6,6
El Salvador	2001	7,1
Argentina ¹	2004	8,5
Honduras	2002	9,2
México ³	1999	9,5
Nicarágua	2000	9,9
Paraguai	2004	10,9
República Dominicana ⁴	2000	14,4
Equador	2001	15,4
Guatemala	2000	16,1
Bolívia ²	2002	19,9
Peru ²	2001	22,9

Fonte: OIT (2009).

Notas: ¹ Para Argentina, tanto as estimativas do trabalho infantil como da pobreza se referem a áreas urbanas.

² A pesquisa da Bolívia captou o trabalho infantil para a população de 7 anos e mais e a pesquisa do Peru para a população de 6 anos e mais. Incluiu-se aqui uma estimativa própria do trabalho infantil desde os 5 anos, realizada a partir das taxas de trabalho observadas por idade simples e sexo, e tomando em conta a tendência da relação direta entre as idades simples e as taxas de trabalho infantil – as quais se reduzem conforme se reduz a idade.

³ Para o México, a informação se refere à faixa de 6-17 anos.

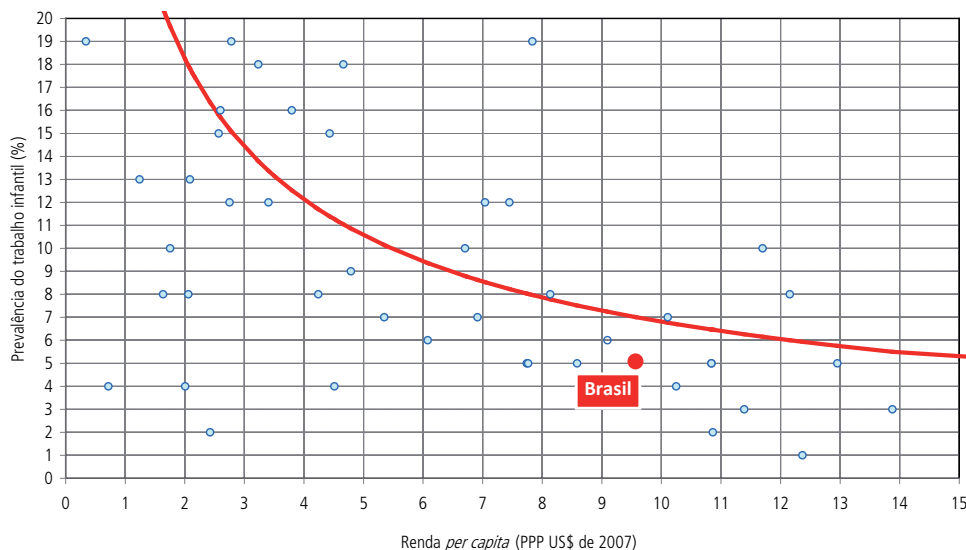
⁴ Os números para a República Dominicana mostram uma diferença com respeito aos publicados em OIT (2004), principalmente devido a um ajuste nos fatores de expansão da pesquisa posterior à sua publicação.

⁵ A estimativa original incluía somente as taxas por sexo, porque a estimativa para ambos os sexos corresponde a uma estimativa própria, com estimativas de população para o ano 2000 da Divisão de População da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Celade/Cepal).

Sem dúvida, a menor incidência do trabalho infantil no país deve-se, em parte, ao seu maior grau de desenvolvimento, seja medido pelo nível da renda *per capita* ou pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Entretanto, mesmo entre os países com renda *per capita* similar à brasileira, a ocorrência do trabalho infantil no Brasil é menor. Como indica o gráfico 4, de acordo com a norma internacional, dada a renda *per capita* brasileira, a incidência do trabalho infantil (5 a 14 anos) deveria ser próxima a 7%; no entanto, a incidência real é de 5% e, portanto, mais de 25% inferior ao valor predito pela norma internacional.

GRÁFICO 4

Norma Internacional - Relação entre a prevalência do trabalho infantil e renda *per capita*



Fonte: UNICEF(2008) e UNDP (2009).

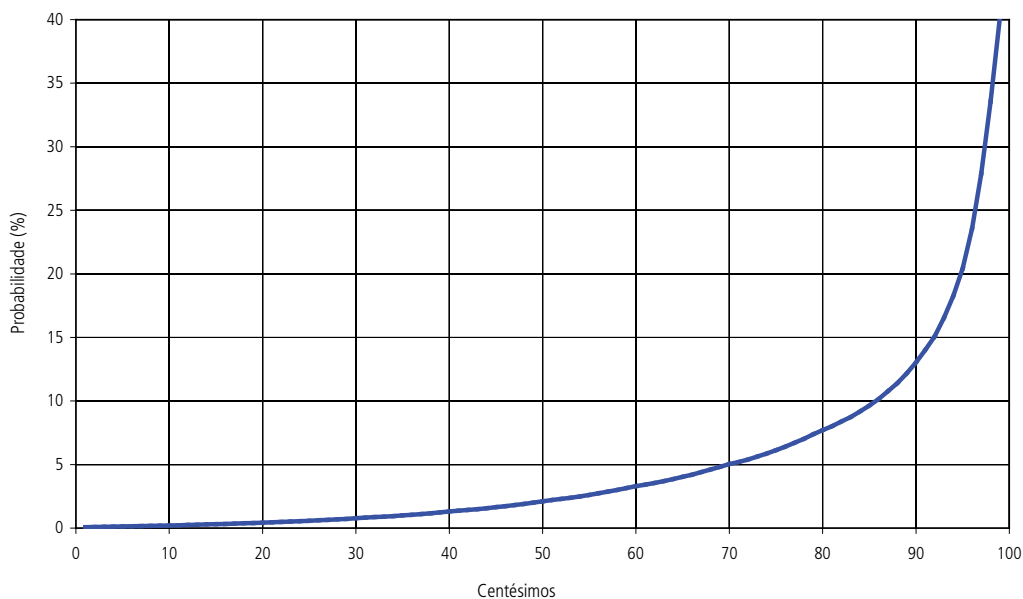
4 DISPARIDADES NA INCIDÊNCIA DO TRABALHO INFANTIL

Embora o contingente total de crianças trabalhando (1,7 milhão) ainda seja suficientemente elevado, merecendo, portanto, considerável atenção das políticas públicas, a redução acentuada na ocorrência do trabalho infantil alcançada ao longo da última década e meia certamente mudou o foco da preocupação. Este passou da *quantidade* de crianças trabalhando para a *concentração* das que trabalham em alguns poucos grupos sociais.

Esse declínio acentuado levou a um quadro no qual 70% das crianças brasileiras pertencem a grupos socioeconômicos em que a incidência do trabalho infantil é inferior a 5%, e menos de 2% pertencem a grupos com ocorrência acima da média para a África Subsaariana (35%). Não obstante, a despeito de todo este progresso, a incidência ainda é muito elevada nas áreas rurais, na região Nordeste, em famílias pobres e na população negra. De fato, nos grupos socioeconômicos mais vulneráveis (os 10% mais vulneráveis), a ocorrência do trabalho infantil é de 20%, cerca de quatro vezes a média nacional (gráfico 5). Neste grupo de alta vulnerabilidade, 71% das crianças são negras, contra 58% na população total; 69% vivem em áreas rurais, contra 18% na população total; 68% vivem na região Nordeste, contra 33% na população total. Além disso, a renda *per capita* no grupo de alta incidência do trabalho infantil é apenas 44% da média para todas as famílias com crianças, e o grau de pobreza, duas vezes o verificado para o conjunto das crianças.

GRÁFICO 5

Distribuição das crianças de 5 a 14 anos segundo a probabilidade de terem trabalhado ao menos uma vez no ano (2008)



Fonte: Estimativas produzidas com base na PNAD de 2008.

Essa concentração do trabalho infantil em alguns grupos sociais leva a uma situação na qual, apesar de a incidência média no país ser de 5%, cerca de 15% das crianças brasileiras encontram-se em grupos socioeconômicos em que a ocorrência do trabalho infantil supera 10%, e 8% encontram-se em grupos em que esta incidência supera 15% (gráfico 5). Por conseguinte, tem-se que, apesar de a incidência do trabalho infantil no Brasil ser menos da metade da observada na América Latina e um terço da média nos países em desenvolvimento, 13% das crianças brasileiras encontram-se em grupos socioeconômicos com ocorrência do trabalho infantil acima da média latino-americana (11%), e 7% acima da média nos países em desenvolvimento (16%).

5 REDUÇÃO DAS DISPARIDADES NA INCIDÊNCIA DO TRABALHO INFANTIL

O acentuado progresso na redução no trabalho infantil alcançado ao longo da última década e meia não foi acompanhado por uma inequívoca redução nas disparidades. Saber se houve redução nas disparidades ou se estas permaneceram estáveis depende da medida de desigualdade utilizada. Pode-se argumentar que elas permaneceram estáveis, na medida em que a redução percentual na incidência do trabalho infantil nos grupos mais vulneráveis (aqueles que têm incidência de trabalho infantil acima da média) foi tão acentuada quanto nos menos vulneráveis (aqueles que têm incidência de trabalho infantil abaixo da média). Nos dois grupos, a incidência é hoje cerca de 55% do seu valor há uma década (tabela 5).

TABELA 5

Evolução do trabalho infantil e contribuição do progresso socioeconômico e das políticas públicas setoriais para a evolução (1998 e 2008)

Indicadores	Grupo não vulnerável				Grupo vulnerável			
	Ano inicial	Ano final apenas com o efeito das políticas específicas	Situação final (2008) como porcentagem da situação inicial (1998)	Crescimento na porcentagem de crianças que não trabalham (%)	Ano inicial	Ano final apenas com o efeito das políticas específicas	Situação final (2008) como porcentagem da situação inicial (1998)	Crescimento na porcentagem de crianças que não trabalham (%)
5 a 9 anos	1	0	37	0,5	8	3	40	5
5 a 14 anos	2,7	1,5	55	1,3	24	13	57	14
5 a 15 anos	3	2	58	1,4	27	17	62	14
10 a 13 anos	5	3	57	2,3	30	16	55	19
10 a 14 anos	6	4	62	2,6	32	19	58	20
10 a 15 anos	8	5	67	2,7	35	22	62	20
14 a 15 anos	15	12	80	3,5	43	29	68	25

Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 1998 e 2008.

Obs.: 1. O limite utilizado para definir vulnerável e não vulnerável foi a média do ano de 1998.

2. Foram consideradas como não vulneráveis as crianças com probabilidade inferior ou igual à média de 1998 e como vulneráveis as crianças com probabilidade superior à média de 1998.

3. O progresso que ocorreria apenas com o avanço das políticas públicas (contrafactual) foi calculado considerando crianças e adolescentes em 1998 caso vissem em um ambiente social com características de 2008.

4. As probabilidades entre as crianças e adolescentes foram obtidas considerando as seguintes características do domicílio em uma regressão logística: região de residência, cor do chefe, escolaridade do chefe, razão de dependência, se vive com a mãe, e log da renda domiciliar *per capita*.

5. Foram consideradas as crianças e adolescentes que estavam trabalhando na semana de referência da pesquisa.

Entretanto, ao medir-se o progresso pelo crescimento na porcentagem de crianças não envolvidas em atividades econômicas, encontra-se evidência de uma acentuada redução no grau de desigualdade. Neste caso, o progresso observado nos grupos mais vulneráveis foi 10 vezes mais acelerado que o nos menos vulneráveis. Na última década e meia, o declínio na incidência do trabalho infantil nos grupos pouco vulneráveis foi de apenas 1 ponto percentual (p.p.), ao passo que, nos grupos mais vulneráveis, este declínio atingiu 10 p.p. – tendo declinado de 24% para 13% em uma década.

6 CONSEQUÊNCIAS DO TRABALHO INFANTIL PARA O DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O trabalho infantil tem reconhecidamente diversos efeitos perversos sobre o desenvolvimento futuro das crianças. Entre aqueles que suscitam maior preocupação encontram-se, de um lado, a entrada tardia na escola e a evasão escolar e, de outro, as enfermidades contraídas em função do trabalho realizado. Embora não se possa generalizar para outras dimensões, ao menos com relação a estas duas variáveis a evidência disponível indica que o impacto do trabalho infantil permanece significativo. Enquanto 3,8% das crianças de 5 a 14 anos encontram-se fora da escola, entre aquelas que trabalham esta porcentagem sobe para 4,9% (tabela 6). Com respeito à saúde, cerca de 5% das crianças que trabalham (cerca de 100 mil) declaram terem ficado doentes, em decorrência do trabalho realizado, ao menos uma vez durante o último ano (tabela 7).

TABELA 6

Evolução da porcentagem de crianças e adolescentes de 5 a 14 anos que estudam por faixa etária e situação ocupacional (1992 a 2008)

(Em %)

Indicadores	1993	2008	Situação ao final (2008) como porcentagem da situação inicial (1993)
Total	17,4	3,8	22
Entre as que trabalham	26,1	4,9	19
Entre as que não trabalham	16,2	3,7	23
Diferencial entre as que trabalham e as que não trabalham	61	32	----

Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 1992 a 2008.

Obs.: 1. Em 1997 a PNAD não coletou informações de situação ocupacional entre crianças de 5 a 9 anos.

2. Foram consideradas as crianças e adolescentes que estavam trabalhando na semana de referência da pesquisa.

TABELA 7

Porcentagem de crianças que ficaram doentes no último ano em função do trabalho, entre as que trabalham (2006)

Faixa etária	Porcentagem
5 a 9 anos	4,9
5 a 14 anos	5,2
5 a 15 anos	5,0
10 a 13 anos	5,0
10 a 14 anos	5,3
10 a 15 anos	5,1
14 a 15 anos	5,1

Fonte: Estimativas produzidas com base na PNAD de 2006.

Obs.: Foram consideradas as crianças e adolescentes que estavam trabalhando na semana de referência da pesquisa.

Vale ressaltar, entretanto, que existe alguma evidência de que a magnitude desses efeitos possa ter declinado ao longo da última década e meia, revelando uma redução nas formas mais penosas do trabalho infantil. Há 15 anos, 17% das crianças não estudavam. Contudo, entre as que trabalhavam, a incidência de crianças fora da escola era 50% mais elevada (26%). Em 2008, conforme aqui verificado, 3,8% das crianças encontravam-se fora da escola. No grupo das que trabalhavam, esta porcentagem era apenas 30% mais elevada (4,9%).

Existem também diversas evidências adicionais que revelam que o impacto negativo do trabalho infantil sobre a frequência à escola já é reduzido. No universo de todas as crianças de 5 a 14 anos que não frequentavam a escola, apenas 7% trabalhavam, e destas, 23% declararam não estudar porque trabalhavam ou estavam buscando trabalho. Contudo, estas porcentagens sobem para 19% e 27%, respectivamente, quando restringimos a faixa etária a crianças de 10 a 14 anos. Além disso, entre aquelas que trabalhavam, a porcentagem que deixou de frequentar alguma aula nos dois meses anteriores à data de referência da PNAD é apenas 10% mais elevada que a observada entre as que não trabalhavam. Por fim, no grupo das que faltaram algum dia, apenas 5% trabalhavam, e destas, 8% declararam ter faltado porque tiveram que trabalhar ou procurar trabalho (tabela 8).

TABELA 8

Indicadores do conflito entre trabalho e escola (2006)

Faixa etária	Entre as crianças que não frequentam a escola, porcentagem que trabalha	Entre as crianças que trabalham e não frequentam a escola, que porcentagem a não frequência deve-se ao trabalho	Porcentagem das crianças que trabalham entre as crianças que faltaram alguma aula nos últimos dois meses	Entre as crianças que trabalham e faltaram a escola, que porcentagem a falta ocorreu devido ao trabalho	Porcentagem que faltou alguma aula nos últimos dois meses	
					Entre as que trabalham	Entre as que não trabalham
5 a 9 anos	1	1	1	6	52	47
5 a 14 anos	7	23	5	8	48	44
5 a 15 anos	13	24	7	9	48	44
10 a 13 anos	16	14	8	7	46	42
10 a 14 anos	19	27	10	8	47	42
10 a 15 anos	27	25	12	9	47	42
14 a 15 anos	33	28	22	11	48	43

Fonte: Estimativas produzidas com base nas PNADs de 2006.

Obs.: Foram consideradas as crianças e adolescentes que estavam trabalhando na semana de referência da pesquisa.

7 POR QUE AS CRIANÇAS TRABALHAM?

Do ponto de vista da criança, o engajamento em alguma atividade econômica poderia ter algumas vantagens imediatas como, por exemplo, ser poupada dos afazeres domésticos e até mesmo garantir-lhe alguma renda para uso próprio. Entretanto, além de estas vantagens imediatas seguramente não compensarem os riscos que o trabalho impõe ao desenvolvimento de uma criança, a evidência disponível indica que elas nem mesmo encontram-se presentes e, portanto, tampouco poderiam levar ao trabalho infantil.

Quanto aos afazeres domésticos, tem-se que, enquanto um quarto das crianças de 5 a 9 anos ajuda nos afazeres domésticos, entre aquelas que trabalham, mais da metade também realizam esta tarefa (tabela 9). Em outras palavras, as crianças que trabalham não são poupadas do trabalho doméstico; ao contrário, elas apresentam uma propensão mais de duas vezes maior de realizá-lo. Assim, para as crianças que trabalham, em grande medida, o trabalho se soma à ajuda nos afazeres domésticos, não ocorrendo qualquer substituição.

TABELA 9

Porcentagem de crianças e adolescentes 5 a 9 anos que realizam algum tipo de trabalho ou afazer doméstico (2006)

Indicadores	Porcentagem
Crianças e adolescentes que ajudam nos afazeres domésticos	25
Crianças e adolescentes que ajudam nos afazeres domésticos entre as que trabalham	62

Fonte: Estimativas produzidas com base na PNAD de 2006.

Obs.: 1. Foram consideradas as crianças e adolescentes que estavam trabalhando na semana de referência da pesquisa.

2. Os indicadores só possuem informação para a faixa etária de 5 a 9 anos de idade.

A participação em atividades produtivas também não parece motivada pelo interesse em obter alguma renda. No universo das crianças de 5 a 14 anos que trabalham, cerca de 70% não têm qualquer renda monetária e, entre aquelas que recebem, 40% entregam tudo ou uma parte do que recebem aos seus pais. Ao final, menos de 20% das crianças que trabalham têm renda e não entregam ao menos parte do que recebem aos seus pais (tabela 10).

TABELA 10

Porcentagem de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos que recebem ou não remuneração por faixa etária, entre as que trabalham (2006)

(Em %)

Faixa etária	Não recebem remuneração	Têm renda de todos os trabalhos nula	Entre os que trabalham e possuem rendimento		
			Toda a renda é entregue aos pais pelo próprio empregador ou pela própria criança	A renda é entregue total ou parcialmente aos pais pelo próprio empregador ou pela própria criança	Não entregam nenhuma parte da renda aos pais
5 a 9 anos	90	100	28	43	5
5 a 14 anos	71	72	13	39	17
5 a 15 anos	63	65	10	37	22
10 a 13 anos	74	74	13	40	15
10 a 14 anos	68	69	12	39	19
10 a 15 anos	61	61	10	37	24
14 a 15 anos	49	50	9	36	32

Fonte: Estimativas produzidas com base na PNAD de 2006.

Obs.: Foram consideradas as crianças e adolescentes que estavam trabalhando na semana de referência da pesquisa.

Portanto, como o trabalho infantil nem traz renda para as crianças e nem reduz sua participação nos afazeres domésticos, pareceria haver evidência de que a decisão de trabalhar parte muito mais da família que da própria criança. Embora os efeitos deletérios do trabalho infantil não dependam de quem é o responsável pela decisão, para um adequado desenho dos programas de combate ao trabalho infantil é fundamental identificar-se de quem partiu a decisão. Entretanto, conforme mostra a tabela 11, quando as crianças são questionadas diretamente, no máximo um terço delas declara que a decisão de trabalhar foi dos pais. Cerca de dois terços declaram trabalhar porque querem.

TABELA 11

Porcentagem de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos que trabalham porque os pais querem, por faixa etária, entre as que trabalham (2006)

(%)

Faixa etária	Todos que responderam	Crianças foram as informantes
5 a 9 anos	39	48
5 a 14 anos	33	24
5 a 15 anos	29	21
10 a 13 anos	34	23
10 a 14 anos	32	23
10 a 15 anos	28	19
14 a 15 anos	23	17

Fonte: Estimativas produzidas com base na PNAD de 2006.

Obs.: Foram consideradas as crianças e adolescentes que estavam trabalhando na semana de referência da pesquisa.

REFERÊNCIAS

KASSOUF, A. L. **O que conhecemos sobre o trabalho infantil?** Nova Economia, Belo Horizonte, 17 (2), p. 323 - 350, maio – agosto, 2007.

OIT. **Análisis del trabajo infantil y adolescente em América Central y República Dominicana.** San José: Oficina Internacional del Trabajo (OIT). Programa Internacional para la Erradicación del Trabajo Infantil (IPEC), 2004.

_____. **Global child labour trends 2000 to 2004.** Statistical Information and Monitoring Programme on Child Labour (SIMPOC), International Programme on the Elimination of Child Labour (IPEC). Geneva: International Labour Office, April, 2006.

_____. **Impacto de la crisis económica mundial en el trabajo infantil en América Latina y recomendaciones para su mitigación.** Oficina Regional para América Latina y Caribe, Septiembre, 2009.

_____. **Trabajo infantil:** causa y efecto de la perpetuación de la pobreza. Programa Internacional para la Erradicación del Trabajo Infantil (IPEC) de la Oficina Internacional del Trabajo (OIT), Septiembre, 2007.

UNDP. **Human Development Indicators 2009.** 2009.

UNICEF. **The State of the World's Children 2009:** Maternal and Newborn Health. December, 2008.

YAP, Y.; SEDLACEK, G.; ORAZEM, P. **Limiting child labor through behavior-based income transfers: an experimental evaluation of the Peti program in rural Brazil.** Washington D.C.: World Bank, 2002.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).** Vários anos.

A DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS DO TRABALHO SEGUNDO A PNAD DE 2008

Fábio Monteiro Vaz*

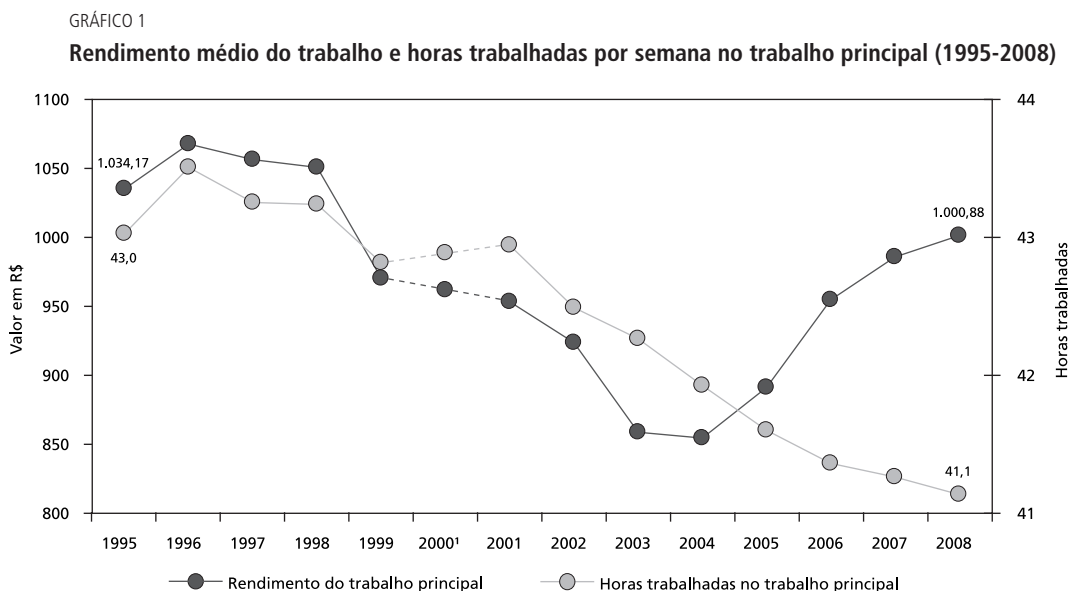
1 INTRODUÇÃO

Em 2008, antes da eclosão da crise do *subprime* americano, a economia brasileira encontrava-se em plena expansão. É neste contexto que devem ser vistos os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2008, que não captou a situação do mercado de trabalho no pior período da crise.

Esta nota técnica tem por objetivo analisar a desigualdade de rendimentos do trabalho de acordo com os dados da PNAD 2008. Na análise que segue, são focadas apenas as pessoas ocupadas de 15 anos ou mais com rendimentos positivos.

2 EVOLUÇÃO GERAL

Conforme mostra o gráfico 1, observou-se novo aumento do rendimento médio do trabalho em 2008. Em termos percentuais, no entanto, a variação foi pequena quando comparada com a dos anos anteriores – aumento de 1,6%. Com este resultado, o crescimento real acumulado dos rendimentos do trabalho principal dos últimos quatro anos foi de 17,1%. Tal resultado, apesar de expressivo, não foi suficiente para que o rendimento do trabalho principal atingisse o nível vigente entre 1995 e 1998.



Fonte: PNAD/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota: 1. A PNAD não foi a campo em 2000.

Obs.: 1. De 1995 a 2003, exclusive a população rural dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

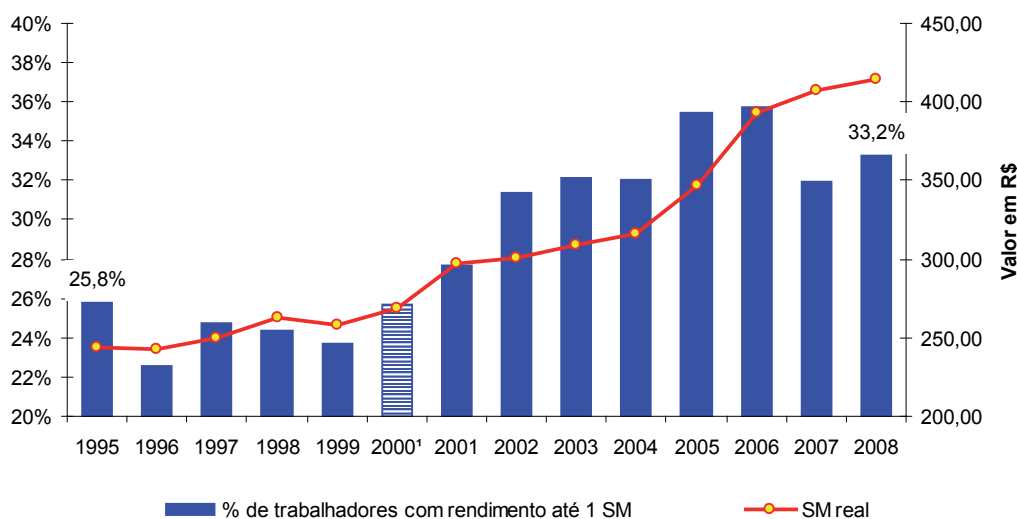
2. Em R\$ de setembro de 2008.

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Independentemente do comportamento do rendimento do trabalho, entre 1995 e 2008 verificou-se redução significativa no número de horas trabalhadas. Este caiu de 43 horas semanais para cerca de 41 horas semanais no período. Com isto, o rendimento-hora do trabalho principal em 2008 atingiu pela primeira vez os níveis vigentes em 1995.

Em comparação com o reajuste do salário mínimo no mesmo período, o aumento real do rendimento do trabalho em 2008 não foi muito destoante. De setembro de 2007 a setembro de 2008,¹ o aumento real do salário mínimo (SM) foi equivalente a um reajuste de 1,9%. Apesar dos aumentos percentuais semelhantes entre o salário mínimo e o rendimento do trabalho, o percentual de trabalhadores com rendimentos até um SM aumentou em 2008 (gráfico 2): 33,2% dos trabalhadores receberam rendimentos iguais ou inferiores a um SM, em comparação a 31,9% dos trabalhadores na mesma situação em 2007.

GRÁFICO 2

Salário mínimo real e percentual de trabalhadores com rendimentos até 1 SM (1995-2008)

Fonte: PNAD/IBGE.

Nota: 1. A PNAD não foi a campo em 2000.

Obs.: 1. De 1995 a 2003, exclui-se a população rural dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

2. Em R\$ de setembro de 2008.

No que se refere à distribuição de renda, observou-se nova queda na desigualdade de rendimentos em 2008, tanto do rendimento do trabalho quanto do rendimento domiciliar *per capita*. Conforme aponta o gráfico 3, o coeficiente de Gini de todos os trabalhos² caiu de 0,526 em 2007 para 0,519 em 2008, em linha com o ritmo de redução registrado desde 2001. No caso do rendimento domiciliar *per capita*, a queda do coeficiente de Gini foi um pouco maior: passou de 0,554 em 2007 para 0,545 em 2008.

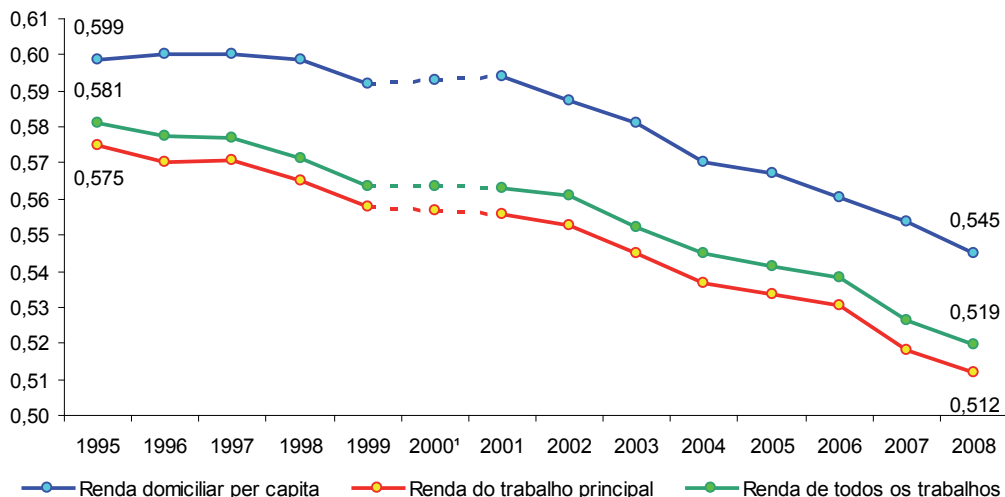
Naturalmente, a diminuição da desigualdade de rendimentos do trabalho foi um fator importante para a queda da desigualdade do rendimento domiciliar *per capita*, visto que, segundo a PNAD de 2008, 76,4% das rendas eram provenientes do trabalho.

1. Setembro é a data de referência dos rendimentos da PNAD, e por isso a comparação é feita de setembro a setembro.

2. O coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade que assume valores entre 0 (zero) e 1 (um). Quanto mais próximo de zero, mais igualitária é a distribuição de renda; quanto mais próximo de um, mais concentrada é a distribuição de renda.

GRÁFICO 3

Coefficiente de Gini para rendimentos do trabalho e rendimento domiciliar *per capita* (1995-2008)



Fonte: PNAD/IBGE.

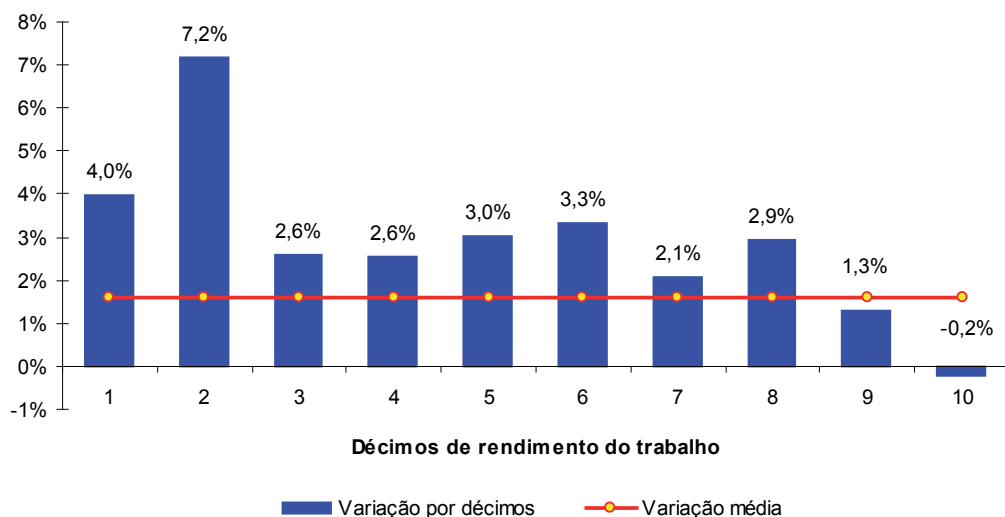
Nota: 1. A PNAD não foi a campo em 2000.

Obs.: De 1995 a 2003, exclusive a população rural dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

No gráfico 4 verifica-se como ocorreu a queda da desigualdade dos rendimentos do trabalho. Ordenando os trabalhadores de menor para maior rendimento e dividindo-os em dez grupos iguais (décimos), o gráfico mostra que quase todos os grupos de trabalhadores tiveram incrementos de renda acima da média, exceto aqueles situados nos dois últimos décimos. Para estes, que representam o quinto de maior rendimento dos trabalhadores ocupados, a variação média da renda foi de 1,3% e de - 0,2%, respectivamente.

GRÁFICO 4

Variação do rendimento do trabalho principal por décimos (2008)



Fonte: PNAD/IBGE.

Uma forma de averiguar os fatores que mais influenciaram a queda da desigualdade de rendimentos do trabalho é a utilização do índice de Theil para decompor a desigualdade de rendimentos em relação a diferentes características.

O índice de Theil, assim como o coeficiente de Gini, é uma medida da desigualdade da distribuição de rendimentos que assume valores entre 0 (zero) e 1 (um). Ao contrário do coeficiente de Gini, no entanto, o índice de Theil permite decompor a desigualdade de renda em dois fatores: um relativo às diferenças de rendimentos dentro de cada grupo analisado, e outro relativo às diferenças de rendimentos entre os grupos analisados.³

A tabela 1 mostra o resultado dessa decomposição para os anos de 2004 e 2008. Entre os fatores que mais explicam a desigualdade de rendimentos do trabalho estão a escolaridade, com 28,3% em 2008, e a posição na ocupação do trabalhador (empregado com carteira, empregado sem carteira, conta-própria, servidor público e empregador), com 21,1% no mesmo ano.

Ao se estabelecer a diferença dos índices de Theil de 2004 e de 2008, pode-se perceber que, entre as características analisadas, aquela que mais contribuiu para a queda da desigualdade de rendimentos foi a escolaridade dos trabalhadores, com uma contribuição de 71,8%. Isto significa que a maior parte da queda da desigualdade observada entre 2004 e 2008 deveu-se à diminuição de diferenças salariais entre trabalhadores de diferentes níveis de escolaridade. Tal resultado decorreu, sobretudo, do aumento mais que proporcional, observado nos últimos anos, dos rendimentos dos trabalhadores com três anos ou menos de estudo em relação aos trabalhadores com 11 anos ou mais de estudo.

TABELA 1

Decomposição do índice de Theil-T (2004 e 2008)

Característica	Desigualdade entre grupos		Desigualdade intragrupos		Desigualdade total	
	Theil	%	Theil	%	Theil	%
2008						
Região	0,0238	4,2%	0,5449	95,8%	0,5687	100,0%
Sexo	0,0129	2,3%	0,5559	97,7%	0,5687	100,0%
Idade	0,0397	7,0%	0,5291	93,0%	0,5687	100,0%
Raça	0,0400	7,0%	0,5287	93,0%	0,5687	100,0%
Escolaridade	0,1608	28,3%	0,4084	71,7%	0,5692	100,0%
Posição na ocupação	0,1200	21,1%	0,4487	78,9%	0,5687	100,0%
2004						
Região	0,0291	4,7%	0,5906	95,3%	0,6197	100,0%
Sexo	0,0149	2,4%	0,6048	97,6%	0,6197	100,0%
Idade	0,0472	7,6%	0,5725	72,4%	0,6197	100,0%
Raça	0,0474	7,6%	0,5724	92,4%	0,6197	100,0%
Escolaridade	0,1977	31,9%	0,4229	68,1%	0,6206	100,0%
Posição na ocupação	0,1291	20,8%	0,4907	79,2%	0,6197	100,0%
Diferença 2008-2004						
Região	-0,0053	10,4%	-0,0457	89,6%	-0,0510	100,0%
Sexo	-0,0021	4,1%	-0,0489	95,9%	-0,0510	100,0%
Idade	-0,0076	14,8%	-0,0434	85,2%	-0,0510	100,0%
Raça	-0,0073	14,4%	-0,0437	85,6%	-0,0510	100,0%
Escolaridade	-0,0370	71,8%	-0,0145	28,2%	-0,0515	100,0%
Posição na ocupação	-0,0090	17,7%	-0,0420	82,3%	-0,0510	100,0%

Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: A soma dos percentuais explicados por cada característica pode superar 100%, dado que a decomposição de cada uma foi feita independentemente das demais.

3. Para mais informações sobre esse tipo de decomposição, ver Hoffmann, R. Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: Ed. USP, 1998.

3 CONCLUSÃO

A PNAD de 2008 mostrou continuidade do processo de redução da desigualdade de rendimentos do trabalho observado nos últimos anos. Assim como em anos anteriores, a queda da desigualdade veio acompanhada por aumento no rendimento real do trabalho.

O fator que mais concorreu para a queda da desigualdade dos rendimentos do trabalho entre 2004 e 2008 foi a escolaridade, com contribuição de 71,8%. Esta contribuição, por sua vez, decorreu principalmente do aumento mais que proporcional dos rendimentos reais dos trabalhadores de baixa escolaridade em relação aos trabalhadores de alta escolaridade.

AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO: MUDANÇA OU REPRODUÇÃO DA DESIGUALDADE?

Natália de Oliveira Fontoura *

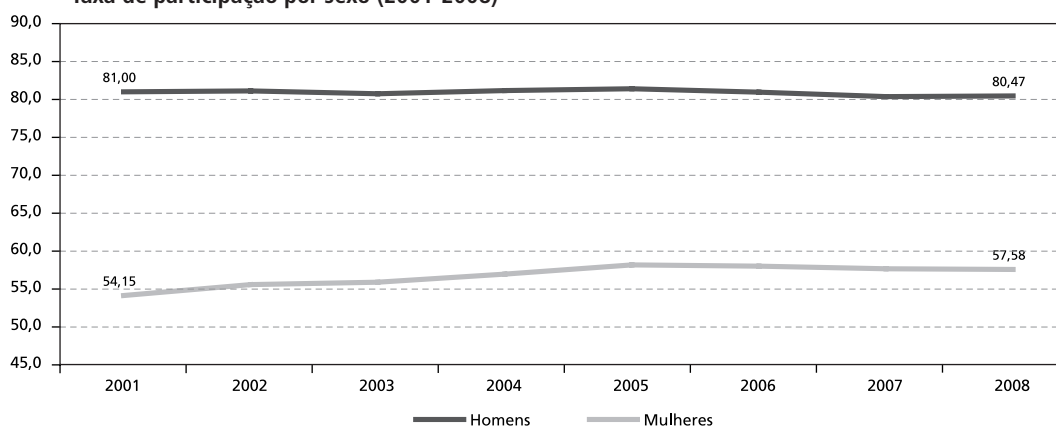
Roberto Gonzalez **

A taxa de participação mede a relação entre a população em idade de trabalhar (população em idade ativa – PIA) e aquela que efetivamente está ocupada ou procurando trabalho (população economicamente ativa – PEA). As variações da taxa de participação sinalizam tanto eventos conjunturais como processos de longo prazo. As mulheres tradicionalmente foram consideradas uma força de trabalho “suplementar” à população trabalhadora masculina adulta. Com isso, permaneciam em geral afastadas do mercado de trabalho, incorporando-se a este somente em momentos em que se fizesse necessário complementar a renda familiar (efeito trabalhador adicional). Não obstante, nos últimos anos tem-se observado uma tendência de aumento progressivo da participação das mulheres no mercado de trabalho, o que sugere tratar-se de uma tendência estrutural. Esta nota discute até que ponto isto reflete processos sociais que influem na divisão sexual do trabalho.

A participação das mulheres no mercado de trabalho vem crescendo continuamente no Brasil ao longo das últimas décadas. Alguns fatores que explicam esta mudança estão relacionados à própria expansão do mundo do trabalho; as transformações culturais que, mesmo lentas, redirecionam as mulheres a outros espaços, além do âmbito privado; à própria escolarização das mulheres, que hoje já apresentam indicadores educacionais superiores aos dos homens; e à redução da taxa de fecundidade, entre outros.

Apesar do crescimento contínuo, a proporção de mulheres trabalhando ou à procura de trabalho no Brasil ainda é bastante inferior à dos homens, que tem se mantido estável ao longo dos últimos anos. Com isso, em 2008, enquanto 57,6% das brasileiras participavam do mercado de trabalho, 80,5% dos homens estavam na mesma situação.

GRÁFICO 1
Taxa de participação por sexo (2001-2008)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE).
Elaboração: Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc)/Ipea.

* Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental em exercício na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

** Técnico de Planejamento e Pesquisa da Disoc/Ipea.

O crescimento da participação feminina – em torno de quatro pontos percentuais entre 2001 e 2008 – não pôde ser notado nas áreas rurais, nas quais a proporção de mulheres trabalhando ou buscando trabalho flutuou um pouco no período, tendo se reduzido entre 2005 e 2008, quando atingiu um nível inferior (59%) ao do começo da década, mas ainda assim superior ao das áreas urbanas. Uma das razões para a taxa de participação das mulheres ser mais alta no campo pode estar na menor distinção ali existente entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, sobretudo na agricultura familiar e nas pequenas propriedades. Nas áreas urbanas, a mulher que está ausente do mercado de trabalho, a “dona de casa”, é considerada “inativa”, pois as atividades que desempenha, apesar de essenciais para a reprodução da sociedade e exigentes em termos de jornada, dedicação e esforço físico, não são consideradas trabalho. As baixas taxas de participação feminina se explicam em grande medida por esta convenção. No caso do meio rural, as mulheres que respondem pelas tarefas domésticas muitas vezes também se dedicam a atividades que geram renda. Desta forma, são consideradas economicamente ativas e assim se percebem, diferentemente daquelas que trabalham no espaço doméstico e moram nas cidades.

Entre as brasileiras economicamente ativas em 2008, 9,6% encontravam-se desempregadas, uma taxa significativamente superior à dos homens – de 5,2%. Isto significa que, além de romper a barreira de se lançar no mercado de trabalho, a mulher precisa também enfrentar obstáculos para conseguir uma colocação. A maior taxa de desemprego feminino pode refletir: *i*) a defasagem entre o ritmo de criação de novos postos e o de aumento da participação das mulheres; *ii*) as possibilidades mais restritas apresentadas às mulheres no que diz respeito a jornadas de trabalho e distância do local de residência, tendo em vista as responsabilidades familiares que elas assumem;¹ ou ainda *iii*) a discriminação no sentido estrito, mais difícil de mensurar por estar relacionada à existência do que se pode chamar de sexismo institucional.

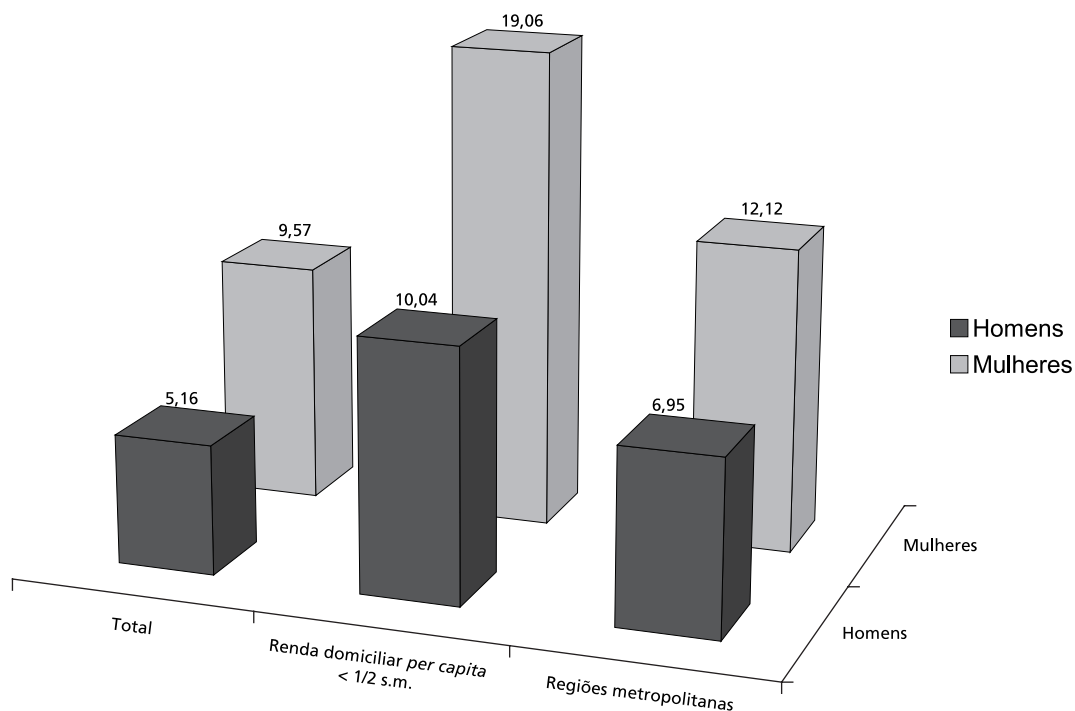
As maiores taxas de desemprego encontram-se entre as mulheres mais jovens – 17% daquelas com idade entre 15 e 29 anos estavam desempregadas em 2008. As mulheres na posição de chefes de família ou cônjuge apresentam taxas menores – 6,8% e 6,6%, respectivamente. Do ponto de vista do local de moradia, as residentes em áreas metropolitanas são as que mais sofrem com o desemprego – 12,1% em 2008 –, enquanto, entre as trabalhadoras rurais, somente 3,5% enfrentavam o desemprego naquele ano, o que pode ser explicado pela própria estrutura diferenciada das atividades nestas áreas.

As mulheres mais pobres, cuja renda familiar *per capita* não ultrapassa meio salário mínimo (SM), são as que menos participam do mercado de trabalho e mais enfrentam o desemprego. Menos da metade delas trabalhava ou procurava emprego em 2008, e 19% das ativas estavam desempregadas, o que gera a reprodução da pobreza e aumenta o desalento. São, em geral, mulheres pouco escolarizadas e com muito poucas opções para o cuidado da família e dos filhos, e que têm, portanto, menos chances de trabalhar fora de casa. Trata-se do público prioritário para os programas sociais de transferência de renda e de geração de emprego e renda.

1. Ver os boletins *Mulher e Trabalho*, publicados pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), disponíveis em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/mulher>>.

GRÁFICO 2

Taxa de desemprego por sexo e grupos selecionados (2008)



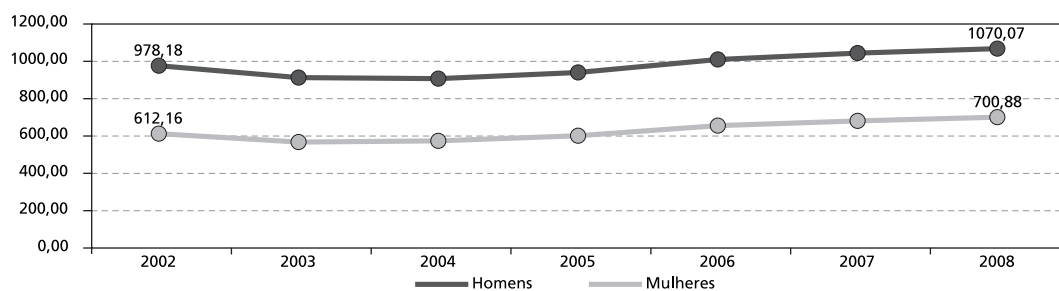
Fonte: PNAD/IBGE.
Elaboração: Disoc/Ipea.

As desigualdades de gênero existentes no mercado de trabalho são claramente evidenciadas nos rendimentos médios do trabalho. Em 2008, enquanto o trabalhador brasileiro do sexo masculino recebia em média R\$ 1.070,00, as trabalhadoras ganhavam R\$ 700,00, ou seja, 65% do rendimento dos homens. Esta diferença se amplia: *i*) na área rural, onde as mulheres recebem somente 38% do que recebem os homens; *ii*) nas faixas de idade mais avançada, nas quais as mulheres com 60 anos ou mais de idade recebiam 42% do que recebiam os homens na mesma faixa; e *iii*) nas camadas mais pobres, nas quais as mulheres das famílias com renda domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo recebiam 51% do rendimento masculino nas mesmas famílias.

Os maiores rendimentos são os das mulheres na posição de pessoa de referência na família (“chefes”), com idade entre 30 e 59 anos e que habitam as regiões metropolitanas.

Nos anos estudados, a renda do trabalho das mulheres aumentou ligeiramente mais que a dos homens. A aproximação, contudo, é sensivelmente lenta, fazendo com que a curva dos rendimentos de ambos seja praticamente a mesma e o diferencial de rendimento permaneça bastante alto, especialmente tendo em vista os maiores níveis de escolaridade das mulheres. Como ilustra o gráfico 3, nos últimos anos a distância entre os rendimentos femininos e masculinos têm se mantido inalterada. Diante deste quadro, pode-se concluir que não bastam somente os próprios movimentos do mercado de trabalho para que se alcance a equidade de gênero; é preciso a adoção de medidas que busquem uma maior e melhor inserção das mulheres no mundo de trabalho.

GRÁFICO 3

Rendimento médio do trabalho por sexo (2001-2008)

Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

Obs.: Rendimentos em R\$ constantes, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de setembro de 2008.

Os grandes e permanentes diferenciais entre trabalhadores e trabalhadoras se explicam em larga medida pelo fato de que são as mulheres as responsáveis pelo trabalho doméstico relacionado à reprodução das famílias e aos cuidados com as pessoas e a casa. Trata-se da convencional divisão sexual do trabalho, que destina aos homens o trabalho remunerado nos espaços “produtivos”, e às mulheres praticamente todas as atribuições relativas ao cuidado com a família – cuidado este entendido em seu sentido mais amplo, que abarca atividades realizadas majoritariamente, mas não somente, no ambiente doméstico.² Isto faz com que as ocupações predominantemente realizadas por mulheres tenham remunerações inferiores à média, independentemente da qualificação requerida.

A divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero nas famílias são as causas mais importantes da inserção desigual de homens e mulheres no mercado de trabalho. A naturalização das obrigações femininas pelo trabalho doméstico impede que empregadores, legisladores e gestores públicos questionem regras de seleção, ascensão e remuneração, leis, e serviços sociais disponíveis, todos organizados com base no pressuposto de que cabe às mulheres responder pelos cuidados com a família.

As jornadas de trabalho e o tempo dedicado aos afazeres domésticos refletem em alguma medida essas desigualdades. As mulheres apresentam sistematicamente menores jornadas quando comparadas aos homens – o que impacta nos tipos de postos ocupados, na remuneração, nas oportunidades de ascensão, entre outros. Em 2008, a jornada de trabalho remunerado das mulheres era em média de 35,2 horas semanais, enquanto a dos homens era de 42,9.

Se a jornada pode ser um indicador de superexploração e carga laboral excessiva, ela também reflete precarização de vínculos e insuficiência de trabalho. Os grupos de mulheres com menores jornadas, na comparação por localização do domicílio e por faixa de renda domiciliar, são as trabalhadoras rurais (26,0 horas semanais) e as trabalhadoras mais pobres, com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo (29,1 horas semanais).

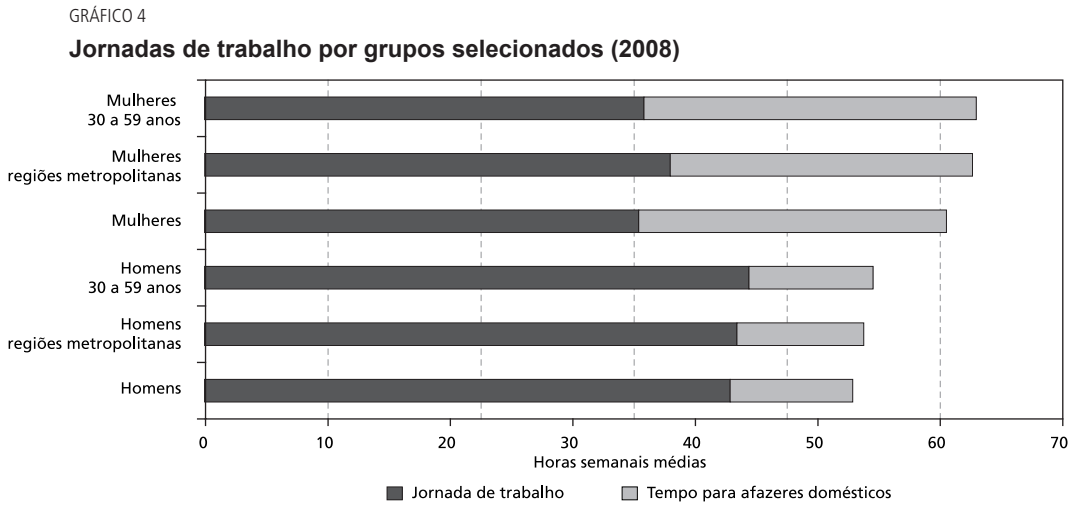
A informação relevante que complementa a da duração da jornada de trabalho remunerada é o tempo dedicado aos afazeres domésticos. Em 2008, as mulheres dedicavam em média 25 horas semanais às tarefas da casa. As maiores jornadas não remuneradas eram desempenhadas pelas trabalhadoras rurais (27,6 horas semanais), pelas idosas com 60 anos ou mais de idade (27,7), pelas mulheres na posição de cônjuges (29,2 horas) e, novamente, pelas mais pobres (28,6 horas). Os homens, por sua vez, despendiam em média 10 horas semanais com afazeres domésticos.

2. É importante ressaltar que, apesar de as mulheres em geral se responsabilizarem pela imensa maioria das atividades domésticas, este cuidado inclui também a relação com os serviços de saúde, escolas, assistência social, entre outros localizados fora do ambiente doméstico, mas que também são caracteristicamente feminizados.

A extensão das horas dedicadas pelas mulheres às atividades domésticas se explica pela desigualdade na divisão do trabalho, conforme mencionado anteriormente, e pela própria natureza destas atividades, muito exigentes em termos de tempo e esforço. Os números evidenciam que o que se considera “tarefas” ou “afazeres” ocupa extensas jornadas de trabalho das mulheres, independentemente de sua colocação no mercado de trabalho. Esta é uma constatação de relevo para se reavaliar a classificação do trabalho doméstico não remunerado como inatividade, assim como para se desenharem ações governamentais com vistas a garantir qualidade de vida para trabalhadores e trabalhadoras.

Entre 2001 e 2008, as mulheres diminuíram em cinco horas o tempo gasto com o trabalho doméstico – de 30,6 para 25,1 horas por semana –, enquanto os homens passaram de 11,2 para 10,0 horas semanais. Uma possível explicação estaria no aumento do acesso a recursos que facilitam a vida de quem realiza afazeres domésticos, como saneamento, acesso a água, eletrodomésticos ou, ainda, a equipamentos públicos, como creches. Esta ampliação é em alguma medida confirmada pelos dados da PNAD, mas não parece ser suficiente para impactar de tal maneira a jornada de trabalho doméstico das mulheres, fato que merece ser mais investigado. Os estudos de uso do tempo indicam, ainda, que em geral as mulheres subestimam o tempo dedicado aos afazeres domésticos, inclusive porque muitas atividades desempenhadas não são consideradas como tais.³

Apesar dos limites dos dados sobre tempo dedicado aos afazeres domésticos,⁴ quando somadas as jornadas de trabalho remunerado e não remunerado, chama atenção a desigualdade de gênero. São extensas as jornadas de trabalho de homens e de mulheres,⁵ e a magnitude da desigualdade na divisão do trabalho doméstico faz com que as mulheres, mesmo trabalhando quase 18% menos tempo que os homens no mercado de trabalho, tenham jornadas ainda mais extensas. Como mostra o gráfico 4, as brasileiras trabalhavam, em 2008, 60,5 horas por semana, enquanto os brasileiros tinham uma jornada de 52,9 horas, o que representa quase um dia a mais de trabalho feminino por semana.



3. O IBGE está planejando a realização de uma detalhada pesquisa nacional sobre uso do tempo, cujo questionário foi testado em 2009 e deve ser incluído na nova organização das pesquisas domiciliares: o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), que prevê a chamada “PNAD contínua”. Esta pesquisa auxiliará na investigação das jornadas de trabalho remunerado e não remunerado de homens e mulheres, entre muitas outras questões.

4. Pois o/a respondente deve estimar o tempo despendido com afazeres domésticos na semana anterior à entrevista, o que compromete a precisão da informação.

5. Deve-se levar em consideração que as jornadas de trabalho remuneradas também não são corretamente dimensionadas pelos respondentes das pesquisas domiciliares, e poderão ser mais bem investigadas numa pesquisa de uso do tempo.

O mundo do trabalho é um dos campos da vida social de maior importância para a construção da autonomia dos indivíduos, reconhecimento social, elevação da autoestima, construção de redes de convivência, acesso a bens de consumo, e constituição de identidade pessoal. O acesso e inserção desiguais no mercado de trabalho por parte de alguns grupos populacionais refletem desigualdades em outros campos – como a família –, e, ao mesmo tempo, as realimentam. Assim, a mulher que não obtém um posto no mundo do trabalho dificilmente conseguirá romper com as desigualdades existentes no âmbito doméstico; além disso, estas mesmas desigualdades se reproduzem em grande medida na não inserção ou na inserção precária das mulheres no trabalho. É na ruptura deste ciclo vicioso que pode ser encontrada uma das chaves para a promoção de autonomia e empoderamento das mulheres e de maior equidade no mundo do trabalho.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAMO, L. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FUNDAÇÃO SEADE. **Boletim Mulher e Trabalho**. Disponível em:
<<http://www.seade.gov.br/produtos/mulher/>>.

PINHEIRO, L. *et al.* **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: Ipea, SPM, Unifem, 3ª edição, 2008.

PINHEIRO, L.; GALIZA, M.; FONTOURA, N. Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença parental como política pública para lidar com estas tensões. **Revista Estudos Feministas**, vol.17, n. 3, dez, 2009 (No prelo).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SPM, 2008.

MERCADO DE TRABALHO

Carlos Henrique Leite Corseuil*

Luana Furtado**

Marina Aguas**

A exemplo do ocorrido nos anos recentes por ocasião da divulgação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), este texto tem por objetivo a avaliação do comportamento do mercado de trabalho brasileiro em 2008 com base nos dados da PNAD 2008, procurando referenciá-lo no contexto de seu desempenho ao longo da década.¹ Cabe esclarecer que, ao privilegiar as formas de inserção mais concretas no mercado, as definições de ocupação e desocupação são ligeiramente diferentes das adotadas pelo IBGE.² De modo geral os resultados para o mercado de trabalho foram positivos, dando sequência à tendência dos últimos anos e confirmando os movimentos identificados na Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE) até o final do terceiro trimestre do ano de 2008, quando os impactos da crise internacional começaram a se fazer sentir na demanda por trabalho.

A população em idade ativa (PIA), em 2008, era de 158,2 milhões de pessoas.³ Deste total, cerca de 59% (93,3 milhões) faziam parte da população economicamente ativa (PEA), ou seja, estavam inseridas no mercado de trabalho, somando 86 milhões ocupados e 7,3 milhões desempregados. Ao comparar os dados de 2008 com os de 2001, pode-se observar que a PIA teve uma variação de 13,9% (cerca de 19 milhões de pessoas acima de 10 anos de idade), enquanto a PEA variou 16,1% (12,9 milhões). Em 2008, a taxa de participação (razão entre PEA e PIA) se manteve constante em relação a 2007. Esta manutenção é comum a ambos os sexos, como pode ser constatado no gráfico 1.

* Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

** Bolsistas do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Ipea.

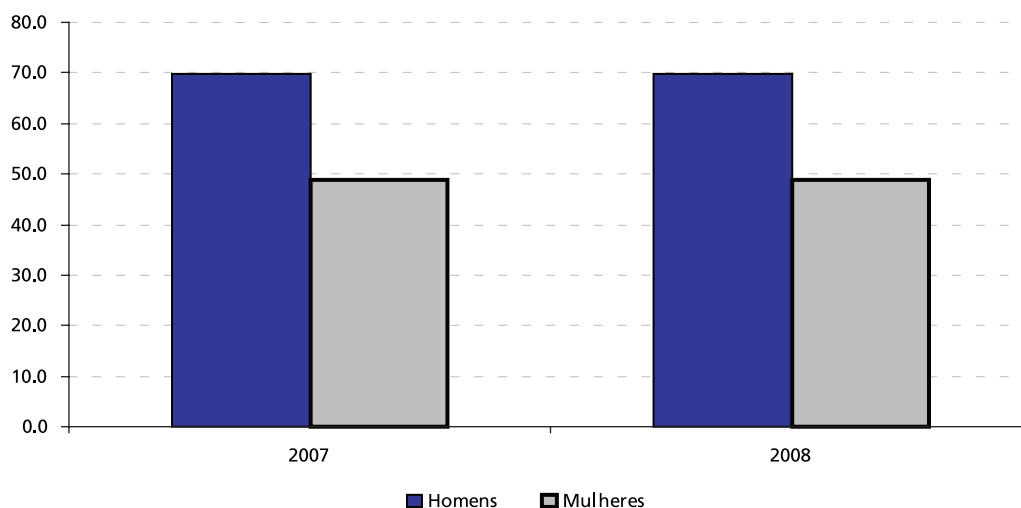
1. Para possibilitar a comparação das PNADs ao longo do tempo, foi preciso harmonizá-la, retirando a região rural do norte do país, a partir de 2004.

2. Para fins deste texto, classificam-se como *ocupados* os indivíduos que, na semana de referência, exerceram trabalho remunerado, ou os que exerceram trabalho não remunerado nesta semana durante pelo menos quinze horas, e, ainda, os que possuíam trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastados. Não são considerados os indivíduos que exerceram trabalho para o próprio consumo ou construção na semana de referência. E são aqui classificados como *desocupados* os indivíduos que, na semana de referência, não trabalharam, mas procuraram trabalho. Também foram considerados os indivíduos que exerceram trabalho não remunerado na semana de referência e trabalharam menos de 15 horas, mas procuraram trabalho na mesma semana, e os que exerceram trabalho para o próprio consumo ou construção própria na semana de referência, mas procuraram trabalho.

3. Um panorama a respeito das grandezas e indicadores pertinentes ao mercado de trabalho em 2007 e 2008 é fornecido na figura A.1 (fluxograma) ao final deste texto, onde também se encontra disponível a evolução de 2001 a 2008 (figura A.2).

GRÁFICO 1

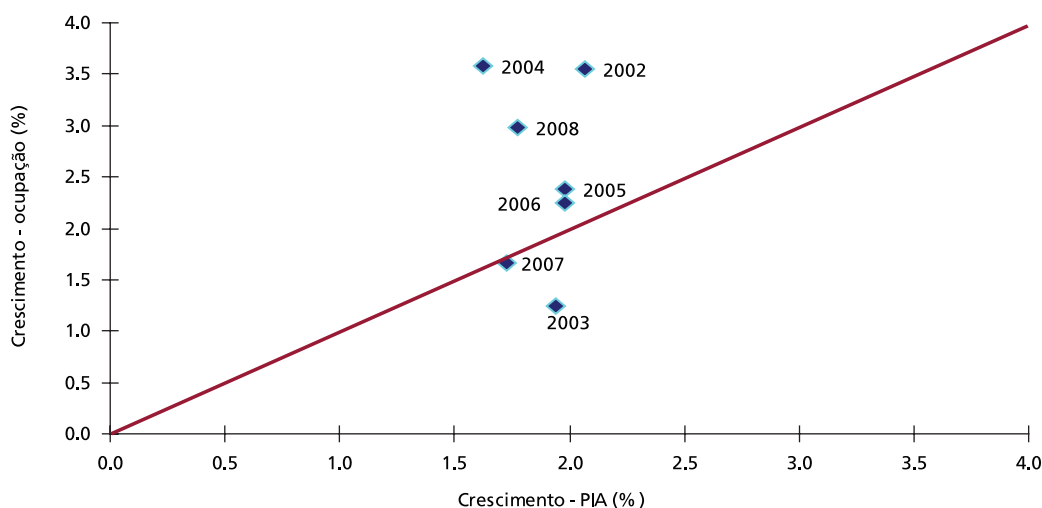
Taxa de participação por gênero (2007 e 2008)



Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs.

O crescimento da população ocupada em 2008 merece destaque por ter atingido a marca de 86 milhões de trabalhadores, frente aos 83,6 milhões de 2007, o que representa um crescimento de 3,0%,⁴ superior ao da média do período em análise. Isto pode ser observado no gráfico 2, que apresenta uma comparação entre as taxas de crescimento do nível de ocupação e da população em idade ativa.⁵ Frise-se que, em 2008, a expansão dos postos de trabalho foi bem superior ao crescimento da PIA, fenômeno que também ocorreu em outros anos (2002, 2004 e 2005). No período como um todo, a variação da ocupação total foi de 19,0%, correspondente a uma taxa média de 2,5% ao ano (a.a.).

GRÁFICO 2

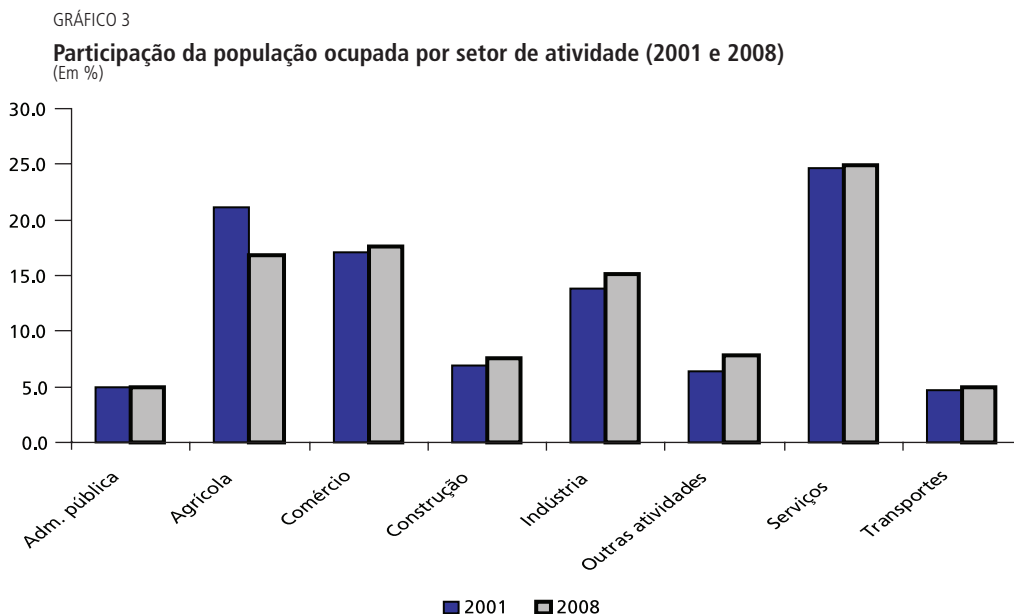
Crescimento ocupacional em relação ao crescimento da PIA
(Em %)

Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs.

4. Vale destacar que esse crescimento chega a 3,8% quando não são consideradas as atividades não remuneradas.

5. Esse crescimento é ditado pelo padrão demográfico. As pequenas variações observadas devem-se ao caráter amostral da pesquisa.

Em relação à distribuição setorial da população ocupada, o confronto entre valores de 2008 e 2001 aponta que praticamente todos os setores de atividade considerados elevaram o seu nível de ocupação, à exceção do setor agrícola, o único a apresentar desempenho negativo (-12,7%). Entre os demais setores com crescimento no período em estudo, a administração pública registrou taxa de crescimento semelhante ao do total de ocupados (20%), enquanto serviços, indústria, construção e outras atividades cresceram a taxas superiores à média.⁶ A participação dos trabalhadores de cada setor no total de ocupados em 2001 e em 2008 pode ser examinada no gráfico 3, que evidencia o declínio no nível do emprego agrícola.



Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs.

Ao examinar a evolução da ocupação entre 2007 e 2008, chama atenção o fato de a ordem de grandeza da variação nos postos de trabalho considerados protegidos⁷ ter sido similar à da variação do total de ocupados (2,3 milhões e 2,5 milhões, respectivamente). Uma consequência disto foi a baixa no grau de informalidade,⁸ que em 2008 ficou em 48,9%, o menor nível da década. Conforme pode ser verificado no gráfico 4, o nível de informalidade vem declinando desde 2001. Em contrapartida, a população ocupada formal⁹ aumentou sua participação no total de ocupados em 6,8 pontos percentuais (p.p.) no mesmo período.

6. A variação para os setores citados se deu da seguinte forma: serviços, 22,8%; indústria, 23,9%; construção, 30,5%; e outras atividades, 39,8%.

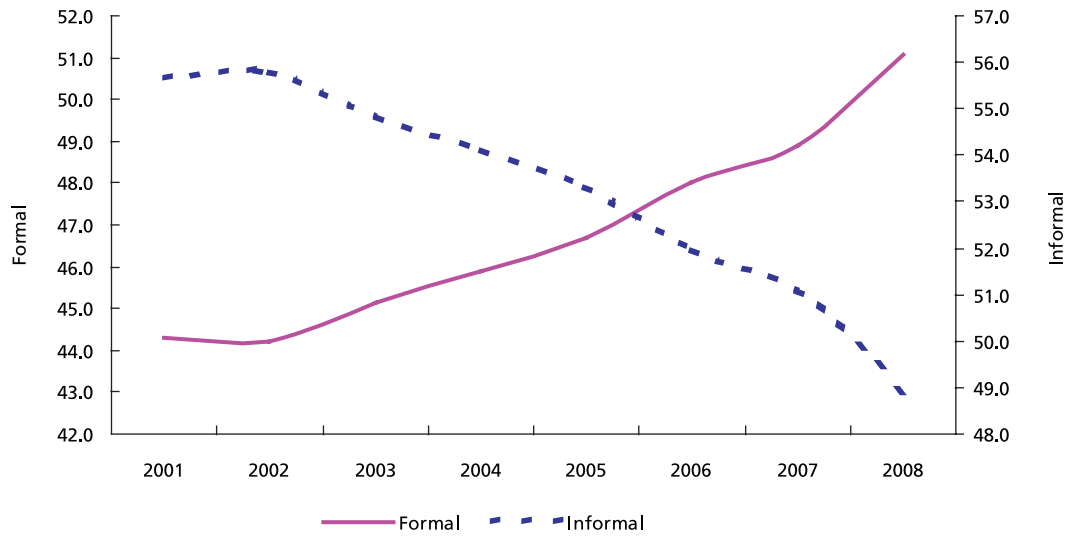
7. São considerados protegidos os trabalhadores com carteira de trabalho assinada (inclusive os trabalhadores domésticos), e os militares e estatutários.

8. O grau de informalidade aqui utilizado é definido como a razão entre trabalhadores sem carteira, conta-própria e não remunerados sobre o total de ocupados —> (trabalhadores sem carteira + conta-própria + não remunerados)/(trabalhadores sem carteira + conta-própria + não remunerados + protegidos).

9. Cabe destacar que a população ocupada formal é composta também pelos empregadores, além dos trabalhadores protegidos.

GRÁFICO 4

Percentual dos empregos formais e das ocupações informais



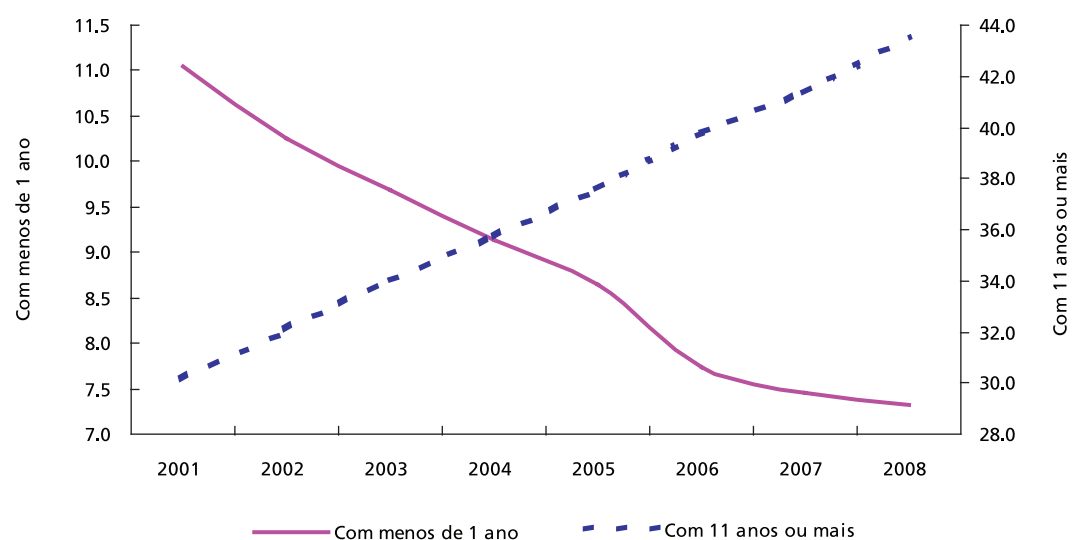
Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs.

No que tange à composição da força de trabalho por escolaridade, há indícios de que houve um viés favorável à demanda por mão de obra qualificada nos últimos anos. Por um lado, o grupo de trabalhadores com 11 ou mais anos de estudo completos foi o que mais se ampliou no contingente de ocupados, com uma variação um pouco acima de 70%, na comparação entre valores de 2001 e 2008. Por outro, os trabalhadores menos escolarizados vêm perdendo espaço no total de ocupados: a queda para aqueles sem nenhum ano completo de estudo foi superior a 20%. O gráfico 5 ilustra esta mudança na composição por meio da evolução da participação destes dois grupos na ocupação total. Também vale observar que entre 2007 e 2008 houve uma inflexão na trajetória dos menos escolarizados, que podem ter sido atraídos pelas boas condições oferecidas pelo mercado de trabalho.

GRÁFICO 5

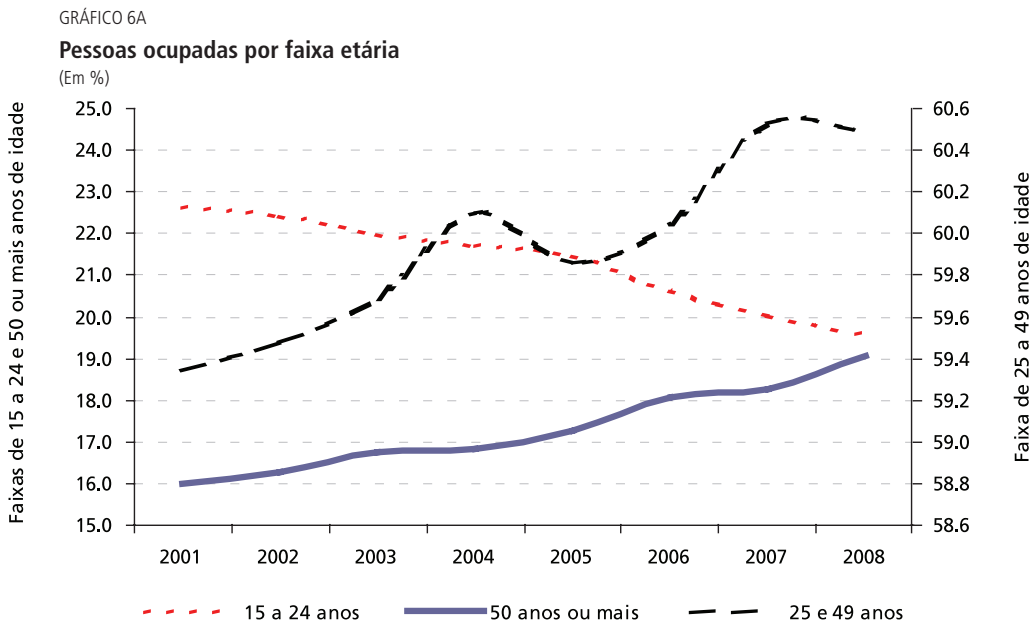
Pessoas ocupadas por anos de estudos

(Em %)

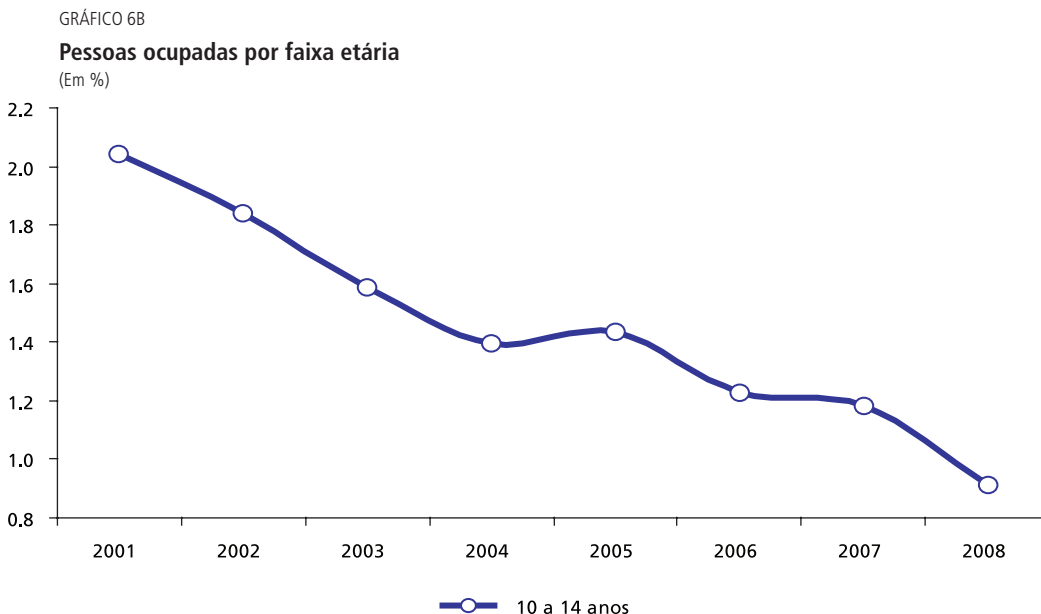


Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs.

Na análise por faixa etária, nota-se, pelo gráfico 6a, que o grupo mais jovem, de 15 a 24 anos de idade, experimentou no decorrer da década um decréscimo de 3 p.p. na sua participação entre os ocupados. Enquanto isso, as participações das faixas de 25 a 49 anos e de 50 anos ou mais de idade apresentaram incrementos de, respectivamente, 1 e 3 p.p. A participação da faixa de 10 a 14 anos no total de ocupados é analisada à parte, no gráfico 6b. Além de constatar que a participação deste grupo vem caindo ao longo da década (com exceção de 2005), pode-se verificar que há uma aceleração da queda no último ano do período dos anos 2000.

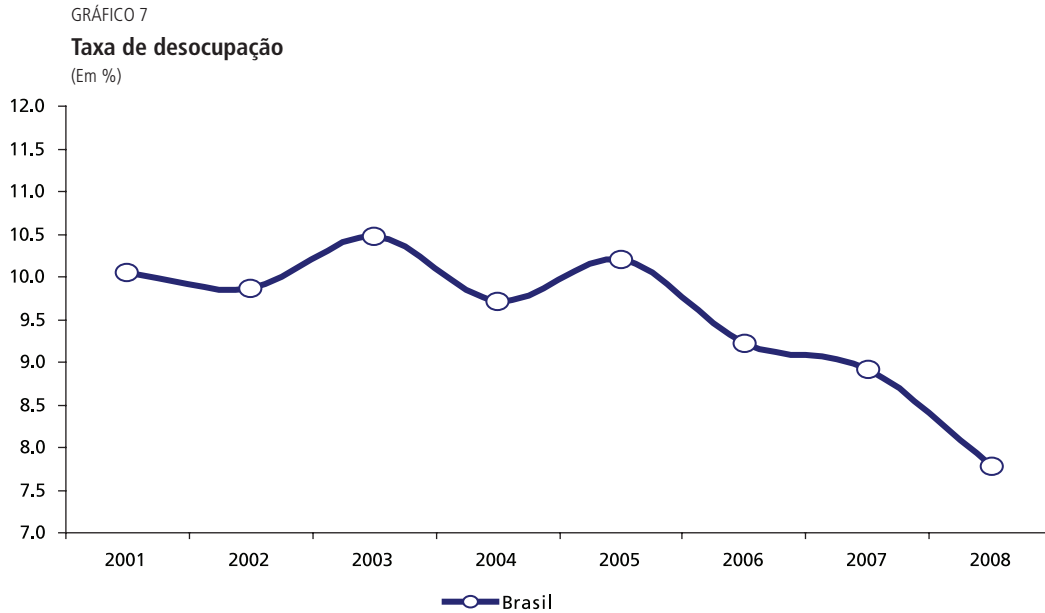


Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs.

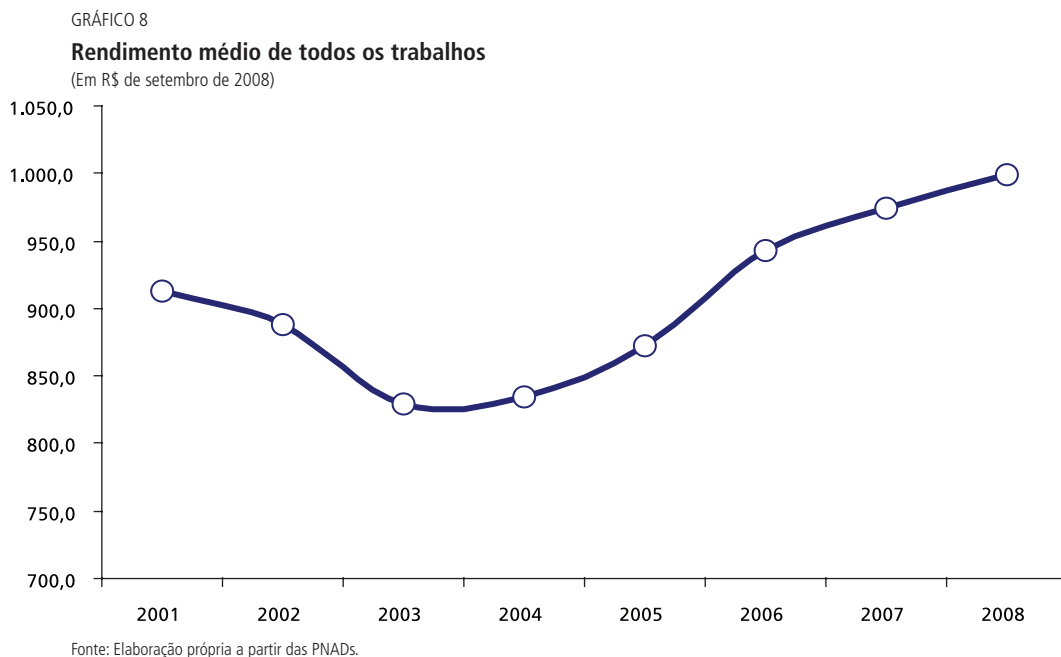


Fonte: Elaboração própria a partir das PNADs.

A taxa de desemprego, ou taxa de desocupação, por sua vez, atingiu em 2008 o menor valor da década: 7,8%. O gráfico 7 indica que a queda registrada para o último ano foi a maior entre 2001 e 2008. Pode-se afirmar, assim, que o determinante mais importante de tal redução foi um aumento na demanda por trabalho, tendo em vista a forte alta da ocupação com uma taxa de participação estável.

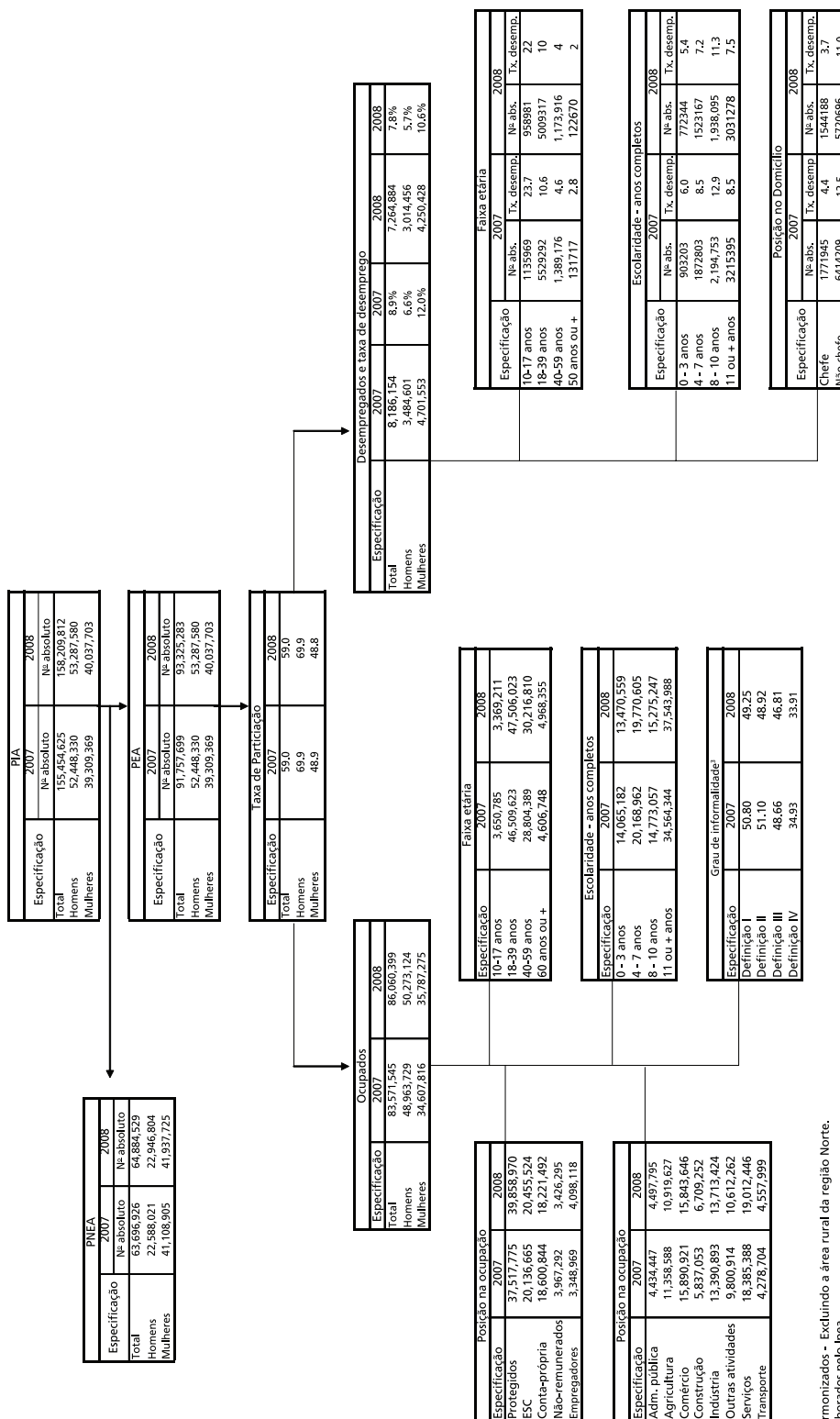


O rendimento real médio de todos os trabalhos em 2008 (R\$ 998,90) correspondeu ao maior valor desde 2001, corroborando a hipótese de aumento na demanda por trabalho. O gráfico 8 mostra que, nos últimos anos, os rendimentos reais vêm exibindo uma trajetória de recuperação, após diminuições expressivas no início da década.



O conjunto de informações apresentadas deixa claro que o comportamento do mercado em 2008 foi bastante satisfatório, dando prosseguimento à trajetória de recuperação iniciada em 2004. Tal desempenho fez a economia alcançar seu melhor momento na década: menor taxa de desemprego, maior nível de ocupação, menor grau de informalidade, maior patamar de rendimentos reais, entre outros indicadores.

FIGURA A.1
Fluxograma - PNAD² - 2007/2008¹



Notas:
¹Dados harmonizados - Excluindo a área rural da região Norte.
²Dados elaborados pelo Ipea.
³ Definição I = (trabalhadores sem carteira + conta-própria) / (trabalhadores protegidos + trabalhadores sem carteira + conta-própria).
 Definição II = (trabalhadores sem carteira + conta-própria) / (trabalhadores protegidos + trabalhadores sem carteira + conta-própria + não remunerados + empregadores).
 Definição III = (trabalhadores sem carteira + conta-própria) / (trabalhadores sem carteira + conta-própria + trabalhadores protegidos + empregadores).
 Definição IV = (trabalhadores sem carteira) / (trabalhadores protegidos + trabalhadores sem carteira).

FIGURA A.2

Panorama geral 2001-2008 (série harmonizada)²

	2001	2002	2003	2004 ¹	2005 ¹	2006 ¹	2007 ¹	2008 ¹	Cresc. méd 2001-2008	Cresc. (%) 2001-2008	Cresc. (%) 2001-2007	Cresc. (%) 2007-2008
PIA	138,962	141,831	144,586	146,931	149,840	152,811	155,455	158,210	1.9	13.9	11.9	1.8
PEA	80,401	83,080	84,684	86,986	89,530	90,550	91,758	93,325	2.2	16.1	14.1	1.7
PNEA	58,561	58,751	59,902	59,945	60,310	62,262	63,697	64,885	1.5	10.8	8.8	1.9
Taxa de Participação	57.9	58.6	58.6	59.2	59.8	59.3	59.0	59.0	0.2	1.1	2.0	0.0
Taxa de Desemprego	10.0	9.9	10.5	9.7	10.2	9.2	8.9	7.8	-0.3	-2.3	-11.2	-1.1
Ocupação Total	72,323	74,888	75,817	78,534	80,400	82,201	83,572	86,060	2.5	19.0	15.6	3.0
Empregado e trabalhador domésticos	47,237	48,937	49,685	52,520	53,954	55,874	57,654	60,314	3.6	27.7	22.1	4.6
Com carteira de trabalho assinada	23,919	24,710	25,581	27,083	28,473	29,728	31,423	33,497	4.9	40.0	31.4	6.6
Militares e estatúários	4,909	5,045	5,292	5,522	5,448	5,827	6,094	6,362	3.8	29.6	24.2	4.4
Outros sem carteira de trabalho assinada	18,410	19,182	18,812	19,916	20,032	20,319	20,137	20,456	1.5	11.1	9.4	1.6
Empregado	41,294	42,826	43,534	46,119	47,375	49,205	51,036	53,738	3.8	30.1	23.6	5.3
Com carteira de trabalho assinada	22,370	23,136	23,920	25,428	26,746	27,915	29,619	31,727	5.1	41.8	32.4	7.1
Militares e estatúários	4,909	5,045	5,292	5,522	5,448	5,827	6,094	6,362	3.8	29.6	24.2	4.4
Outros sem carteira de trabalho assinada	14,015	14,645	14,321	15,168	15,180	15,463	15,323	15,649	1.6	11.7	9.3	2.1
Trabalhador doméstico	5,943	6,111	6,151	6,402	6,579	6,670	6,619	6,576	1.5	10.7	11.4	-0.6
Com carteira de trabalho assinada	1,548	1,574	1,661	1,654	1,727	1,813	1,805	1,769	1.9	14.3	16.6	-2.0
Sem carteira de trabalho assinada	4,394	4,537	4,491	4,747	4,851	4,856	4,814	4,807	1.3	9.4	9.5	-0.2
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conta própria	16,995	17,595	17,927	18,008	18,311	18,346	18,601	18,221	1.0	7.2	9.4	-2.0
Empregador	3,213	3,351	3,357	3,421	3,611	3,903	3,349	4,098	3.5	27.6	4.2	22.4
Não remunerado	4,866	4,997	4,845	4,584	4,524	4,075	3,967	3,426	-4.9	-29.6	-18.5	-13.6
Rendimento³	912.78	888.08	829.54	834.41	872.25	942.63	974.64	998.90	1.3	9.4	6.8	2.5
População Ocupada Por Grupo de Idade												
10 a 14 anos	1,477	1,377	1,202	1,097	1,151	1,009	988	784	-8.6	-46.9	-33.1	-20.6
15 a 17 anos	3,001	3,044	2,910	2,913	2,845	2,710	2,663	2,585	-2.1	-13.9	-11.3	-2.9
18 e 19 anos	3,444	3,366	3,236	3,406	3,395	3,404	3,407	3,345	-0.4	-2.9	-1.1	-1.8
20 a 24 anos	9,913	10,381	10,498	10,717	10,986	10,849	10,675	10,887	1.3	9.8	7.7	2.0
25 a 29 anos	9,571	9,882	10,158	10,566	11,047	11,296	11,489	11,912	3.2	24.5	20.0	3.7
30 a 39 anos	18,768	19,275	19,352	19,970	20,149	20,552	20,938	21,362	1.9	13.8	11.6	2.0
40 a 49 anos	14,576	15,379	15,738	16,657	16,906	17,514	18,157	18,779	3.7	28.8	24.6	3.4
50 a 59 anos	7,784	8,242	8,627	9,134	9,713	10,416	10,647	11,438	5.7	46.9	36.8	7.4
60 anos ou mais	3,781	3,932	4,080	4,071	4,168	4,451	4,607	4,968	4.0	31.4	21.8	7.8
População Ocupada Por Escolaridade												
Sem instrução e menos de 1 ano	7,993	7,676	7,345	7,173	6,944	6,353	6,235	6,297	-3.3	-21.2	-22.0	1.0
1 a 3 anos	9,575	9,400	8,815	8,587	8,543	8,050	7,831	7,173	-4.0	-25.1	-18.2	-8.4
4 a 7 anos	21,030	21,478	21,033	21,106	21,041	21,003	20,169	19,771	-0.9	-6.0	-4.1	-2.0
8 a 10 anos	11,919	12,297	12,805	13,600	13,632	14,051	14,773	15,275	3.6	28.2	23.9	3.4
11 anos ou mais	21,791	24,024	25,810	28,064	30,236	32,737	34,564	37,544	8.1	72.3	58.6	8.6
População Ocupada Por Setor de Atividade												
Agricultora	12,515	12,762	12,823	12,852	12,652	11,993	11,359	10,920	-1.9	-12.7	-9.2	-3.9
Indústria	11,069	11,165	11,427	12,171	12,529	12,771	13,391	13,713	3.1	23.9	21.0	2.4
Construção	5,141	5,461	5,095	5,184	5,439	5,603	5,837	6,709	3.9	30.5	13.5	14.9
Comércio	12,995	13,416	14,022	14,361	15,175	15,354	15,891	15,844	2.9	21.9	22.3	-0.3
Alojamento e Alimentação	2,876	2,874	2,840	2,944	3,093	3,273	3,248	3,506	2.9	21.9	12.9	7.9
Transporte, armazenagem e comunicação	3,561	3,685	3,710	3,845	3,907	3,996	4,279	4,558	3.6	28.0	20.1	6.5
Administração pública	3,748	3,872	3,990	4,168	4,229	4,397	4,434	4,498	2.6	20.0	18.3	1.4
Educação, saúde e serviços sociais	6,695	7,020	7,135	7,296	7,530	7,845	8,185	8,437	3.4	26.0	22.3	3.1
Serviços domésticos	5,946	6,113	6,152	6,403	6,579	6,671	6,619	6,576	1.4	10.6	11.3	-0.6
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2,846	3,093	2,938	3,422	3,209	3,695	3,582	3,999	5.0	40.5	25.9	11.7
Outras Atividades	7,594	8,101	8,328	8,613	8,961	9,676	9,801	10,612	4.9	39.8	29.1	8.3
Atividades maldefinidas ou não-declaradas	213	201	197	220	189	199	195	194	-1.3	-8.8	-8.5	-0.4

Fonte: PNADs de 2001 a 2008.

Nota: ¹ Excluindo a área rural da região Norte.² Dados harmonizados elaborados pelo Ipea.³ Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos da PIA ocupada (em R\$ de setembro de 2008).

ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

INTRODUÇÃO

OS EFEITOS DA CRISE MUNDIAL SOBRE OS EMPREENDIMENTOS AUTOGESTIONÁRIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA FILIADOS À UNISOL BRASIL, E O PAPEL ANTICÍCLICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Arildo Mota Lopes

A CRISE FINANCEIRA E OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Movimento Nacional dos Catadores de
Materiais Recicláveis

BANCOS COMUNITÁRIOS

João Joaquim de Melo Neto Segundo
Sandra Magalhães

INTRODUÇÃO

A seção *Economia Solidária e Políticas Públicas* deste número do *Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* traz três textos que mostram um pouco da realidade da economia solidária no Brasil de hoje. Um Brasil que, apoiado em seu mercado interno, vem conseguindo rapidamente se recuperar dos efeitos produzidos no país pela crise da economia capitalista. Cada um dos textos procura mostrar como a economia solidária vivenciou – e ainda vivencia – algumas das dimensões deste fenômeno de abrangência mundial. Sua leitura permite perceber o nível em que a proposta e o alcance da economia solidária já estão enraizados na nossa realidade, e conformam uma estratégia – cada vez mais consistente – de caminhos alternativos a serem incorporados efetivamente ao processo de desenvolvimento do país.

No primeiro texto, Arildo Lopes, diretor presidente da União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol Brasil), após situar brevemente a proposta e razão de ser da organização que dirige, conta as dificuldades por que passou o conjunto dos empreendimentos associados, em particular as empresas recuperadas de processos de falência e, entre estas, as do setorial de metalurgia, com casos de queda de até 60% no faturamento. Mesmo neste contexto, os empreendimentos não diminuíram seus quadros de pessoal – uma diferença fundamental entre a realidade da economia solidária e aquela que caracteriza a perspectiva capitalista tradicional.

O segundo texto, de autoria do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, pode representar, para aqueles que não têm qualquer informação sobre este setor, uma verdadeira surpresa cognitivo-emocional. E isto por várias razões. Primeiramente, por ensejar o conhecimento da articulação global que liga a catação de material reciclável nas ruas das cidades brasileiras ao processo de valorização do capital, mediado pelas cotações destas *commodities* na Bolsa de Valores de Londres. Em segundo lugar, por revelar a violência do impacto da crise mundial na vida dos trabalhadores do setor – uma realidade chocante que se adiciona à já chocante realidade de seu cotidiano. E em terceiro lugar, pelo que o texto permite inferir a respeito do estágio de amadurecimento do processo de organização destes trabalhadores, fator de esperança em um quadro de tantos e tão grandes desafios.

Finalmente, mantendo distância da dimensão de descalabro financeiro que serviu de combustível para a crise mundial, o terceiro texto, de João Joaquim de Melo e Sandra Magalhães, expõe de maneira extremamente didática a proposta de atuação dos bancos comunitários e discorre sobre a experiência exitosa do Banco Palmas, assim como sobre o processo de disseminação destas instituições financeiras, um instrumento efetivo de promoção do desenvolvimento sustentável.

Três textos, três exemplos claros de que um outro mundo é possível, de como uma outra economia acontece.

OS EFEITOS DA CRISE MUNDIAL SOBRE OS EMPREENDIMENTOS AUTOGESTIONÁRIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA FILIADOS À UNISOL BRASIL, E O PAPEL ANTICÍCLICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Arildo Mota Lopes*

A Unisol Brasil é uma associação sem fins lucrativos, constituída por empreendimentos autogestionários (associações, cooperativas e empresas autogestionárias) que, por intermédio de sua união, buscam representar politicamente os empreendimentos da economia solidária na forma de uma central de cooperativas e empreendimentos solidários, de abrangência nacional. A associação acredita no fortalecimento econômico dos empreendimentos como ferramenta para a emancipação dos trabalhadores, e atua pela construção de três pilares fundamentais: a participação política dos trabalhadores, o desenvolvimento econômico sustentável do país, e a inclusão social dos excluídos do mercado formal de trabalho.

Sua missão é organizar, representar e articular, de forma ampla e transparente, as cooperativas, associações e outros empreendimentos autogestionários da economia solidária, resgatando e promovendo a intercooperação, a igualdade social e econômica, a dignidade humana e o desenvolvimento sustentável. Atualmente está representada em 23 Unidades da Federação, nas cinco regiões do país, e responde por uma base de cerca de 600 empreendimentos, que correspondem a mais de 30 mil trabalhadores e trabalhadoras engajados na economia solidária no Brasil.

Para um melhor encaminhamento das demandas, a Unisol Brasil busca estimular a organização dos empreendimentos em redes e cadeias, denominadas de setoriais. Atualmente existem dez deles em diferentes estágios de organização e articulação: agricultura familiar, alimentação, apicultura, artesanato, confecção e têxtil, construção civil, cooperativismo social, metalurgia, fruticultura e reciclagem.

De modo geral, os setoriais são compostos por micro e pequenos empreendimentos autogestionários voltados ao mercado interno. Mas também há uma parte deles, ainda que pequena em termos quantitativos, que são as empresas recuperadas de médio e grande porte. Estas cooperativas são fruto de empresas que faliram – em sua maioria durante a abertura comercial vivida na década de 1990 – e que, pelo esforço de seus antigos trabalhadores, com o apoio dos movimentos sindicais, de lideranças políticas e de alguns governos, voltaram a operar num modelo de autogestão e hoje são empresas competitivas que preservam as características democráticas: defendem, apoiam e articulam os interesses da economia solidária, ao mesmo tempo em que competem com empresas tipicamente capitalistas, seja no mercado interno, seja pela exportação de seus produtos.

Pode-se afirmar que, embora a crise tenha tido reflexos no conjunto dos empreendimentos da economia solidária, foram justamente aquelas cooperativas oriundas de empresas recuperadas as que sofreram com mais vigor e por mais tempo os efeitos da crise econômica mundial, cujo início no Brasil se deu já no final de 2008. A exceção a esta regra foi o setorial da reciclagem, que também experimentou grande impacto pela retração simultânea da demanda e de preços, embora não se origine de empresa recuperada.

* Diretor presidente da União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol Brasil).

Pode-se destacar, entre as cooperativas formadas por empresas recuperadas, aquelas do setorial da metalurgia, em especial as que têm foco na transformação: em algumas delas o impacto na redução do faturamento chegou a 60% em comparação ao pico de 2008 – um ano que prometia ser excepcional.

A retração acabou pegando todos de surpresa, e “no contrapé”, uma vez que a grande maioria das cooperativas aproveitou o período de prosperidade e de maior acesso ao crédito para expansão e modernização. A crise congelou os investimentos estratégicos e reduziu proporcionalmente as retiradas dos sócios trabalhadores, mas não comprometeu os empregos.

Hoje, o mercado sinaliza positivamente para a retomada do crescimento, o que sem dúvida reflete o acerto nas medidas tomadas pelo governo federal. Entre estas, podem ser citadas: *i)* redução do *spread* bancário; *ii)* ampliação e barateamento do crédito; *iii)* intensificação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); *iv)* criação do Programa Minha Casa, Minha Vida; *v)* destinação de crédito para agricultura em todos os níveis – somente para agricultura familiar, foram liberados R\$ 15 bilhões para a safra 2009/2010; e *vi)* apoio a programas que fomentarão a produção, a distribuição e o consumo dos produtos oriundos da agricultura familiar – como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Embora de caráter geral, tais iniciativas beneficiaram todos os tipos de empreendimentos, quer fossem solidários, quer possuíssem feição capitalista.

Destaca-se o papel importante desempenhado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que lançou inúmeras linhas de crédito de apoio ao cooperativismo, operadas por diversos agentes financeiros. Na mesma direção, pode-se afirmar que tanto iniciativas do Banco do Brasil quanto da Caixa Econômica Federal têm sido de relevância fundamental na construção destas políticas, seja na disponibilização do crédito, seja na operacionalização das políticas e programas do governo federal.

Não obstante a crise ter afetado de modo bastante contundente, em termos econômicos, uma parte expressiva da economia solidária, o que realmente preocupa os sócios trabalhadores são a morosidade e a dificuldade para a aprovação de uma legislação específica que proporcione mais tranquilidade e maior clareza para a gestão e para a condução de seus empreendimentos.

Atualmente se encontram em debate algumas leis – listadas a seguir – que serão de extrema importância para a expansão e para a sustentabilidade desse modelo de desenvolvimento.

1. Lei Geral da Economia Solidária: visa definir, apoiar e incentivar as diversas iniciativas, sustentáveis sob todos os aspectos, voltadas ao desenvolvimento da economia solidária.
2. Lei Geral do Cooperativismo: busca substituir a lei atual (Lei nº 5764, de 16 de dezembro de 1971) por algo mais moderno e eficaz, que não apenas discipline o funcionamento societário das cooperativas, mas também crie os mecanismos adequados de apoio e incentivo ao cooperativismo vigoroso e plenamente sustentável.
3. Leis tributárias voltadas às cooperativas: visam dar-lhes o tratamento tributário adequado, de maneira justa e equilibrada.
4. Lei complementar (Projeto de Lei Complementar nº 386/2008): define o ato cooperativo e a incidência ou isenção de tributos (federais, estaduais e municipais) nas operações efetuadas pelas cooperativas.

5. Lei ordinária (Projeto de Lei nº 3.723/2008): regula as bases de incidência de cada tributo federal para os principais ramos do cooperativismo.
6. Cooperativas de trabalho (divididas em cooperativas de produção ou de serviços): o Projeto de Lei nº 131/2008, já aprovado na Câmara dos Deputados, encontra-se no Senado, sob a relatoria do senador Sérgio Guerra. É importante sua aprovação, dado que o texto da proposta é fruto de amplo debate entre o movimento da economia solidária e outros setores do cooperativismo.
7. Cooperativas sociais: seu objetivo é propiciar condições especiais de apoio e incentivo às cooperativas que reúnem pessoas em condições de desvantagem social, econômica, pessoal etc.
8. Arrendamento de ativos – empresa em crise – não sucessão de dívidas: afasta a sucessão de dívidas trabalhistas quando houver o arrendamento ou comodato dos ativos da empresa, mediante assistência sindical.

A Unisol Brasil tem participado ativamente de todos esses debates, tanto junto ao Poder Executivo quanto junto ao Legislativo, fazendo críticas e apresentando inúmeras propostas para aprimoramento dos referidos conteúdos.

Para além dos pontos aqui colocados, vale lembrar ainda a importância da estruturação de alguns eixos estratégicos que possibilitarão a consolidação dos empreendimentos e a sustentabilidade da economia solidária, quais sejam: *i)* desenvolvimento e aprimoramento dos marcos regulatórios; *ii)* abertura de canais de acesso a novos mercados; *iii)* melhora no acesso ao crédito em maior volume e de melhor qualidade; *iv)* estruturação de um sistema de inovação tecnológica; *v)* oferta de capacitação e formação aos trabalhadores; e – entre outras iniciativas – *vi)* oferta de assistência técnica qualificada e especializada em autogestão.

Enfim, a economia solidária, como uma criança, parece dar os primeiros passos rumo a um futuro promissor. Apesar de ingênua e cheia de esperanças, percebe que os obstáculos não serão pequenos, mas sente que existe quem olhe por ela.

A CRISE FINANCEIRA E OS CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS

Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis*

A crise financeira internacional teve seu pior momento entre novembro de 2008 e fevereiro de 2009, ano em que se completam 80 anos da crise financeira de 1929, que abalou o mundo capitalista e foi uma das causas da Segunda Guerra Mundial.

A crise generalizada afetou o setor da reciclagem, que em todo o mundo tem preços ditados pela Bolsa de Valores de Londres. As *commodities* de materiais recicláveis (aparas de papel, sucata de ferro e plásticos) são classificadas como mercadorias primárias, ou matérias-primas, que têm seu preço cotado e negociado de forma global. Isto significa que os materiais coletados pelos catadores têm preços, são negociados em vários países e estão sujeitos às variações que as indústrias praticam ao redor do mundo, cotadas em dólar.

São vários os fatores que motivaram a queda, mas ao que tudo indica há uma tendência no mercado de cortar custos e diminuir a produção. Com isso, há também uma preferência em utilizar matérias-primas virgens em vez das recicladas. É o que está acontecendo com o papel. Durante a crise, preferiu-se utilizar, para a produção, os estoques de madeira, disponíveis a um custo menor, e cortar a produção derivada de matéria-prima reciclável.

Entretanto, a indústria de modo geral efetuou cortes, transferindo-os para os preços pagos pelos recicláveis e prejudicando apenas os catadores.

Durante esse período em que a indústria deixou de comprar materiais recicláveis, o mercado da reciclagem quebrou. Indústrias de beneficiamento fecharam as portas, milhares de demissões ocorreram. Os efeitos do período ainda podem ser vistos até hoje, pois o setor não se recuperou por completo.

Mas, sem dúvida, quem mais sofreu com a crise foram os catadores de materiais recicláveis, a ponta de uma cadeia produtiva injusta, conhecida como cadeia produtiva suja – um sistema de produção que é sustentado pelo trabalho precarizado de catadores que exercem a atividade sem qualquer vínculo empregatício. Eles vendem materiais recicláveis para ferros-velhos pequenos e médios, e até para redes de comércio de sucata. Além do trabalho em condições precárias, há casos de trabalhos análogos à escravidão, servidão por dívida, aluguel de carroças e trabalho infantil. São situações que violam os direitos humanos dos catadores, um dilema moral do setor da reciclagem que, no Brasil, apesar de ser considerado um dos maiores do mundo, ainda é mantido pela exploração destes trabalhadores. A indústria da reciclagem no Brasil é abastecida por bolsões de miséria espalhados por todo o país. Segundo estimativa do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), 90% de tudo que é reciclado vem das mãos dos cerca de 800 mil catadores e catadoras em atividade nas ruas das metrópoles, que atuam diretamente dentro de lixões a céu aberto ou organizados em cooperativas e associações.

No que respeita às cooperativas e associações de catadores que sobrevivem exclusivamente da coleta e venda de materiais recicláveis, a queda no valor pago pelos materiais afetou

* Movimento social fundado em junho de 2001 que trabalha pela autogestão e organização dos catadores em todo o Brasil. Ver <<http://www.mnrcr.org.br>>.

diretamente a renda familiar dos associados. Estima-se que esta queda tenha sido de 62%, em média. Sem ter como pagar os custos operacionais para realizar a coleta, pagar impostos e despesas administrativas, centenas destas organizações se viram falidas. A maior parte dos associados deixou as organizações à procura de outras alternativas de trabalho, quase sempre informais. O preço do quilo do plástico, por exemplo, caiu de R\$ 1,00 para R\$ 0,60, e o do plástico de garrafas *pet*, de R\$ 1,20 para R\$ 0,35. Entre setembro de 2008 e janeiro de 2009, o preço do quilo de papelão especial reduziu-se de R\$ 0,47 para R\$ 0,12; do papelão fino, de R\$ 0,37 para R\$ 0,10; do jornal, de R\$ 0,27 para R\$ 0,08; do papel misturado, de R\$ 0,15 para R\$ 0,01; e do papel branco, de R\$ 0,47 para R\$ 0,30. Em São Paulo, o ferro, que em setembro de 2008 custava R\$ 0,42 o quilo, em novembro do mesmo ano encontrava-se a R\$ 0,16.

Se a situação dos catadores nas organizações foi difícil, a dos catadores que trabalham individualmente foi ainda pior. Sem ter acesso a equipamentos que gerassem escala de produção, estes catadores tornaram-se presas ainda mais frágeis durante a crise, que promoveu a fome e o desespero. A renda dos catadores varia entre R\$ 70 e R\$ 140 mensais (média nacional), segundo dados de 2006 do Departamento de Economia da Universidade Federal da Bahia – Grupo de Estudos de Relações Intersetoriais (Geri) – sobre o custo de um posto de trabalho para o segmento dos catadores de materiais recicláveis; no estado de São Paulo, esta média aumenta um pouco, para cerca de R\$ 200 mensais.

Em entrevista no início do ano, Marcos Sérgio, diretor-presidente da RFR Reciclagem, empresa de processamento de sucata de ferro, declarou: “essa queda se reflete mais rápido para o carrinheiro, porque é onde conseguimos repassar imediatamente a redução do preço”. Segundo Alexandre Cardoso, membro do MNCR:

O preço do metal despencou de 40% a 60%. Uma parte dessa queda se deve aos empresários que controlam a produção de ferro-gusa, uma matéria-prima virgem. Eles buscam melhorar as suas vendas, e para isso reduzem os seus preços. Isso estimula as fundições e siderúrgicas a comprarem menos matéria-prima reciclada. Dessa forma, se torna mais em conta para a indústria trabalhar com matérias-primas virgens, retiradas diretamente da natureza, do que reciclar os materiais que são descartados pela sociedade.

Cardoso afirma que as empresas procuram se unir ainda mais para repassar esta defasagem de cotação para os catadores: “isso pode ser chamado pelo nome de cartel, ou seja, uma junção de empresas feita para controlar o mercado e combinar os preços”.

A queda nos preços afetou também os gestores públicos, que tiveram mais resíduos nas ruas das cidades para recolher. Sem ter onde vender o material, os catadores deixaram de coletar os materiais cujo preço foi prejudicado; além disso, houve o impacto gerado pelo abandono da atividade de catação por milhares de pessoas. Devido à maior quantidade de lixo nas ruas, o município paga a mais pela coleta e destinação do lixo para aterros sanitários privados, como é o caso da cidade de São Paulo. Com todos os seus aterros esgotados, a cidade tem de destinar os resíduos para outros municípios – cerca de 15 mil toneladas por dia.

A alternativa a essa situação insustentável é o incentivo à organização autônoma dos catadores, por meio de cooperativas e associações que procuram especializar estes trabalhadores e dar regularidade à atividade de catação. Como qualquer setor produtivo que abastece a indústria brasileira, as organizações de catadores precisam de infraestrutura para tornar o trabalho regular e de qualidade, assim como para aumentar a capacidade de processamento de resíduos, agregando novos catadores e formalizando novos postos de trabalho no país.

Já está mais que provada a capacidade de as cooperativas e associações de catadores gerarem trabalho e renda, combinando a inclusão social de pessoas excluídas do mercado de trabalho formal com políticas públicas de preservação do meio ambiente. São estudos acadêmicos e pesquisas socioeconômicas que têm mostrado a eficiência destas organizações frente à problemática da geração de resíduos nas grandes cidades, pois elas são alternativas à criação de lixões a céu aberto e à superlotação de aterros sanitários.

REGULAÇÃO DO MERCADO

A crise financeira mostrou o quanto o mercado da reciclagem no Brasil é frágil, pois está sujeito aos solavancos da economia mundial sem ter ferramentas de controle e incentivo. Este é um dilema sério para um país que desponta como potência econômica e busca o crescimento sustentável. Como forma de defender a categoria, o MNCR propôs ao Comitê Interministerial de Inclusão Econômica dos Catadores a criação de uma Câmara Técnica do Setor de Reciclagem para estudar mecanismos de regulação do mercado – uma forma de dar estabilidade ao setor.

Nas palavras de Roberto Rocha, também representante do MNCR:

Uma ação é cobrar a regulação do mercado da reciclagem. Os catadores não podem pagar pela crise como está acontecendo. Deve haver mecanismos de defesa do mercado da reciclagem, assim como acontece no setor agrícola, entre outros. Do mesmo jeito que as empresas recebem incentivos fiscais e econômicos dos governos federal, estadual e municipal, nós também queremos ajuda. Até porque são as cooperativas as verdadeiras geradoras de emprego.

No entanto, na sua avaliação, a regulação do mercado não é a única solução.

É preciso que as prefeituras comecem a contratar as cooperativas de catadores para realizar a coleta de recicláveis nas cidades, como já é feito em algumas cidades. Só remunerando o catador pelo trabalho que realiza será possível dar regularidade à coleta seletiva, e estabilidade econômica ao catador.

PAGAR OS CATADORES

O MNCR vem lutando nos municípios e junto ao governo federal, buscando atendimento assistencial de emergência para as famílias de catadores atingidas pela queda dos preços. Porém, esta não é uma solução definitiva. A grande reivindicação hoje em todo o Brasil é o pagamento aos catadores pelos serviços de coleta que realizam nas cidades, como é feito em Belo Horizonte (MG), e em Araraquara, São José do Rio Preto, Diadema, Biritiba Mirim, Arujá, e Assis (SP).

A contratação das organizações de catadores para realizar a coleta seletiva é uma forma de garantir a continuidade do serviço de coleta mesmo com baixa no mercado. Hoje, a Lei Federal nº 11.445, sobre a Política Nacional de Saneamento, permite que os municípios contratem estas organizações sem a necessidade de licitação e com menos burocracia. O projeto de lei sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, prestes a ser votado na Câmara dos Deputados, prevê em seu texto o fomento a estas organizações, bem como a contratação e pagamento aos catadores.

Hoje, os municípios pagam milhões por mês para que empresas enterrem o lixo. O justo seria que isto fosse pago aos catadores, por impedirem que os resíduos sejam enterrados e poluam o meio ambiente. Esta atitude permite a geração de renda, a inclusão social e a produção de matérias-primas limpas, preservando o meio ambiente.

As cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis prestam um serviço público à sociedade. Elas estão constituídas legalmente enquanto organizações civis sem fins lucrativos; portanto, seu fim último não é o lucro, como é o caso das empresas de comercialização de materiais. Estas organizações trabalham com a finalidade da prestação de serviços à sociedade e ao meio ambiente. A coleta porta a porta, a interação com a comunidade e a capacitação constante de seus cooperados e associados são formas de garantir novo sentido à atividade de catação e à função do catador como trabalhador e agente ambiental.

Algumas iniciativas em andamento visam apoiar o trabalho realizado pelas cooperativas. No entanto, estas ações ainda não são suficientes para manter a estabilidade e melhorar de modo amplo a situação dos catadores. É por este motivo que o MNCR iniciou uma campanha coordenada nacionalmente no sentido de as prefeituras contratarem as organizações de catadores e pagarem pelos serviços que elas prestam à sociedade de forma gratuita. Em diversas cidades, já se conquistou este direito. Nelas, os serviços de coleta seletiva são modelos nacionais de iniciativas bem-sucedidas.

BANCOS COMUNITÁRIOS

João Joaquim de Melo Neto Segundo*
Sandra Magalhães**

Bancos comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos socioprodutivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercearias, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores.

A definição acima, formulada no II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, realizado entre 18 e 21 de abril de 2007 em Iparana (CE), procura delinear um tipo de iniciativa que ganha cada vez mais espaço na economia nacional.

O tema tem grande relevância no momento, pois no segundo semestre de 2008 o mundo presenciou, escandalizado, uma crise que, originada no sistema financeiro internacional, trouxe vultosos recursos dos cofres públicos para sua superação, salvando-se assim bancos importantes até então reconhecidos pela sua grandeza e eficiência. Segundo o Institute for Policy Studies, mais de US\$ 4 trilhões foram destinados a bancos e seguradoras, montante equivalente a quatro vezes o dinheiro gasto para combater a pobreza e as mudanças climáticas no mundo.

Dois importantes estudos, divulgados em abril de 2009 no Brasil, mostram a relação direta entre exclusão bancária e extrema indigência: *O Mapa da Extrema Indigência no Ceará e o Custo Financeiro de sua Extinção*, realizado pelo Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará (CAEN/UFC); e *Transformação na Indústria Bancária Brasileira e o Cenário da Crise*, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Quando cruzados os dados destes dois trabalhos, chega-se a uma cruel relação. Maranhão, Piauí e Alagoas, em 2006, foram os três estados que, proporcionalmente, apresentaram maiores índices de população em condições de extrema indigência (consoante a pesquisa da UFC) e, também proporcionalmente, as três Unidades da Federação (UFs) com menor número de agências bancárias (de acordo com o documento do Ipea). No mesmo ano, proporcionalmente, Santa Catarina e São Paulo foram os dois estados com menores índices de extrema indigência (dados da UFC) e, também, os que possuíam mais agências bancárias (números do Ipea). Fica evidenciada, portanto, a importância de sistemas financeiros e bancários para a promoção do desenvolvimento e da inclusão social.

No entanto, milhares de brasileiros continuam sem acesso aos bancos. No estudo referido, o Ipea salienta que mais de 500 municípios do Brasil não possuem sequer uma agência bancária.

* Coordenador geral do Instituto Palmas.

** Coordenadora de projetos do Instituto Palmas.

Talvez a explicação para isso resida na comparação dos grandes bancos com os transatlânticos, que o indiano Muhammad Yunus, agraciado com o Prêmio Nobel da Paz de 2006 e presidente do Grameen Bank, costuma fazer: eles são belos, perfeitos e poderosos, mas só navegam em oceanos; não conseguem entrar em rios e córregos.

O BANCO PALMAS

O primeiro banco comunitário brasileiro foi o Banco Palmas, inaugurado em janeiro de 1998 no Conjunto Palmeira, um bairro pobre com cerca de 30 mil habitantes, situado na periferia de Fortaleza (CE).

A ideia partiu da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira, e teve adesão da comunidade. Eles criaram no bairro um sistema econômico que conta com uma linha de microcrédito alternativo (para produtores e consumidores), instrumentos de incentivo ao consumo local (cartão de crédito e moeda social circulante), e novas formas de comercialização (feiras e lojas solidárias), promovendo localmente geração de emprego e renda para diversas pessoas.

O Banco Palmas tem três características centrais: gestão feita pela própria comunidade, inclusive quanto à administração dos recursos; sistema integrado de desenvolvimento local, que promove o crédito, a produção, a comercialização e a capacitação; e o circulante local (denominado palmas), complementar à moeda oficial (real), aceito e reconhecido por produtores, comerciantes e consumidores do bairro. Cria-se entre as famílias, desse modo, um mercado solidário e alternativo.

A moeda palmas é indexada e lastreada em reais (1 palmas vale R\$ 1), o que permite aos empreendimentos produtivos da comunidade, como indústria, comércio e serviços, fazerem “câmbio” sempre que precisarem repor seus estoques com produtos não fabricados no bairro. A palmas já é aceita por 240 empreendimentos, que oferecem descontos de 2% a 15% para quem dela se utiliza em compras.

Em março de 2008 o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) contratou a Universidade Federal do Ceará para fazer a avaliação de impacto e imagem do banco no Conjunto Palmeira. Alguns resultados merecem destaque:

- 98% dos entrevistados consideraram que o Banco Palmas contribuiu para o desenvolvimento do Conjunto Palmeira;
- 90% declararam que o Banco Palmas concorreu para a melhoria de sua qualidade de vida;
- 26% aumentaram a renda familiar devido à ação do Banco Palmas;
- 22% conseguiram trabalho por meio do Banco Palmas;
- 61% atribuíram notas 9 ou 10 (numa escala de 1 a 10) ao Banco Palmas.

Com o objetivo de difundir a tecnologia social do banco, em 2003 os moradores do Conjunto Palmeira criaram o Instituto Palmas. Dois anos depois, a entidade firmou parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária do MTE e com o Banco Popular do Brasil. Em 2007, estabeleceu parceria com o governo do estado do Ceará para ampliar os bancos comunitários em sua circunscrição. Todos estes acordos possibilitaram não só ao Palmas, mas também aos demais bancos comunitários, ter mais acesso a crédito e atuar enquanto correspondentes bancários do Banco Popular do Brasil, ou seja, prestar os serviços como agências.

Graças a esse estímulo, *foi possível chegar ao final de 2009 com 50 bancos comunitários em funcionamento no Brasil*, sendo um no Pará, um no Maranhão, três no Piauí, 27 no Ceará, um na Paraíba, quatro na Bahia, quatro no Espírito Santo, cinco em São Paulo, um no Mato Grosso do Sul e três em Minas Gerais.

Por intermédio da parceria com o Banco Popular do Brasil, o Instituto Palmas organizou e gerencia um fundo de crédito que repassa um recurso inicial de R\$ 30 mil para cada novo banco comunitário criado. Além disso, com uso de um *software* disponibilizado pelo Banco do Brasil, o instituto acompanha diariamente as atividades daqueles bancos, orientando-os no sentido de evitar erros e corrigindo possíveis distorções. Desta forma, dos 50 bancos comunitários integrados na rede brasileira, 45 utilizam o mesmo fundo de crédito e estão interligados mediante o gerenciador do Banco do Brasil. Este conjunto de bancos recebe a denominação de Sistema Palmas.

Até outubro de 2009, o sistema alcançou os números infracitados.

- 1) Média mensal das transações de pagamento e recibo:
 - a) volume financiado: R\$ 3,25 milhões; e
 - b) número de transações: 28 milhões.
- 2) Crédito produtivo – Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO):
 - a) valor aplicado: R\$ 2,25 milhões; e
 - b) número de operações: 2,5 mil.
- 3) Contas à vista abertas: 2 mil.
- 4) Remuneração média mensal do Instituto Palmas: R\$ 52,6 mil,

A fim de proporcionar melhor compreensão sobre o funcionamento de um banco comunitário, apresentam-se, a seguir, suas principais estruturas.

QUAL O OBJETIVO DE UM BANCO COMUNITÁRIO ?

Promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, por meio do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, com base no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, tais como: empreendimentos socioprodutivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), e organizações de consumidores.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS BANCOS COMUNITÁRIOS

- Serem criados por decisão da própria comunidade, que se torna sua gestora e proprietária.
- Atuar sempre com duas linhas de crédito: uma em reais e outra em moeda social circulante.
- Estimular, por intermédio de suas linhas de crédito, a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território.
- Apoiar empreendimentos – feiras, lojas solidárias, centrais de comercialização etc. – como estratégia de comercialização.

- Atuar em territórios caracterizados por alto grau de exclusão e desigualdade social.
- Voltar-se para um público com alto grau de vulnerabilidade social, sobretudo aqueles beneficiários de programas governamentais de políticas compensatórias.
- Fundar sua sustentabilidade financeira, no curto prazo, na obtenção de subsídios justificáveis pela utilidade social de suas práticas.

SERVIÇOS FINANCEIROS OFERECIDOS PELO BANCO COMUNITÁRIO

- Moeda social circulante local.
- Crédito solidário mediante concessão delegada junto a agentes financeiros, como o Banco Popular do Brasil.
- Crédito para financiamento de empreendimentos solidários.
- Crédito para consumo pessoal e familiar, sem juros.
- Cartão de crédito popular solidário.
- Abertura e extrato de conta corrente.
- Depósito em conta corrente.
- Saque avulso ou com cartão magnético.
- Recebimento de títulos.
- Recebimento de contas (água, luz, telefone etc.).
- Pagamento de subvenções e aposentadorias.

A MOEDA SOCIAL CIRCULANTE E O BANCO COMUNITÁRIO

A moeda social circulante local é uma moeda criada pelo banco comunitário, complementar à moeda nacional, o real, objetiva fazer com que o dinheiro circule na própria comunidade, ampliando o poder de comercialização local, promovendo a circulação da riqueza na comunidade, gerando localmente trabalho e renda.

Essas moedas sociais possuem algumas características, a seguir relacionadas, que as distinguem.

1. O circulante local tem lastro em moeda nacional, ou seja, para cada unidade monetária social emitida existe, no banco comunitário, um valor correspondente em reais.
2. As moedas são produzidas com componentes de segurança (papel moeda, marca d'água, código de barra, número de série), para evitar falsificação.
3. A circulação é livre no comércio local e, geralmente, quem compra com a moeda social recebe descontos concedidos pelos comerciantes e produtores para incentivo ao uso da moeda no município ou bairro.
4. Qualquer produtor ou comerciante cadastrado no banco comunitário poderá trocar moeda social por reais, caso necessite fazer uma compra ou pagamento fora do município ou bairro.

Do ponto de vista legal, os bancos comunitários funcionam de modo similar a uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) de microcrédito. O Instituto Palmas atua como uma espécie de “guarda-chuva”, um gestor de rede que dá suporte legal a quase todos os outros bancos comunitários, os quais, na sua maioria, são associações locais

sem estrutura institucional. Enquanto OSCIP, o Instituto Palmas pode estabelecer contratos e convênios com o poder público e bancos oficiais, captando recursos e tecnologias para as demais instituições.

Para que seja criado um novo banco comunitário, são necessários, em geral, três fatores.

1. A presença de um processo de mobilização local e de organização comunitária, além de uma instituição da sociedade civil fortalecida e motivada para gerir o banco.
2. Disponibilidade de espaço físico e infraestrutura aportada por um parceiro local, geralmente a prefeitura municipal.
3. Capacitação dos agentes, gerentes de crédito e operadores de caixa, além da sensibilização dos atores econômicos locais para aderirem à iniciativa.

Compete ao Instituto Palmas certificar a criação de um novo banco comunitário e comunicar ao Banco Central a criação de uma nova moeda social, embora outras organizações integrantes da Rede Brasileira de Bancos Comunitários também desenvolvam ações de capacitação e assessoria em outros estados.

Ignorando a crise financeira, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários vem crescendo em todo o Brasil. Com seu modelo descentralizado e amplo controle social, focado no equilíbrio da produção e do consumo local, já beneficiou mais de 200 mil pessoas.

Em março de 2008, o Instituto Palmas assinou o Memorando de Entendimento para a Cooperação Econômica e Social com o Ministério do Poder Popular para a Economia Comunal, do governo da Venezuela.

Baseado nesse acordo, o Palmas treinou uma equipe de 30 técnicos do governo venezuelano na metodologia dos bancos comunitários e estabeleceu um calendário de visitas de monitoramento e capacitação naquele país. Ao mesmo tempo, o governo venezuelano aprovou a Lei dos Bancos Comuns, que estabelece que, a cada 200 famílias organizadas, um conselho comunal pode ser criado para instalar um estabelecimento comunitário. Este processo já resultou na organização de 3.600 bancos comunitários em diferentes estados da Venezuela.

Por isso, a prioridade da Rede Brasileira de Bancos Comunitários é a criação de um marco legal semelhante no Brasil. Um passo importante para isto é o Projeto de Lei Complementar nº 93/2007, da deputada federal Luiza Erundina, em tramitação no Congresso Nacional. O texto estabelece a criação do Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias.

Sua aprovação representará um avanço para a democratização do sistema financeiro brasileiro e – o que é mais importante – para a inclusão financeira e bancária de mais da metade dos brasileiros que ainda não têm acesso a bancos.

Um olhar para a questão internacional leva a refletir sobre o fato de que essa forma de organização das finanças a partir do próprio local desponta enquanto uma alternativa ao modelo globalizado, excludente e especulativo, do atual sistema bancário mundial. Com efeito, os pobres, quando fortalecidos e empoderados, são portadores de soluções, e capazes de organizar seu próprio sistema financeiro, obedecendo à cultura local, aprofundando as relações de vizinhança e cooperação mútuas.

Não é objetivo do Instituto Palmas criar um movimento para eliminação do atual sistema financeiro. Pelo contrário, objetiva-se fazer uma *cruzada mundial* para ampliação dos

serviços bancários e financeiros na perspectiva da economia solidária. Está provado que os bancos de feição tradicional conseguem incluir apenas uma pequena parcela da população mundial, em detrimento dos mais pobres. Por isso faz-se necessário incentivar este outro modelo, mais democrático, mais humano, mais inclusivo, batizado de banco comunitário – por ser a própria *comum-unidade* que dele é proprietária.

REFERÊNCIAS

BARRETO, F.; MANSO, C.; DOS SANTOS, J. **O mapa da extrema indigência no Ceará e o custo financeiro de sua extinção**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, CAEN, Relatório de pesquisa n. 5, abril de 2009. Disponível em: <<http://www.caen.ufc.br/-lep/relatoriolep05.pdf>>.

IPEA. **Transformações na indústria bancária brasileira e o cenário de crise**. Brasília: Ipea, Comunicado da presidência, abril de 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/09_04_07_ComunicaPresi_20_Bancos.pdf>.

ANEXO ESTATÍSTICO

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

OCUPAÇÃO

MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

DESEMPREGO

SEGURO-DESEMPREGO

RENDIMENTOS

INFORMALIDADE

Advertência

Os dados deste Anexo Estatístico que são provenientes da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam valores distintos daqueles que foram publicados até o número 38 deste boletim, em decorrência de novos fatores de expansão das amostras.

Para mais informações, consultar:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/notatecnicareponderacao2009.pdf

ANEXO ESTATÍSTICO

Índice de Tabelas

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

1. PEA por região metropolitana	A1
2. PEA por gênero	A1
3. PEA por grau de instrução	A2
4. PEA por faixa etária	A2
5. Taxa de participação por região metropolitana	A3
6. Taxa de participação por gênero	A3
7. Taxa de participação por grau de instrução	A4
8. Taxa de participação por faixa etária	A4
9. População economicamente inativa que gostaria de trabalhar	A5

II. OCUPAÇÃO

1. Nível de ocupação por região metropolitana	A7
2. Nível de ocupação por gênero	A7
3. Nível de ocupação por grau de instrução	A8
4. Nível de ocupação por faixa etária	A8
5. Nível de ocupação por posição na ocupação	A9
6. Empregados por categoria de ocupação	A9
7. Nível de ocupação por setor de atividade	A10

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

1. Admissões por UF	A11
2. Desligamentos por UF	A12
3. Variação do nível de emprego por UF	A13
4. Admissões por setor de atividade	A14
5. Desligamentos por setor de atividade	A15
6. Variação do nível de emprego formal por setor de atividade	A16

IV. DESEMPREGO

1. Taxa de desemprego por região metropolitana: PME	A17
2. Taxa de desemprego aberto: PED	A17
3. Taxa de desemprego oculto por desalento: PED	A18
4. Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED	A18
5. Taxa de desemprego total: PED	A19
6. Taxa de desemprego por gênero: PME	A19
7. Taxa de desemprego por grau de instrução: PME	A20
8. Taxa de desemprego por faixa etária: PME	A20
9. Taxa de desemprego por posição na família: PME	A21
10. Composição do desemprego por gênero: PME	A21
11. Composição do desemprego por posição na família: PME	A22
12. Composição do desemprego por faixa etária: PME	A22
13. Composição do desemprego por grau de instrução: PME	A23
14. Composição do desemprego por faixa de duração: PME	A23

V. SEGURO-DESEMPREGO

- | | |
|--|-----|
| 1. Requerentes, segurados e valor médio do benefício | A25 |
|--|-----|

VI. RENDIMENTOS

- | | |
|---|-----|
| 1. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região | A27 |
| 2. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região | A27 |
| 3. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação | A28 |
| 4. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação | A28 |
| 5. Salário mínimo real | A29 |

VII. INFORMALIDADE

- | | |
|---|-----|
| 1. Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana | A31 |
| 2. Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana | A31 |
| 3. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana | A32 |
| 4. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana | A32 |

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.1
PEA por região metropolitana
(Em mil pessoas)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002 ^a	1.366	1.512	2.031	5.057	8.446	1.712	20.125	n.d.	n.d.
2003	1.470	1.599	2.142	5.188	8.965	1.765	21.128	1.360	22.488
2004	1.461	1.654	2.229	5.275	9.130	1.777	21.525	1.379	22.904
2005	1.486	1.722	2.246	5.257	9.182	1.800	21.693	1.446	23.139
2006	1.548	1.735	2.362	5.325	9.335	1.834	22.139	1.443	23.582
2007	1.511	1.832	2.437	5.351	9.549	1.853	22.535	1.481	24.015
2008	1.492	1.805	2.510	5.446	9.774	1.907	22.934	1.564	24.494
Jan.-set./2008	1.478	1.802	2.502	5.428	9.739	1.898	22.846	1.567	24.412
2009									
Janeiro	1.534	1.842	2.470	5.456	9.852	1.890	23.044	1.545	24.589
Fevereiro	1.510	1.827	2.460	5.392	9.856	1.838	22.884	1.554	24.438
Março	1.538	1.852	2.470	5.385	9.929	1.860	23.035	1.549	24.584
Abril	1.508	1.842	2.487	5.379	9.883	1.860	22.959	1.546	24.505
Maio	1.533	1.834	2.523	5.364	9.906	1.859	23.020	1.539	24.559
Junho	1.528	1.815	2.546	5.420	9.844	1.862	23.015	1.536	24.551
Junho	1.536	1.839	2.559	5.405	9.958	1.889	23.186	1.552	24.738
Agosto	1.530	1.871	2.573	5.440	10.012	1.907	23.334	1.542	24.876
Setembro	1.526	1.895	2.566	5.414	10.007	1.911	23.319	n.d.	n.d.
Jan.-set./2009	1.527	1.846	2.517	5.406	9.916	1.875	23.088	1.545	24.605

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período (mar.-dez.)

n.d.= não disponível.

TABELA I.2
PEA por gênero
(Em mil pessoas)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	11.306	8.820
2003	11.737	9.392
2004	11.857	9.668
2005	11.928	9.765
2006	12.139	10.000
2007	12.281	10.254
2008	12.446	10.488
Jan.-set./2008	12.421	10.425
2009		
Janeiro	12.485	10.558
Fevereiro	12.458	10.427
Março	12.534	10.501
Abril	12.490	10.469
Maio	12.493	10.527
Junho	12.458	10.556
Junho	12.518	10.668
Agosto	12.541	10.793
Setembro	12.539	10.780
Jan.-set./2009	12.502	10.587

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.3
PEA por grau de instrução
 (Em mil pessoas)

Período	< 8	8 - 10	> = 11
2002 ^a	7.008	4.089	8.989
2003	7.174	4.233	9.686
2004	6.963	4.215	10.307
2005	6.669	4.161	10.830
2006	6.503	4.172	11.430
2007	6.244	4.189	12.072
2008	6.001	4.173	12.732
Jan.-set./2008	6.019	4.169	12.628
2009			
Janeiro	5.839	4.051	13.130
Fevereiro	5.808	4.007	13.047
Março	5.717	4.062	13.220
Abril	5.680	4.054	13.201
Maio	5.640	4.100	13.252
Junho	5.614	4.105	13.260
Julho	5.648	4.129	13.381
Agosto	5.266	3.713	12.435
Setembro	5.703	4.126	13.459
Jan.-set./2009	5.657	4.039	13.154

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.4
PEA por faixa etária
 (Em mil pessoas)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a	95	569	3.996	12.506	2.959
2003	127	616	4.073	13.041	3.272
2004	107	598	4.090	13.239	3.490
2005	64	521	3.989	13.457	3.662
2006	73	538	4.013	13.684	3.831
2007	64	496	3.986	13.964	4.025
2008	62	480	3.921	14.155	4.317
Jan.-set./2008	65	485	3.929	14.079	4.288
2009					
Janeiro	66	454	3.760	14.309	4.454
Fevereiro	47	448	3.761	14.166	4.463
Março	58	460	3.866	14.154	4.497
Abril	61	452	3.837	14.145	4.464
Maio	50	422	3.834	14.262	4.451
Junho	50	415	3.789	14.234	4.526
Julho	43	410	3.811	14.401	4.520
Agosto	52	406	3.813	14.406	4.656
Setembro	46	390	3.840	14.405	4.637
Jan.-set./2009	53	429	3.813	14.276	4.519

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.5

Taxa de participação por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002 ^a	48,5	56,1	54,7	54,4	57,1	56,1	55,3	n.d.	n.d.
2003	51,3	57,6	56,3	54,8	59,8	56,7	57,1	59,9	57,3
2004	49,8	57,8	57,2	55,0	59,9	56,3	57,2	59,0	57,3
2005	49,7	58,5	56,4	54,0	59,3	56,3	56,6	60,1	56,8
2006	51,2	57,6	58,1	54,1	59,2	56,6	56,9	58,7	57,0
2007	49,0	59,0	58,8	53,6	59,7	56,5	56,9	59,0	57,0
2008	47,3	56,8	59,1	54,0	60,1	57,5	57,0	61,2	57,3
Jan.-set./2008	47,0	56,8	59,1	53,7	59,9	57,3	56,8	61,5	57,2
2009									
Janeiro	48,0	56,8	57,7	53,8	60,1	56,5	56,7	60,1	56,9
Fevereiro	47,2	56,1	57,5	53,1	60,1	55,2	56,3	60,3	56,6
Março	47,9	56,9	57,7	53,1	60,4	56,0	56,7	59,9	56,9
Abril	47,0	56,3	57,9	53,0	60,3	55,8	56,5	59,7	56,7
Maio	47,9	56,0	58,4	53,0	60,4	55,5	56,6	59,0	56,8
Junho	47,7	55,5	58,8	53,4	59,8	55,4	56,4	58,8	56,6
Julho	47,8	55,8	58,9	53,2	60,2	55,9	56,7	59,3	56,9
Agosto	47,8	56,5	59,1	53,3	60,3	56,5	56,8	59,1	57,0
Setembro	47,6	57,3	59,1	53,0	60,3	56,5	56,8	n.d.	n.d.
Jan.-set./2009	47,7	56,4	58,3	53,2	60,2	55,9	56,6	59,5	56,8

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d.= não-disponível.

TABELA I.6

Taxa de participação por gênero

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	66,3	45,7
2003	67,7	47,8
2004	67,3	48,3
2005	66,7	47,7
2006	66,8	48,1
2007	66,5	48,5
2008	66,6	48,7
Jan.-set./2008	66,6	48,4
2009		
Janeiro	65,9	48,7
Fevereiro	65,8	48,1
Março	66,2	48,3
Abril	66,1	48,1
Maio	66,2	48,3
Junho	66,1	48,2
Julho	66,0	48,6
Agosto	66,0	48,9
Setembro	66,0	48,9
Jan.-set./2009	66,0	48,5

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.7

Taxa de participação por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8 - 10	> = 11
2002 ^a	40,9	57,1	74,9
2003	42,1	58,9	76,2
2004	41,3	58,4	76,3
2005	39,9	56,9	75,9
2006	39,2	57,4	76,2
2007	38,1	57,2	76,2
2008	37,2	56,7	76,2
Jan.-set./2008	37,3	56,3	75,9
2009			
Janeiro	36,8	55,0	75,6
Fevereiro	36,6	54,6	75,1
Março	36,3	54,9	75,7
Abril	36,2	55,0	75,4
Maio	35,9	55,2	75,8
Junho	35,8	54,9	75,6
Julho	35,9	55,4	75,8
Agosto	34,2	52,8	74,6
Setembro	35,8	55,9	76,1
Jan.-set./2009	35,9	54,9	75,5

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA I.8

Taxa de participação por faixa etária

(Em %)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a	2,6	24,0	68,3	76,6	36,0
2003	3,5	26,0	70,2	78,5	38,0
2004	3,0	25,5	70,8	78,8	38,2
2005	1,8	22,5	69,5	78,6	38,0
2006	2,0	23,6	70,6	79,1	38,3
2007	1,7	22,1	70,9	79,7	38,4
2008	1,7	21,7	70,7	79,9	39,2
Jan.-set./2008	1,7	21,9	70,5	79,6	39,0
2009					
Janeiro	1,8	20,1	69,0	80,0	39,5
Fevereiro	1,3	20,2	68,6	79,7	39,0
Março	1,6	20,6	70,2	79,7	39,2
Abril	1,6	20,5	69,9	79,5	39,0
Maio	1,3	19,2	69,8	79,8	39,0
Junho	1,4	18,5	69,5	79,6	39,6
Julho	1,1	18,2	70,4	80,1	39,2
Agosto	1,4	18,1	70,4	80,2	39,9
Setembro	1,2	17,3	70,2	80,5	39,7
Jan.-set./2009	1,4	19,2	69,8	79,9	39,3

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.9

População economicamente inativa que gostaria de trabalhar

Período	Disponíveis		Não-disponíveis	Total
	Marginalmente ligadas à PEA ^a	Total		
2002 ^b	1.082	3.168	442	3.610
2003	985	2.811	404	3.215
2004	1.024	2.806	365	3.171
2005	1.027	2.800	343	3.144
2006	992	2.566	371	2.938
2007	920	2.300	408	2.709
2008	817	2.077	386	2.463
Jan.-set./2008	829	2.140	376	2.516
2009				
Janeiro	983	2.226	454	2.680
Fevereiro	992	2.196	402	2.598
Março	912	2.092	396	2.488
Abril	913	2.114	354	2.468
Maio	856	2.058	347	2.404
Junho	856	2.080	368	2.448
Julho	864	2.073	365	2.438
Agosto	788	1.929	349	2.279
Setembro	799	1.929	333	2.262
Jan.-set./2009	885	2.077	374	2.452

Fonte: PME/IBGE.

^a Pessoas economicamente inativas que gostariam e estão disponíveis para trabalhar, e que estiveram na PEA no período de 358 dias anterior à semana de referência da pesquisa.

^b Média referente ao período mar.-dez.

II. OCUPAÇÃO

TABELA II.1

Nível de ocupação por região metropolitana

(Em mil pessoas)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	total IBGE	CT	total
2002 ^a	1.196	1.286	1.816	4.549	7.371	1.563	17.780	n.d.	n.d.
2003	1.267	1.332	1.910	4.712	7.703	1.598	18.520	1.239	19.759
2004	1.275	1.389	1.992	4.797	7.976	1.623	19.052	1.267	20.319
2005	1.289	1.455	2.049	4.851	8.243	1.666	19.554	1.340	20.894
2006	1.323	1.497	2.161	4.906	8.352	1.686	19.926	1.343	21.269
2007	1.329	1.581	2.252	4.969	8.586	1.718	20.435	1.389	21.824
2008	1.354	1.598	2.346	5.076	8.952	1.795	21.122	1.480	22.602
Jan.-set./2008	1.339	1.588	2.331	5.057	8.896	1.781	20.992	1.479	22.471
2009									
Janeiro	1.402	1.636	2.313	5.096	8.924	1.784	21.154	1.461	22.615
Fevereiro	1.373	1.625	2.294	5.048	8.875	1.728	20.943	1.455	22.398
Março	1.377	1.631	2.307	5.012	8.884	1.741	20.953	1.452	22.405
Abril	1.348	1.614	2.318	5.012	8.876	1.745	20.913	1.451	22.364
Maiο	1.372	1.612	2.353	5.009	8.892	1.746	20.984	1.455	22.439
Junho	1.373	1.612	2.371	5.077	8.957	1.758	21.148	1.456	22.604
Julho	1.379	1.630	2.404	5.066	9.073	1.780	21.332	1.465	22.797
Agosto	1.363	1.657	2.380	5.134	9.106	1.803	21.444	1.454	22.898
Setembro	1.366	1.688	2.403	5.117	9.139	1.809	21.520	n.d.	n.d.
Jan.-set./2009	1.373	1.634	2.349	5.063	8.970	1.766	21.155	1.456	22.565

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d.= não-disponível.

TABELA II.2

Nível de ocupação por gênero

(Em mil pessoas)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	10.188	7.593
2003	10.554	7.966
2004	10.777	8.275
2005	10.999	8.555
2006	11.149	8.777
2007	11.370	9.065
2008	11.687	9.435
Jan.-set./2008	11.643	9.350
2009		
Janeiro	11.697	9.457
Fevereiro	11.617	9.326
Março	11.619	9.333
Abril	11.589	9.324
Maiο	11.586	9.398
Junho	11.616	9.532
Julho	11.687	9.645
Agosto	11.716	9.728
Setembro	11.747	9.774
Jan.-set./2009	11.653	9.502

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.3

Nível de ocupação por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em mil pessoas)

Período	0	1 - 3	4 - 7	8 - 10	> = 11
2002 ^a	555	1.182	4.421	3.457	8.125
2003	561	1.174	4.572	3.531	8.647
2004	527	1.120	4.576	3.550	9.240
2005	479	1.089	4.508	3.604	9.842
2006	473	1.055	4.391	3.601	10.372
2007	424	976	4.336	3.662	11.007
2008	375	919	4.300	3.727	11.773
Jan.-set./2008	373	926	4.301	3.718	11.645
2009					
Janeiro	367	909	4.158	3.638	12.058
Fevereiro	372	916	4.110	3.595	11.928
Março	368	862	4.078	3.604	12.005
Abril	340	863	4.057	3.592	12.037
Maio	337	838	4.042	3.627	12.113
Junho	355	866	4.017	3.674	12.200
Julho	376	847	4.047	3.692	12.342
Agosto	381	872	4.013	3.713	12.435
Setembro	373	907	4.061	3.689	12.460
Jan.-set./2009	363	876	4.065	3.647	12.175

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.4

Nível de ocupação por faixa etária

(Em mil pessoas)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a	78	375	3.134	11.380	2.814
2003	104	381	3.120	11.816	3.100
2004	88	385	3.167	12.086	3.327
2005	54	347	3.164	12.464	3.525
2006	61	362	3.168	12.646	3.689
2007	52	337	3.193	12.957	3.895
2008	51	341	3.267	13.266	4.196
Jan.-set./2008	52	341	3.249	13.185	4.165
2009					
Janeiro	55	331	3.125	13.337	4.305
Fevereiro	42	323	3.083	13.181	4.314
Março	53	312	3.098	13.133	4.356
Abril	51	309	3.103	13.128	4.322
Maio	41	298	3.108	13.231	4.306
Junho	43	300	3.124	13.293	4.387
Julho	32	297	3.147	13.463	4.393
Agosto	41	287	3.148	13.452	4.516
Setembro	40	284	3.208	13.476	4.513
Jan.-set./2009	44	304	3.127	13.299	4.379

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

II. OCUPAÇÃO

TABELA II.5

Nível de ocupação por posição na ocupação

(Em mil pessoas)

Período	Empregados				Conta-própria	Empregadores	Não-remunerados	Total
	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Não-remunerados				
2002 ^a	8.092	3.775	1.346	11	3.449	891	216	17.780
2003	8.198	4.059	1.359	12	3.700	1.016	176	18.520
2004	8.331	4.292	1.382	9	3.872	1.001	166	19.052
2005	8.790	4.370	1.433	8	3.793	1.006	154	19.554
2006	9.179	4.315	1.470	7	3.817	987	151	19.926
2007	9.621	4.231	1.501	8	3.961	972	141	20.435
2008	10.263	4.157	1.598	8	3.978	979	138	21.122
Jan.-set./2008	10.175	4.148	1.581	9	3.966	974	140	20.992
2009								
Janeiro	10.445	3.958	1.681	3	3.940	985	141	21.154
Fevereiro	10.361	3.944	1.588	4	3.959	959	128	20.943
Março	10.328	3.919	1.655	6	3.944	961	140	20.953
Abril	10.393	3.934	1.592	4	3.884	976	130	20.913
Mai	10.441	3.999	1.564	7	3.893	955	124	20.984
Junho	10.489	4.004	1.628	4	3.922	974	127	21.148
2008								
Julho	10.650	4.020	1.598	10	3.985	944	127	21.332
Agosto	10.532	4.065	1.705	8	4.041	962	130	21.444
Setembro	10.506	4.141	1.687	7	4.038	992	149	21.520
Jan.-set./ 2009	10.461	3.998	1.633	6	3.956	968	133	21.155

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.6

Empregados por categoria de ocupação

(Em mil pessoas)

Período	Setor privado		Setor público			Domésticos	
	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Com carteira	Sem carteira
2002 ^a	7.217	2.624	379	271	1.346	497	880
2003	7.349	2.879	355	272	1.359	494	908
2004	7.475	3.023	341	290	1.382	515	979
2005	7.866	3.057	353	280	1.433	571	1.034
2006	8.240	2.941	368	301	1.470	572	1.073
2007	8.663	2.844	359	301	1.501	599	1.086
2008	9.303	2.833	356	292	1.598	603	1.031
Jan.-set./2008	9.213	2.819	356	291	1.581	606	1.037
2009							
Janeiro	9.489	2.711	353	257	1.681	604	990
Fevereiro	9.380	2.653	367	291	1.588	613	1.001
Março	9.332	2.629	368	276	1.655	627	1.014
Abril	9.413	2.616	373	275	1.592	607	1.043
Mai	9.430	2.653	408	311	1.564	603	1.035
Junho	9.479	2.719	401	270	1.628	609	1.015
Julho	9.621	2.690	410	277	1.598	618	1.052
Agosto	9.550	2.695	383	295	1.705	600	1.076
Setembro	9.521	2.750	386	319	1.687	598	1.073
Jan.-set./ 2009	9.468	2.680	383	286	1.633	609	1.033

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA II.7

Nível de ocupação por setor de atividade

(Em mil pessoas)

Período	Indústria ⁽¹⁾	Construção	Comércio ⁽²⁾	Intermediação financeira ⁽³⁾	Adm. pública ⁽⁴⁾	Serviços domésticos	Outros serviços ⁽⁵⁾	Outras atividades ⁽⁶⁾
2002 ^a	3.123	1.358	3.679	2.298	2.856	1.377	2.983	106
2003	3.257	1.398	3.736	2.486	2.929	1.402	3.160	152
2004	3.366	1.394	3.794	2.607	2.992	1.494	3.271	134
2005	3.452	1.417	3.854	2.717	3.065	1.605	3.316	127
2006	3.465	1.433	3.901	2.843	3.125	1.644	3.390	125
2007	3.480	1.476	3.967	3.039	3.193	1.685	3.466	129
2008	3.601	1.538	4.065	3.186	3.355	1.635	3.625	117
Jan.-set./2008	3.584	1.524	4.031	3.182	3.316	1.643	3.595	117
2009								
Janeiro	3.604	1.500	4.128	3.170	3.397	1.593	3.654	108
Fevereiro	3.487	1.539	4.058	3.212	3.341	1.614	3.592	101
Março	3.433	1.542	4.034	3.180	3.408	1.641	3.613	101
Abril	3.427	1.534	4.052	3.186	3.372	1.650	3.586	107
Maio	3.403	1.533	4.068	3.250	3.428	1.638	3.560	106
Junho	3.460	1.549	4.037	3.225	3.507	1.623	3.628	117
Julho	3.469	1.569	4.114	3.267	3.467	1.670	3.657	118
Agosto	3.605	1.569	4.031	3.347	3.522	1.675	3.586	109
Setembro	3.562	1.599	4.073	3.330	3.489	1.671	3.679	117
Jan.-set./2009	3.494	1.548	4.066	3.241	3.437	1.642	3.617	109

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

1 - Indústria Extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

2 - Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e com. a varejo de combustíveis.

3 - Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.

4 - Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social.

5 - Atividades de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

6 - Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA III.1
Admissões por UF

	2002 ^a	2003 ^a	2004 ^a	2005 ^a	2006 ^a	2007 ^a	2008 ^a	Jan.-set./ 2008 ^a	Jan./2009	Fev./2009	Mar./2009	Abr./2009	Mai./2009	Jun./2009	Jul./2009	Ago./2009	Set./2009	Jan.-set./ 2009 ^b
RO	51.199	55.768	65.619	69.691	69.649	79.334	95.132	71.394	8.573	8.794	9.213	9.111	13.472	11.245	11.791	11.820	11.328	95.347
AC	11.687	10.728	11.884	14.943	17.580	16.278	21.148	16.591	1.571	1.536	1.778	2.156	1.920	2.351	2.281	2.498	2.296	18.387
AM	86.413	88.113	117.620	131.903	143.625	161.560	184.960	147.281	10.571	9.202	11.360	13.055	12.305	13.293	15.659	18.465	17.761	121.671
RR	5.221	5.966	7.311	8.228	7.937	9.522	13.001	9.645	1.020	1.030	1.157	1.158	1.154	1.039	1.169	1.194	1.294	10.215
PA	143.755	160.830	201.677	208.479	221.093	243.209	272.339	211.631	20.030	18.716	17.179	18.644	19.271	21.326	23.891	26.296	25.235	190.588
AP	9.491	10.699	12.901	14.584	15.290	18.041	21.656	16.303	1.319	1.414	1.769	2.014	1.692	1.640	1.709	1.967	1.762	15.286
TO	31.305	32.726	41.636	42.363	44.209	52.139	59.515	46.618	4.491	4.799	4.975	4.861	4.639	5.294	5.508	4.905	4.931	44.403
MA	60.558	62.670	70.431	85.854	94.335	111.763	144.739	110.724	10.212	9.664	12.153	10.095	10.523	11.470	13.024	14.399	11.864	103.404
PI	46.875	46.111	48.839	54.121	59.823	61.787	73.860	55.659	5.422	5.526	5.617	5.672	5.943	7.436	7.018	8.316	7.732	58.682
CE	215.582	210.583	227.205	240.637	267.041	295.833	345.458	261.718	25.447	24.722	28.131	27.705	28.010	32.357	37.224	39.267	38.239	281.102
RN	97.748	105.122	137.285	137.839	146.967	146.384	161.965	125.735	11.946	10.149	10.576	10.375	11.336	11.645	14.361	17.952	14.954	113.294
PB	74.189	67.107	73.471	79.613	84.592	92.780	103.426	81.380	7.567	7.574	7.964	7.391	8.071	7.996	11.865	14.261	11.281	83.970
PE	254.078	251.413	274.965	311.754	333.564	353.967	408.028	310.789	30.190	26.108	28.964	29.256	32.904	36.880	37.520	48.179	55.521	325.522
AL	88.185	93.277	99.851	103.837	110.055	109.173	120.327	93.887	7.295	4.960	5.390	5.329	6.122	6.685	7.643	7.710	41.524	92.658
SE	55.944	52.951	61.982	64.234	70.359	75.928	87.510	65.896	6.438	7.070	7.054	6.321	6.350	7.160	7.543	8.272	9.773	65.981
BA	348.538	349.688	406.076	470.493	473.212	531.251	610.700	473.321	47.677	42.462	51.525	50.752	53.628	52.668	57.724	58.899	58.493	473.828
MG	1.276.156	1.275.231	1.452.415	1.579.880	1.706.007	1.820.555	2.069.420	1.643.948	131.179	142.866	168.728	162.031	184.862	196.940	179.198	179.530	180.848	1.526.182
ES	221.484	222.795	255.143	291.455	314.285	339.581	390.245	308.898	25.791	28.101	31.229	31.431	40.302	30.568	31.846	31.014	30.509	280.791
RJ	890.500	863.172	930.436	1.017.193	1.047.227	1.168.783	1.361.327	1.031.195	99.747	103.794	122.194	109.147	114.913	112.610	117.192	117.078	116.655	1.013.330
SP	3.067.642	2.972.094	3.426.878	3.811.240	4.074.928	4.635.279	5.380.429	4.260.420	383.142	392.085	459.839	447.957	419.205	412.413	431.565	449.936	445.784	3.841.926
PR	710.236	735.432	860.828	898.971	933.008	1.067.382	1.250.348	984.188	95.623	95.160	115.512	103.198	100.791	98.635	100.119	102.661	106.051	917.750
SC	531.525	556.244	655.009	692.088	730.675	830.160	950.005	743.671	80.474	84.139	85.836	74.352	71.212	70.386	75.434	77.932	80.239	700.004
RS	757.568	777.864	914.638	869.708	881.310	986.199	1.161.486	894.932	89.407	88.282	105.542	94.578	84.233	83.087	84.871	93.978	95.937	819.915
MS	131.314	140.349	162.065	163.467	170.662	193.899	242.953	192.424	20.207	19.730	25.072	20.394	19.133	18.713	17.914	18.973	18.817	178.953
MT	182.489	201.391	253.451	240.380	227.021	268.853	327.013	260.434	27.651	28.244	27.972	25.861	27.118	29.945	31.434	29.022	29.267	256.514
GO	298.605	301.347	346.598	380.208	386.167	454.710	545.751	429.273	42.131	43.975	47.527	54.485	46.824	48.025	45.965	47.363	46.695	422.990
DF	164.092	159.672	180.282	195.838	200.528	216.939	256.590	197.198	21.429	23.452	25.255	23.117	22.642	24.542	26.713	25.568	26.790	219.508
Total	9.812.379	9.809.343	11.296.496	12.179.001	12.831.149	14.341.289	16.659.331	13.045.153	1.216.550	1.233.554	1.419.511	1.350.446	1.348.575	1.356.349	1.398.181	1.457.455	1.491.580	12.272.201

Fonte: Caged/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.^b Soma dos meses de janeiro a setembro.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA III.2
Desligamentos por UF

	2002 ^a	2003 ^a	2004 ^a	2005 ^a	2006 ^a	2007 ^a	2008 ^a	Jan.-set./ 2008 ^b	Jan./2009	Fev./2009	Mar./2009	Abr./2009	Mai./2009	Jun./2009	Jul./2009	Agos./2009	Set./2009	Jan.-set./ 2009 ^b
RO	46.444	52.369	59.584	64.807	64.978	71.001	89.752	63.822	7.513	7.196	7.914	7.037	8.111	8.273	9.108	8.419	8.451	82.022
AC	10.872	10.881	11.064	12.607	16.400	16.374	20.649	14.253	1.638	1.575	1.918	1.563	1.477	1.839	1.951	1.657	2.012	15.630
AM	75.316	77.977	94.889	111.964	130.620	138.976	176.224	120.826	16.873	15.562	12.640	14.124	12.453	12.309	12.865	11.916	13.174	121.916
RR	5.180	5.719	6.397	6.765	7.269	8.180	12.427	9.303	914	993	1.085	1.077	1.105	1.046	1.230	1.050	831	9.331
PA	130.435	148.360	163.473	190.682	200.287	215.206	263.613	189.814	23.562	21.200	22.822	20.787	19.953	20.269	19.441	19.092	20.433	187.559
AP	8.704	10.938	9.995	13.273	13.878	16.337	19.707	14.557	1.985	1.422	1.870	1.516	1.698	1.816	1.712	1.624	1.556	15.199
TO	30.880	29.700	35.833	41.369	42.069	45.034	58.805	39.858	3.772	4.783	4.243	4.617	4.617	5.091	4.673	4.714	4.600	41.152
MA	57.316	56.577	60.392	72.972	80.603	95.585	125.395	85.568	13.414	10.907	12.555	10.974	11.749	12.633	11.829	12.401	10.947	107.409
PI	41.549	44.158	42.949	47.559	52.283	53.886	62.536	43.962	6.023	5.775	5.467	5.396	4.909	5.200	5.617	5.551	5.301	49.239
CE	184.751	191.938	195.965	209.762	233.481	256.111	304.017	223.063	32.308	25.195	26.759	24.475	25.857	26.605	27.701	25.477	25.273	239.650
RN	86.992	98.042	119.293	119.443	131.626	131.380	148.434	109.107	14.923	15.538	13.046	13.002	13.128	10.909	11.462	11.176	10.533	113.717
PB	67.029	70.459	60.758	68.845	71.516	80.623	93.531	72.178	7.857	12.410	12.154	7.522	7.022	7.152	7.594	7.462	6.638	75.811
PE	236.905	237.584	237.539	271.524	294.679	307.619	355.228	257.328	38.162	27.085	51.216	40.241	27.580	27.090	30.035	29.189	30.476	301.074
AL	80.373	82.405	90.169	98.132	98.000	109.678	117.005	93.391	8.479	9.946	20.972	22.009	7.122	6.659	6.084	6.432	5.958	93.661
SE	45.108	50.469	52.091	56.590	62.771	67.143	76.472	56.192	6.757	6.031	8.385	7.064	7.221	6.430	6.377	6.002	6.085	60.352
BA	311.240	323.186	353.352	406.541	448.123	472.531	569.778	410.375	48.594	42.040	47.028	46.835	44.568	46.549	47.932	47.814	47.728	419.088
MG	1.180.740	1.199.582	1.277.161	1.424.471	1.553.713	1.652.157	1.938.698	1.361.805	157.979	143.735	159.329	146.429	147.344	151.344	176.215	170.917	173.397	1.426.689
ES	197.932	209.792	219.136	250.795	282.316	314.507	360.871	267.236	29.516	28.471	30.740	26.682	30.241	37.219	31.945	27.366	26.302	268.482
RJ	817.854	804.625	822.606	896.082	931.069	1.023.997	1.206.731	889.044	116.285	98.314	116.036	102.455	106.993	107.155	107.543	101.237	101.996	958.014
SP	2.867.964	2.800.585	2.929.226	3.338.309	3.602.301	4.023.740	4.854.822	3.462.750	421.818	392.180	425.608	375.935	374.684	384.811	378.754	371.953	386.237	3.511.980
PR	651.647	673.062	738.180	826.597	846.612	945.021	1.139.445	829.292	94.031	92.666	104.670	95.261	89.109	92.671	93.197	88.224	92.311	842.140
SC	482.084	510.563	564.258	628.457	669.353	746.530	876.099	654.745	74.067	78.465	86.129	73.516	73.284	69.265	70.251	65.944	67.522	658.443
RS	714.880	730.183	797.816	843.445	829.211	891.875	1.070.932	793.609	86.609	87.535	100.808	91.643	88.309	84.481	85.352	82.995	81.552	789.284
MS	119.843	127.849	141.978	158.855	164.155	181.977	233.087	167.171	18.105	17.522	20.132	20.080	17.821	16.776	17.968	17.086	16.579	162.069
MT	171.610	185.078	225.683	246.156	222.890	244.297	304.120	213.944	24.327	22.866	29.050	26.415	26.345	24.492	26.760	26.021	26.925	233.201
GO	279.342	280.568	309.345	348.536	365.106	413.557	498.404	346.536	35.917	35.917	39.613	39.823	41.721	40.677	41.458	40.809	41.445	361.759
DF	146.975	151.261	154.088	170.482	187.154	200.575	230.345	168.854	21.604	20.057	21.964	18.137	22.597	28.093	24.725	22.801	24.701	204.679
Total	9.049.965	9.163.910	9.773.220	10.925.020	11.602.463	12.723.897	15.207.127	10.958.583	1.318.298	1.224.375	1.384.693	1.244.241	1.217.018	1.236.854	1.259.779	1.215.329	1.238.963	11.339.550

Fonte: Caged/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

^b Soma dos meses de janeiro a setembro.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA III.3
Variação do nível de emprego por UF

	2002 ^a	2003 ^a	2004 ^a	2005 ^a	2006 ^a	2007 ^a	2008 ^a	Jan.-set./ 2008 ^a	Jan./2009	Fev./2009	Mar./2009	Abr./2009	Mai./2009	Jun./2009	Jul./2009	Ago./2009	Set./2009	Jan.-set./ 2009 ^b
RO	4.755	3.399	6.035	4.884	4.671	8.333	5.380	7.572	1.060	1.598	1.299	2.074	5.361	2.972	2.683	3.401	2.877	23.325
AC	815	-153	820	2.336	1.180	-96	499	2.338	-67	-39	-140	593	443	512	330	841	284	2.757
AM	11.097	10.136	22.731	19.939	13.005	22.584	8.736	26.455	-6.302	-6.360	-1.280	-1.069	-148	984	2.794	6.549	4.587	-245
RR	41	247	914	1.463	668	1.342	574	342	106	37	72	81	49	-7	-61	144	463	884
PA	13.320	12.470	38.204	17.797	20.806	28.003	8.726	21.817	-3.532	-2.484	-5.643	-2.143	-682	1.057	4.450	7.204	4.802	3.029
AP	787	-239	2.906	1.311	1.412	1.704	1.949	1.746	-666	-8	-101	498	-6	-176	-3	343	206	87
TO	425	3.026	5.803	994	2.140	7.105	710	6.760	-168	1.027	192	618	22	203	835	191	331	3.251
MA	3.242	6.093	10.039	12.882	13.732	16.178	19.344	25.156	-3.202	-1.243	-402	-879	-1.226	-1.163	1.195	1.998	917	-4.005
PI	5.326	1.953	5.890	6.562	7.540	7.901	11.324	11.697	-601	-249	150	276	1.034	2.236	1.401	2.765	2.431	9.443
CE	30.831	18.645	31.240	30.875	33.560	39.722	41.441	38.655	-6.861	-473	1.372	3.230	2.153	5.752	9.523	13.790	12.966	41.452
RN	10.756	7.080	17.992	18.396	15.341	15.004	13.531	16.628	-2.977	-5.389	-2.470	-2.627	-1.792	736	2.899	6.776	4.421	-423
PB	7.160	-3.352	12.713	10.768	13.076	12.157	9.895	9.202	-290	-4.836	-4.190	-131	1.049	844	4.271	6.799	4.643	8.159
PE	17.173	13.829	37.426	40.230	38.885	46.348	52.800	53.461	-7.972	-977	-22.252	-10.985	5.324	9.790	7.485	18.990	25.045	24.448
AL	7.812	10.872	9.682	5.705	12.055	-505	3.322	496	-1.184	-4.986	-15.582	-16.680	-1.000	26	1.559	1.278	35.566	-1.003
SE	10.836	2.482	9.891	7.644	7.588	8.785	11.038	9.704	-319	1.039	-1.331	-743	-871	730	1.166	2.270	3.688	5.629
BA	37.298	26.502	52.724	63.952	25.089	58.720	40.922	62.946	-917	422	4.497	3.917	9.060	6.119	9.792	11.085	10.765	54.740
MG	95.416	75.649	175.254	155.409	152.294	168.398	130.722	282.143	-26.800	-869	9.399	15.602	37.518	45.596	2.983	8.613	7.451	99.493
ES	23.552	13.003	36.007	40.660	31.969	25.074	29.374	41.662	-3.725	-370	489	4.749	10.061	-6.651	-99	3.648	4.207	12.309
RJ	72.646	58.547	107.830	121.111	116.158	144.786	154.596	142.151	-16.538	5.480	6.158	6.692	7.920	5.455	9.649	15.841	14.659	55.316
SP	199.678	171.509	497.652	472.931	472.627	611.539	525.607	797.670	-38.676	-95	34.231	72.022	44.521	27.602	52.811	77.983	59.547	329.946
PR	58.589	62.370	122.648	72.374	86.396	122.361	110.903	154.896	1.592	2.494	10.842	7.937	11.682	5.964	6.922	14.437	13.740	75.610
SC	49.441	45.681	90.751	63.631	61.322	83.630	73.906	88.926	6.407	5.674	-293	836	-2.072	1.121	5.183	11.988	12.717	41.561
RS	42.688	47.681	116.822	26.263	52.099	94.324	90.554	101.323	2.798	747	4.734	2.935	-4.076	-1.394	-481	10.983	14.385	30.631
MS	11.471	12.500	20.087	4.612	6.507	11.922	9.866	25.253	2.102	2.208	4.940	314	1.312	1.937	-54	1.887	2.238	16.884
MT	10.879	16.313	27.768	-5.776	4.131	24.556	22.893	46.490	3.324	5.378	-1.078	-554	773	5.453	4.674	3.001	2.342	23.313
GO	19.263	20.779	37.253	31.672	21.061	41.153	47.347	82.737	1.835	8.058	7.914	14.662	5.103	7.348	4.507	6.554	5.250	61.231
DF	17.117	8.411	26.194	25.356	13.374	16.364	26.245	28.344	-175	3.395	3.291	4.980	45	-3.551	1.988	2.767	2.089	14.829
Total	762.414	645.433	1.523.276	1.253.981	1.228.686	1.617.392	1.452.204	2.086.570	-101.748	9.179	34.818	106.205	131.557	119.495	138.402	242.126	252.617	932.651

Fonte: Caged/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

^b Soma dos meses de janeiro a setembro.

TABELA III.4
Admissões por setor de atividade

	Extrativa mineral	Indústria transformadora	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999 ^a	30.619	1.794.460	50.091	919.971	1.882.359	2.940.430	86.262	457.624	19.609	8.181.425
2000 ^a	36.878	2.066.171	46.848	1.052.518	2.109.061	3.426.286	79.794	840.289	10.287	9.668.132
2001 ^a	34.171	2.121.599	66.214	1.116.777	2.293.126	3.712.195	97.241	905.673	4.647	10.351.643
2002 ^a	31.582	2.026.046	46.818	1.032.656	2.234.658	3.402.894	88.016	949.651	59	9.812.380
2003 ^a	33.158	2.040.075	39.441	976.269	2.274.583	3.390.358	72.855	1.031.572	1.032	9.809.343
2004 ^a	40.357	2.512.042	47.204	1.005.910	2.639.535	3.767.385	72.036	1.211.892	135	11.296.496
2005 ^a	45.115	2.551.984	63.288	1.091.798	2.912.498	4.218.210	97.546	1.198.355	207	12.179.001
2006 ^a	46.759	2.692.463	66.406	1.257.480	2.940.198	4.717.250	85.068	1.025.525	0	12.831.149
2007 ^a	48.370	3.126.985	61.347	1.428.582	3.298.542	4.969.393	97.321	1.310.749	0	14.341.289
2008 ^a	54.161	3.525.765	70.994	1.866.537	3.774.888	5.856.365	105.502	1.405.119	0	16.659.331
Jan.-set./2008 ^b	43.605	2.887.646	57.135	1.474.432	2.801.066	4.508.718	95.269	1.177.282	0	13.045.153
2009	2.984	216.799	6.903	151.465	283.068	452.142	11.678	91.511	0	1.216.550
Janeiro	2.882	221.522	6.654	138.627	270.441	482.005	20.573	90.850	0	1.233.554
Fevereiro	3.307	281.783	6.843	168.517	308.549	519.142	14.230	117.140	0	1.419.511
Março	3.390	281.015	6.876	152.788	293.078	482.602	10.340	120.357	0	1.350.446
Abril	3.627	249.233	6.258	162.176	298.366	477.454	8.462	142.999	0	1.348.575
Maio	3.625	246.138	6.204	166.244	303.306	471.045	7.956	151.831	0	1.356.349
Junho	3.785	263.157	7.998	180.477	316.277	481.449	8.915	136.123	0	1.398.181
Julho	4.169	298.018	6.079	184.570	328.428	520.583	8.815	106.793	0	1.457.455
Agosto	4.227	351.039	5.602	182.719	336.475	508.162	7.011	96.345	0	1.491.580
Setembro	31.996	2.408.704	59.417	1.487.583	2.737.988	4.394.584	97.980	1.053.949	0	12.272.201
Jan.-set./2009										

Fonte: Caged/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.^b Soma dos meses de janeiro a setembro.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

TABELA III.5
Desligamentos por setor de atividade

	Extrativa mineral	Indústria transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999 ^a	31.951	1.779.561	66.090	1.033.114	1.867.783	2.925.528	77.086	577.175	19.138	8.377.426
2000 ^a	33.169	1.873.308	62.138	1.054.145	1.933.589	3.142.358	76.612	830.494	4.723	9.010.536
2001 ^a	31.720	2.017.777	64.674	1.150.181	2.083.321	3.401.233	85.467	922.801	3.390	9.760.564
2002 ^a	25.999	1.864.875	41.541	1.062.081	1.951.397	3.117.097	77.812	909.072	91	9.049.965
2003 ^a	26.553	1.911.284	36.294	974.424	2.048.675	3.130.073	63.025	973.374	208	9.163.910
2004 ^a	30.020	2.007.432	42.638	955.147	2.235.595	3.297.262	72.418	1.132.618	90	9.773.220
2005 ^a	35.585	2.374.436	49.755	1.006.745	2.522.683	3.648.505	75.947	1.211.233	131	10.925.020
2006 ^a	34.707	2.442.224	59.037	1.171.684	2.603.404	4.195.641	76.815	1.018.951	0	11.602.463
2007 ^a	38.608	2.732.401	53.595	1.251.827	2.893.451	4.382.290	82.069	1.289.656	0	12.723.897
2008 ^a	45.490	3.347.090	63.029	1.668.669	3.392.670	5.208.106	95.186	1.386.887	0	15.207.127
Jan.-set./2008 ^b	30.722	2.363.672	46.566	1.173.550	2.536.232	3.818.769	53.453	935.619	0	10.958.583
2009										
Janeiro	3.443	271.929	6.190	140.141	333.849	449.690	9.444	103.612	0	1.318.298
Fevereiro	3.587	277.978	5.847	135.785	280.716	424.487	6.082	89.893	0	1.224.375
Março	3.267	317.558	6.375	152.394	318.246	469.862	7.089	109.902	0	1.384.693
Abril	3.972	280.832	6.302	139.400	287.431	423.323	5.308	97.673	0	1.244.241
Mai	3.456	248.533	5.992	144.769	283.760	433.425	7.011	90.072	0	1.217.018
Junho	3.651	244.137	5.401	147.923	285.784	448.168	7.128	94.662	0	1.236.854
Julho	3.687	245.803	5.501	148.302	288.941	453.794	7.111	106.640	0	1.259.779
Agosto	3.192	231.454	5.888	144.613	271.615	435.015	5.510	118.042	0	1.215.329
Setembro	3.091	227.721	7.645	150.052	286.174	445.394	5.477	113.409	0	1.238.963
Jan.-set./2009	31.346	2.345.945	55.141	1.303.379	2.636.516	3.983.158	60.160	923.905	0	11.339.550

Fonte: Caged/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.

^b Soma dos meses de janeiro a setembro.

TABELA III.6

Variação do nível de emprego formal por setor de atividade

	Extrativa mineral	Indústria transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
1999 ^a	-1.332	14.899	-15.999	-113.143	14.576	14.902	9.176	-119.551	471	-196.001
2000 ^a	3.709	192.863	-15.290	-1.627	175.472	283.928	3.182	9.795	5.564	657.596
2001 ^a	2.451	103.822	1.540	-33.404	209.805	310.962	11.774	-17.128	1.257	591.079
2002 ^a	5.583	161.171	5.277	-29.425	283.261	285.797	10.204	40.579	-33	762.414
2003 ^a	6.605	128.791	3.147	-48.155	225.908	260.285	9.830	58.198	824	645.433
2004 ^a	10.337	504.610	4.566	50.763	403.940	470.123	-382	79.274	45	1.523.276
2005 ^a	9.530	177.548	13.533	85.053	389.815	569.705	21.599	-12.878	76	1.253.981
2006 ^a	12.052	250.239	7.369	85.796	336.794	521.609	8.253	6.574	0	1.228.686
2007 ^a	9.762	394.584	7.752	176.755	405.091	587.103	15.252	21.093	0	1.617.392
2008 ^a	8.671	178.675	7.965	197.868	382.218	648.259	10.316	18.232	0	1.452.204
Jan.-set./2008 ^b	12.883	523.974	10.569	300.882	264.834	689.949	41.816	241.663	0	2.086.570
2009	-459	-55.130	713	11.324	-50.781	2.452	2.234	-12.101	0	-101.748
Janeiro	-705	-56.456	807	2.842	-10.275	57.518	14.491	957	0	9.179
Fevereiro	40	-35.775	468	16.123	-9.697	49.280	7.141	7.238	0	34.818
Março	-582	183	574	13.388	5.647	59.279	5.032	22.684	0	106.205
Abril	171	700	266	17.407	14.606	44.029	1.451	52.927	0	131.557
Maio	-26	2.001	803	18.321	17.522	22.877	828	57.169	0	119.495
Junho	98	17.354	2.497	32.175	27.336	27.655	1.804	29.483	0	138.402
Julho	977	66.564	191	39.957	56.813	85.568	3.305	-11.249	0	242.126
Agosto	1.136	123.318	-2.043	32.667	50.301	62.768	1.534	-17.064	0	252.617
Setembro	650	62.759	4.276	184.204	101.472	411.426	37.820	130.044	0	932.651
Jan.-set./2009	650	62.759	4.276	184.204	101.472	411.426	37.820	130.044	0	932.651

Fonte: Caged/MTE.

^a Soma dos meses de janeiro a dezembro.^b Soma dos meses de janeiro a setembro.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.1

Taxa de desemprego por região metropolitana : PME

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2002 ^a	12,5	15,0	10,6	10,1	12,7	8,8	11,7	n.d.	n.d.
2003	13,8	16,7	10,8	9,2	14,1	9,5	12,3	8,9	12,1
2004	12,7	16,0	10,6	9,0	12,6	8,6	11,5	8,1	11,2
2005	13,2	15,5	8,8	7,7	10,2	7,4	9,8	7,4	9,7
2006	14,6	13,7	8,5	7,9	10,5	8,0	10,0	6,9	9,8
2007	12,0	13,7	7,6	7,2	10,1	7,3	9,3	6,2	9,1
2008	9,3	11,5	6,5	6,8	8,4	5,9	7,9	5,4	7,7
Jan.-set./2008	9,4	11,8	6,9	6,8	8,6	6,2	8,1	5,7	7,9
2009									
Janeiro	8,6	11,2	6,4	6,6	9,4	5,6	8,2	5,4	8,0
Fevereiro	9,1	11,0	6,8	6,4	10,0	6,0	8,5	6,3	8,3
Março	10,4	11,9	6,6	6,9	10,5	6,4	9,0	6,3	8,8
Abril	10,6	12,4	6,8	6,8	10,2	6,2	8,9	6,1	8,7
Maio	10,5	12,1	6,7	6,6	10,2	6,1	8,8	5,5	8,6
Junho	10,2	11,2	6,9	6,3	9,0	5,6	8,1	5,2	7,9
Julho	10,2	11,4	6,1	6,3	8,9	5,8	8,0	5,6	7,8
Agosto	10,9	11,4	7,5	5,6	9,1	5,4	8,1	5,7	7,9
Setembro	10,5	10,9	6,4	5,5	8,7	5,4	7,7	n.d.	n.d.
Jan.-set./2009	10,1	11,5	6,7	6,3	9,6	5,8	8,4	5,8	8,3

Fontes:PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d.= não-disponível.

TABELA IV.2

Taxa de desemprego aberto: PED

(Em %)

Período	SP	DF	POA	SAL	RE	BH
2002 ^a	12,2	12,8	10,2	16,5	11,4	11,6
2003	12,7	14,6	11,0	17,1	13,6	12,2
2004	11,8	13,2	10,7	15,0	14,4	12,7
2005	10,6	12,4	10,3	14,3	13,8	11,0
2006	10,4	11,4	10,3	14,9	13,5	9,8
2007	10,1	11,5	9,6	13,9	12,4	8,8
2008	9,3	10,9	8,4	12,2	12,1	7,6
Jan.-set./2008	9,5	11,1	8,6	12,2	12,5	8,0
2009						
Janeiro	9,2	10,0	7,6	11,5	10,5	6,9
Fevereiro	9,8	10,2	7,8	11,5	10,8	7,6
Março	10,8	11,1	9,0	12,0	11,8	8,3
Abril	10,9	11,5	9,7	12,7	12,5	9,1
Maio	10,8	11,7	10,1	13,6	12,4	8,9
Junho	10,3	11,2	9,5	13,9	11,8	8,5
Julho	10,5	10,8	9,2	13,3	11,4	8,2
Agosto	10,1	10,4	8,8	12,8	11,9	8,1
Setembro	10,1	10,4	8,4	12,0	12,0	7,8
Jan.-set./2009	10,3	10,8	8,9	12,6	11,7	8,2

Fonte: PED/Dieese.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d.= não-disponível.

TABELA IV.3

Taxa de desemprego oculto por desalento: PED

(Em %)

Período	SP	DF	POA	SAL	RE	BH
2002 ^a	2,0	3,6	1,8	3,2	4,5	2,4
2003	2,1	3,6	2,0	3,4	4,7	2,8
2004	1,9	3,7	1,7	3,1	4,5	2,6
2005	1,6	3,0	1,4	2,8	4,1	2,7
2006	1,5	3,2	1,3	2,1	3,8	2,0
2007	1,3	2,9	1,1	1,7	3,5	1,6
2008	1,1	2,8	n.d.	2,3	3,1	1,3
Jan.-set./2008	1,2	2,8	n.d.	2,4	3,2	1,3
2009						
Janeiro	1,0	2,7	n.d.	2,5	3,3	1,0
Fevereiro	1,1	2,9	n.d.	2,6	3,6	1,0
Março	1,2	3,0	n.d.	2,5	3,8	1,1
Abril	1,1	2,8	n.d.	2,3	3,5	1,0
Mai	1,0	2,6	n.d.	2,4	3,4	1,3
Junho	0,9	2,5	n.d.	2,3	3,1	1,4
Julho	1,1	2,4	n.d.	2,2	3,1	1,5
Agosto	1,1	2,5	n.d.	2,3	2,9	1,3
Setembro	1,1	2,5	n.d.	2,3	3,0	1,3
Jan.-set./2009	1,1	2,7	n.d.	2,4	3,3	1,2

Fonte: PED/Dieese.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d.= não-disponível.

TABELA IV.4

Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED

(Em %)

Período	SP	DF	POA	SAL	RE	BH
2002 ^a	4,9	4,3	3,5	7,7	4,7	4,1
2003	5,1	4,6	3,6	7,6	4,6	4,7
2004	5,1	4,2	3,6	7,6	4,5	4,1
2005	4,9	3,7	2,9	7,4	4,3	3,3
2006	4,1	4,2	2,8	6,7	4,1	2,2
2007	3,6	3,4	2,3	6,3	4,0	1,8
2008	3,1	3,0	2,0	5,9	4,5	1,1
Jan.-set./2008	3,3	3,0	2,1	5,8	4,4	1,2
2009						
Janeiro	2,3	2,9	1,6	5,4	4,5	0,9
Fevereiro	2,6	3,1	1,7	5,2	4,7	0,8
Março	2,9	3,1	1,7	5,6	4,7	0,8
Abril	3,0	3,2	1,8	5,5	4,7	0,7
Mai	3,0	2,7	1,8	5,6	4,6	0,8
Junho	3,0	2,7	1,8	5,1	4,5	1,1
Julho	3,2	2,6	2,0	5,4	4,4	1,3
Agosto	2,9	2,7	1,9	4,9	4,7	1,5
Setembro	2,8	2,3	n.d.	4,4	4,9	1,3
Jan.-set./2009	2,9	2,8	1,8	5,2	4,6	1,0

Fonte: PED/Dieese.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d.= não-disponível.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.5

Taxa de desemprego total: PED

(Em %)

Período	SP	DF	POA	SAL	RE	BH
2002 ^a	19,1	20,7	15,4	27,4	20,5	18,1
2003	19,9	22,8	16,6	28,1	22,9	19,8
2004	18,8	21,1	15,9	25,7	23,3	19,4
2005	17,0	19,1	14,6	24,5	22,2	16,9
2006	15,9	18,8	14,4	23,7	21,4	14,0
2007	15,0	17,8	12,9	21,9	19,9	12,3
2008	13,5	16,7	11,3	20,3	19,7	10,0
Jan.-set./2008	13,9	17,0	11,6	20,4	20,2	10,5
2009						
Janeiro	12,5	15,7	10,0	19,4	18,3	8,8
Fevereiro	13,5	16,3	10,4	19,4	19,1	9,4
Março	14,9	17,2	11,7	20,1	20,3	10,2
Abril	15,0	17,5	12,1	20,5	20,7	10,8
Maiο	14,8	17,0	12,6	21,6	20,4	11,0
Junho	14,2	16,4	12,0	21,3	19,4	11,0
Julho	14,8	15,9	12,0	20,9	18,9	11,0
Agosto	14,2	15,5	11,6	20,0	19,5	10,9
Setembro	14,1	15,3	11,3	19,4	19,7	10,4
Jan.-set./2009	14,2	16,3	11,5	20,3	19,6	10,4

Fonte: PED/Dieese.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d.= não-disponível.

TABELA IV.6

Taxa de desemprego por gênero : PME

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	9,9	13,9
2003	10,1	15,2
2004	9,1	14,4
2005	7,8	12,4
2006	8,1	12,2
2007	7,4	11,5
2008	6,1	10,0
Jan.-set./2008	6,2	10,3
2009		
Janeiro	6,3	10,4
Fevereiro	6,7	10,6
Março	7,3	11,1
Abril	7,2	10,9
Maiο	7,3	10,7
Junho	6,8	9,7
2008		
Julho	6,6	9,6
Agosto	6,6	9,9
Setembro	6,3	9,3
Jan.-set./2009	6,8	10,2

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.7

Taxa de desemprego por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8 - 10	> = 11
2002 ^a	12,0	15,4	9,6
2003	12,0	16,6	10,7
2004	10,5	15,8	10,4
2005	8,8	13,4	9,1
2006	8,9	13,6	9,2
2007	8,1	12,6	8,8
2008	6,7	10,6	7,5
Jan.-set./2008	6,9	10,8	7,8
2009			
Janeiro	6,9	10,2	8,2
Fevereiro	7,0	10,3	8,6
Março	7,1	11,3	9,2
Abril	7,4	11,4	8,8
Maio	7,5	11,5	8,6
Junho	6,7	10,5	8,0
Julho	6,7	10,6	7,8
Agosto	6,6	11,0	7,8
Setembro	6,3	10,6	7,4
Jan.-set./2009	6,9	10,8	8,3

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.8

Taxa de desemprego por faixa etária

(Em %)

Período	15 - 17	18 - 24	25 - 49	> = 50
2002 ^a	34,2	21,6	9,0	4,9
2003	38,2	23,4	9,4	5,3
2004	35,4	22,5	8,7	4,7
2005	33,3	20,6	7,4	3,7
2006	32,6	21,1	7,6	3,7
2007	31,9	19,8	7,2	3,2
2008	28,8	16,6	6,3	2,8
Jan.-set./2008	29,5	17,3	6,3	2,9
2009				
Janeiro	27,2	16,9	6,8	3,3
Fevereiro	27,9	18,0	7,0	3,3
Março	32,0	19,9	7,2	3,1
Abril	31,7	19,1	7,2	3,2
Maio	29,5	18,9	7,2	3,3
Junho	27,7	17,6	6,6	3,1
Julho	27,7	17,4	6,5	2,8
Agosto	29,3	17,4	6,6	3,0
Setembro	27,2	16,5	6,5	2,7
Jan.-set./2009	28,9	18,0	6,8	3,1

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.9

Taxa de desemprego por posição na família: PME

(Em %)

Período	Chefe	Outros
2002 ^a	7,1	15,7
2003	7,2	16,9
2004	6,4	15,9
2005	5,6	13,6
2006	5,6	13,7
2007	5,0	12,9
2008	4,3	11,0
Jan.-set./2008	4,4	11,3
2009		
Janeiro	4,7	11,2
Fevereiro	5,0	11,5
Março	4,9	12,6
Abril	5,0	12,2
Maio	4,9	12,2
Junho	4,6	11,2
Julho	4,5	11,0
Agosto	4,6	11,2
Setembro	4,3	10,7
Jan.-set./2009	4,7	11,5

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.10

Composição do desemprego por gênero: PME

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2002 ^a	47,7	52,3
2003	45,4	54,6
2004	43,6	56,4
2005	43,5	56,5
2006	44,8	55,2
2007	43,3	56,7
2008	41,9	58,1
Jan.-set./2008	42,0	58,0
2009		
Janeiro	41,7	58,3
Fevereiro	43,3	56,7
Março	43,9	56,1
Abril	44,1	55,9
Maio	44,5	55,5
Junho	45,1	54,9
Julho	44,8	55,2
Agosto	43,6	56,4
Setembro	44,0	56,0
Jan.-set./2009	43,9	56,1

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.11

Composição do desemprego por posição na família: PME

(Em %)

Período	Chefe	Outros
2002 ^a	29,2	70,8
2003	27,6	72,4
2004	26,1	73,9
2005	26,4	73,6
2006	26,1	73,9
2007	24,8	75,2
2008	25,3	74,7
Jan.-set./2008	24,9	75,1
2009		
Janeiro	26,5	73,5
Fevereiro	27,3	72,7
Março	25,2	74,8
Abril	26,0	74,0
Maio	25,7	74,3
Junho	26,4	73,6
Julho	26,2	73,8
Agosto	26,2	73,8
Setembro	25,4	74,6
Jan.-set./2009	26,1	73,9

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.12

Composição do desemprego por faixa etária: PME

(Em %)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2002 ^a	0,7	8,3	36,8	48,0	6,2
2003	0,9	9,0	36,5	47,0	6,6
2004	0,7	8,6	37,4	46,7	6,6
2005	0,5	8,1	38,6	46,5	6,4
2006	0,5	7,9	38,2	46,9	6,4
2007	0,6	7,6	37,7	48,0	6,2
2008	0,6	7,6	36,0	49,1	6,7
Jan.-set./2008	0,7	7,7	36,7	48,3	6,6
2009					
Janeiro	0,6	6,5	33,6	51,4	7,9
Fevereiro	0,2	6,4	34,9	50,7	7,6
Março	0,2	7,1	36,9	49,0	6,8
Abril	0,5	7,0	35,9	49,7	6,9
Maio	0,4	6,1	35,6	50,7	7,1
Junho	0,4	6,2	35,6	50,4	7,4
Julho	0,6	6,1	35,9	50,6	6,8
Agosto	0,6	6,3	35,2	50,5	7,4
Setembro	0,4	5,9	35,2	51,7	6,9
Jan.-set./2009	0,4	6,4	35,4	50,5	7,2

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

IV. DESEMPREGO

TABELA IV.13

Composição do desemprego por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8 - 10	> = 11
2002 ^a	36,2	26,9	36,8
2003	33,2	26,9	39,8
2004	29,9	26,9	43,2
2005	27,7	26,1	46,2
2006	26,4	25,7	47,8
2007	24,2	25,1	50,7
2008	22,5	24,6	52,9
Jan.-set./2008	22,6	24,3	53,1
2009			
Janeiro	21,4	21,9	56,7
Fevereiro	21,1	21,2	57,7
Março	19,7	22,0	58,4
Abril	20,5	22,6	56,9
Maio	20,8	23,2	56,0
Junho	20,1	23,1	56,8
Julho	20,4	23,6	56,1
Agosto	19,9	24,4	55,7
Setembro	20,2	24,3	55,5
Jan.-set./2009	20,4	22,9	56,6

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

TABELA IV.14

Composição do desemprego por faixa de duração

(Em %)

Período	<1	1 - 6	7 - 11	12 - 23	> = 24
2002 ^a	20,8	40,8	9,8	14,4	14,3
2003	18,3	47,6	10,8	12,0	11,4
2004	20,5	43,6	9,8	13,5	12,6
2005	22,5	43,9	9,1	12,7	11,8
2006	21,6	46,5	9,3	12,4	10,2
2007	24,3	46,7	8,3	12,2	8,5
2008	23,8	48,9	8,4	10,7	8,3
Jan.-set./2008	23,7	49,0	7,7	11,0	8,6
2009					
Janeiro	33,2	46,0	7,1	8,1	5,7
Fevereiro	28,6	51,4	6,2	7,8	6,0
Março	24,7	53,9	6,8	7,4	7,2
Abril	23,4	55,2	6,0	8,4	7,0
Maio	22,7	55,2	7,3	8,5	6,4
Junho	24,8	52,9	7,6	8,5	6,3
Julho	26,5	50,7	8,7	8,4	5,8
Agosto	27,9	46,8	10,2	9,0	6,1
Setembro	24,0	48,1	12,2	10,1	5,6
Jan.-set./2009	26,2	51,1	8,0	8,5	6,2

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar.-dez.

V. SEGURO-DESEMPREGO

TABELA V.1

Requerentes, segurados e valor médio do benefício

Período	Requerentes	Segurados	Taxa de habilitação	V.M.B. ^b
2002 ^a	4.884.001	4.803.535	98,35	1,42
2003 ^a	5.051.407	4.971.712	98,42	1,38
2004 ^a	4.892.760	4.812.008	98,35	1,39
2005 ^a	5.473.693	5.362.968	97,98	1,36
2006 ^a	5.857.041	5.749.511	98,16	1,31
2007 ^a	6.275.716	6.149.789	97,99	1,29
2008 ^a	6.950.857	6.816.600	98,07	1,28
Jan.-set./2008	5.182.373	5.083.124	98,08	1,28
2009				
Janeiro	732.863	718.806	98,08	1,34
Fevereiro	622.643	611.077	98,14	1,26
Março	805.055	789.991	98,13	1,27
Abril	686.211	672.831	98,05	1,27
Maio	651.431	637.961	97,93	1,27
Junho	648.726	635.357	97,94	1,27
Julho	657.086	641.866	97,68	1,28
Agosto	559.295	545.062	97,46	1,28
Setembro	467.987	455.278	97,28	1,29
Jan.-set./2009	5.831.297	5.708.229	97,89	1,28

Fonte: MTE.

Nota: A atualização das estatísticas do seguro-desemprego estão sendo coletadas na seção SAEG.net, no site do Ministério do Trabalho e Emprego.

^a Os valores anuais se referem a soma dos valores dos respectivos anos diferentemente das demais tabelas que são médias.

^b Valor médio do benefício em SMR.

VI. RENDIMENTOS

TABELA VI.1

Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região

(Em R\$ de setembro de 2009)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT ^b	Total
2002 ^a	964,05	970,30	1.136,55	1.329,56	1.491,42	1.230,61	1.324,73	n.d.	n.d.
2003	835,10	916,79	1.030,13	1.128,62	1.322,73	1.123,46	1.167,39	1.100,45	1.162,71
2004	814,30	898,02	1.027,89	1.115,55	1.301,94	1.130,54	1.152,49	1.135,24	1.151,28
2005	840,42	914,81	1.051,19	1.139,63	1.318,08	1.116,79	1.170,17	1.126,23	1.167,10
2006	880,18	964,34	1.093,14	1.170,79	1.384,91	1.154,04	1.216,46	1.214,81	1.216,35
2007	903,63	988,95	1.132,78	1.238,67	1.410,33	1.202,80	1.255,28	1.226,57	1.253,27
2008	891,13	1.055,26	1.184,91	1.303,60	1.443,65	1.233,10	1.297,90	1.296,80	1.297,82
Jan.-set./2008	887,91	1.041,68	1.166,50	1.297,93	1.441,18	1.233,70	1.292,17	1.279,97	1.291,31
2009									
Janeiro	913,36	1.041,12	1.207,41	1.311,55	1.554,74	1.285,74	1.352,40	1.380,83	1.354,39
Fevereiro	880,07	1.050,54	1.235,97	1.334,03	1.529,47	1.297,97	1.350,48	1.354,25	1.350,74
Março	848,89	1.073,59	1.214,81	1.364,24	1.513,63	1.291,16	1.347,97	1.395,21	1.351,28
Abril	886,40	1.067,33	1.192,46	1.371,22	1.483,55	1.298,96	1.338,20	1.304,84	1.335,86
Mai	852,14	1.085,97	1.243,30	1.321,62	1.473,59	1.269,80	1.323,76	1.310,85	1.322,86
Junho	853,05	1.084,77	1.263,11	1.304,57	1.467,51	1.267,04	1.319,31	1.345,64	1.321,15
Julho	896,49	1.120,22	1.242,81	1.358,87	1.439,64	1.288,21	1.326,27	1.341,92	1.327,37
Agosto	889,79	1.099,10	1.262,09	1.374,59	1.458,09	1.294,00	1.338,85	1.403,08	1.343,34
Setembro	938,70	1.130,40	1.229,20	1.372,90	1.473,70	1.296,20	1.346,70	n.d.	n.d.
Jan.-set./2009	884,32	1.083,67	1.232,35	1.345,95	1.488,21	1.287,67	1.338,22	1.354,58	1.338,37

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período mar.-dez.

^b Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.

n.d.= não-disponível.

TABELA VI.2

Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região

(Em R\$ Agosto 2009)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT ^b	Total
2002 ^a	945,88	982,99	1.137,13	1.301,31	1.501,58	1.200,09	1.318,92	n.d.	n.d.
2003	816,23	910,90	1.021,82	1.130,60	1.299,35	1.110,28	1.154,49	1.060,66	1.147,92
2004	791,64	892,77	1.021,75	1.115,63	1.317,71	1.125,57	1.156,31	1.086,93	1.151,45
2005	844,64	933,64	1.058,87	1.144,78	1.339,63	1.125,79	1.183,79	1.112,48	1.178,80
2006	899,62	982,34	1.108,40	1.179,20	1.413,98	1.168,21	1.236,03	1.224,53	1.235,22
2007	926,51	1.021,51	1.144,82	1.254,41	1.442,19	1.226,38	1.279,85	1.256,18	1.278,19
2008	912,67	1.060,80	1.203,60	1.340,12	1.483,20	1.265,25	1.329,96	1.299,08	1.327,80
Jan.-ago./2008	872,82	1.033,13	1.152,42	1.300,20	1.428,86	1.231,47	1.284,28	1.248,10	1.281,74
2009									
Janeiro	854,75	1.039,80	1.194,71	1.317,54	1.523,38	1.277,94	1.335,37	1.303,31	1.333,13
Fevereiro	820,73	1.048,91	1.178,57	1.339,20	1.494,93	1.271,94	1.324,42	1.365,05	1.327,26
Março	869,54	1.043,00	1.161,84	1.353,60	1.478,31	1.296,77	1.324,82	1.286,38	1.322,13
Abril	847,43	1.075,26	1.215,80	1.306,21	1.467,32	1.267,23	1.313,43	1.266,28	1.310,13
Mai	836,33	1.071,67	1.235,76	1.286,33	1.466,48	1.257,68	1.308,42	1.315,40	1.308,91
Junho	875,23	1.095,00	1.216,36	1.337,83	1.438,97	1.276,94	1.313,18	1.322,68	1.313,84
Julho	873,40	1.083,26	1.237,59	1.354,97	1.442,05	1.276,60	1.320,96	1.374,51	1.324,71
Agosto	919,44	1.114,03	1.207,93	1.355,89	1.467,21	1.289,99	1.334,44	n.d.	n.d.
Jan.-ago./2009	862,11	1.071,37	1.206,07	1.331,45	1.472,33	1.276,89	1.321,88	1.319,09	1.320,31

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período mar.-dez.

^b Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.

n.d.= não-disponível.

TABELA VI.3

Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação

(Em R\$ de setembro de 2009)

Período	Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
	Com carteira	Sem carteira	Total			
2002 ^a	1.282,89	810,07	1.157,22	1.845,90	1.137,08	1.324,73
2003	1.186,59	744,09	1.062,09	1.714,80	921,10	1.167,39
2004	1.183,00	739,31	1.055,30	1.678,93	915,13	1.152,49
2005	1.172,77	771,06	1.060,35	1.742,22	933,49	1.170,17
2006	1.212,88	794,90	1.103,35	1.837,55	977,14	1.216,46
2007	1.224,31	834,55	1.128,90	1.950,76	1.041,36	1.255,28
2008	1.249,14	845,38	1.156,32	2.030,37	1.084,34	1.297,90
Jan.-set./2008	1.235,19	851,77	1.146,70	2.007,17	1.086,52	1.292,17
2009						
Janeiro	1.291,48	877,26	1.200,31	2.179,50	1.119,39	1.352,40
Fevereiro	1.303,06	875,01	1.209,84	2.129,31	1.116,63	1.350,48
Março	1.287,18	884,54	1.199,45	2.115,10	1.124,26	1.347,97
Abril	1.273,95	845,30	1.181,48	2.129,71	1.105,15	1.338,20
Maio	1.271,69	892,03	1.184,50	2.043,21	1.104,46	1.323,76
Junho	1.240,59	890,53	1.163,08	2.056,03	1.134,63	1.319,31
Julho	1.269,75	871,55	1.183,55	2.133,38	1.126,93	1.326,27
Agosto	1.261,03	912,09	1.185,11	2.170,32	1.123,82	1.338,85
Setembro	1.286,00	891,60	1.198,50	2.164,00	1.129,40	1.346,70
Jan.-set./2009	1.276,08	882,21	1.189,53	2.124,51	1.120,52	1.338,22

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período mar-dez.

TABELA VI.4

Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação

(Em R\$ de agosto de 2009)

Período	Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
	Com carteira	Sem carteira	Total			
2002 ^a	1.306,79	783,17	1.166,98	1.875,33	1.086,68	1.318,92
2003	1.208,84	716,80	1.070,11	1.727,80	876,97	1.154,49
2004	1.212,98	723,73	1.071,77	1.708,45	889,44	1.156,31
2005	1.210,52	757,67	1.084,73	1.792,21	918,42	1.183,79
2006	1.261,56	781,08	1.136,45	1.918,55	952,74	1.236,03
2007	1.282,57	830,16	1.173,02	2.047,35	1.011,97	1.279,85
2008	1.307,47	831,16	1.198,77	2.133,95	1.067,67	1.329,96
Jan.-ago./2008	1.238,05	824,51	1.142,69	2.012,26	1.061,50	1.282,74
2009						
Janeiro	1.304,71	840,95	1.203,69	2.135,20	1.069,75	1.335,37
Fevereiro	1.280,88	850,78	1.187,15	2.100,18	1.077,89	1.324,42
Março	1.273,51	819,86	1.175,78	2.133,26	1.075,50	1.324,82
Abril	1.272,93	866,72	1.184,42	2.041,91	1.079,37	1.313,43
Maio	1.237,57	867,60	1.155,73	2.055,12	1.112,13	1.308,42
Junho	1.267,54	850,62	1.177,36	2.129,42	1.094,01	1.313,18
Julho	1.252,21	881,68	1.171,63	2.159,34	1.096,26	1.320,96
Agosto	1.282,26	866,02	1.189,82	2.155,29	1.110,40	1.334,44
Jan.-ago./2009	1.271,45	855,53	1.180,70	2.113,71	1.089,41	1.321,88

Fonte: PME/IBGE.

^a Média referente ao período fev.-dez.

VI. RENDIMENTOS

TABELA VI.5

Salário mínimo real

(Em R\$ de setembro de 2009)

Período	SMR	
2002	122,56	
2003	169,15	
2004	197,80	
2005	236,78	
2006	287,72	
2007	330,55	
2008	387,00	
	Jan.-set./2008	382,42
2009	Janeiro	404,57
	Fevereiro	454,72
	Março	455,63
	Abril	458,14
	Maio	460,89
	Junho	462,82
	Julho	463,89
	Agosto	464,26
	Setembro	465,00
	Jan.-set./2009	454,43

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

VII. INFORMALIDADE

TABELA VII.1

Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana (Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2002 ^a	23,9	22,0	19,9	20,9	21,9	18,1	21,2	n.d.	n.d.
2003	24,6	22,0	21,4	20,5	23,1	18,6	21,9	17,1	21,6
2004	23,9	21,2	22,2	20,7	24,4	19,0	22,5	17,8	22,2
2005	23,5	22,4	20,8	20,4	24,3	19,1	22,3	16,3	22,0
2006	23,6	22,8	20,4	19,6	23,2	18,9	21,7	14,9	21,2
2007	22,2	21,9	20,7	18,6	21,9	18,8	20,7	15,0	20,4
2008	19,8	22,0	19,4	18,2	20,4	18,4	19,7	16,8	19,5
Jan.-set./2008	20,1	21,8	19,7	18,3	20,4	18,6	19,8	17,0	19,6
2009									
Janeiro	17,6	21,1	17,6	17,6	19,8	16,6	18,7	16,0	18,5
Fevereiro	18,6	20,5	17,4	17,4	20,1	16,7	18,8	15,0	18,6
Março	17,8	19,2	18,6	17,1	19,9	17,4	18,7	14,5	18,4
Abril	18,4	19,3	18,2	17,7	19,9	17,3	18,8	14,7	18,5
Mai	17,7	19,4	18,7	17,7	20,4	17,1	19,1	14,4	18,8
Junho	17,5	19,6	18,0	17,6	20,4	17,1	18,9	14,6	18,7
Julho	16,6	19,9	17,9	18,1	20,0	16,9	18,8	14,3	18,6
Agosto	18,0	21,3	17,8	17,6	20,2	16,8	19,0	13,2	18,6
Setembro	17,3	20,6	19,2	18,0	20,5	16,7	19,2	n.d.	n.d.
Jan.-set./2009	17,7	20,1	18,2	17,7	20,1	17,0	18,9	14,6	18,6

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d.= não-disponível.

TABELA VII.2

Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana (Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2002 ^a	22,6	22,3	19,5	22,4	16,4	19,5	19,4	n.d.	n.d.
2003	24,1	22,4	19,4	22,6	17,5	19,5	20,0	20,6	20,1
2004	24,2	24,5	19,0	23,3	17,9	18,7	20,3	19,5	20,2
2005	22,6	23,1	18,6	23,2	16,5	17,8	19,4	19,5	20,2
2006	22,0	22,5	18,2	23,1	16,1	18,7	19,2	19,5	20,2
2007	21,2	22,7	17,8	22,8	17,2	18,2	19,4	19,8	19,4
2008	22,8	21,3	16,7	22,3	16,7	17,3	18,8	18,1	18,8
Jan.-set./2008	22,5	21,7	16,9	22,5	16,7	17,2	18,9	18,1	18,8
2009									
Janeiro	24,3	20,0	16,9	21,2	16,8	16,9	18,6	18,4	18,6
Fevereiro	23,6	21,2	16,5	21,9	16,9	17,5	18,9	19,5	18,9
Março	23,2	21,5	16,2	22,3	16,5	17,9	18,8	19,6	18,9
Abril	22,5	21,1	16,5	22,7	16,0	17,2	18,6	20,3	18,7
Mai	23,9	21,7	16,6	22,6	15,6	17,5	18,6	20,3	18,7
Junho	23,5	21,8	16,5	22,4	15,7	17,6	18,5	18,8	18,6
Julho	23,6	21,8	16,7	22,9	15,9	16,7	18,7	19,0	18,7
Agosto	23,1	21,4	16,6	22,4	16,5	17,5	18,8	19,9	18,9
Setembro	23,3	20,4	16,6	22,5	16,4	17,9	18,8	n.d.	n.d.
Jan.-set./2009	23,4	21,2	16,6	22,3	16,3	17,4	18,7	19,5	18,7

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período mar.-dez.

n.d.= não-disponível.

TABELA VII.3

Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2002 ^a	88,8	84,5	59,2	66,9	65,1	54,3	67,0	n.d.	n.d.
2003	84,7	96,6	62,0	59,9	73,6	51,3	68,5	47,6	67,1
2004	74,2	91,8	78,8	54,6	74,9	48,4	67,5	51,8	66,4
2005	79,8	83,5	71,3	50,0	63,1	51,4	59,6	46,1	58,7
2006	91,8	81,7	63,9	56,2	59,1	55,0	61,3	46,5	60,3
2007	81,2	86,3	54,8	53,5	51,3	52,6	54,2	37,5	53,0
2008	78,5	79,1	51,6	51,1	58,8	52,4	57,0	43,2	56,0
Jan.-ago./2008	70,3	70,7	48,9	41,8	52,0	46,6	50,2	38,8	49,4
2009									
Janeiro	62,7	56,6	44,1	49,5	63,2	40,6	55,1	50,7	54,9
Fevereiro	72,4	48,3	49,7	62,9	47,5	52,0	50,6	41,2	49,9
Março	70,9	62,0	37,2	58,3	57,8	52,9	55,3	36,2	54,0
Abril	86,2	66,7	36,3	45,4	47,6	45,4	46,9	34,8	46,0
Maiο	64,7	47,2	45,7	63,2	37,4	37,4	42,6	53,8	43,4
Junho	84,9	76,9	56,4	56,1	43,3	46,6	49,0	37,0	48,2
Julho	84,9	78,2	50,4	50,9	34,7	36,7	42,0	52,9	42,7
Agosto	63,0	69,3	47,1	42,3	50,3	48,0	48,1	n.d.	n.d.
Jan.-ago./2009	73,7	63,2	45,9	53,6	47,7	45,0	48,7	43,8	48,4

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período fev.-dez.

n.d.= não-disponível.

TABELA VII.4

Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2002 ^a	40,9	44,6	9,4	19,7	12,1	3,3	20,5	n.d.	n.d.
2003	62,5	63,7	18,4	35,3	34,8	8,3	37,8	8,9	35,7
2004	49,9	57,4	19,6	29,7	34,8	13,7	36,3	10,5	34,4
2005	42,3	54,2	19,4	25,0	29,5	11,4	31,7	-0,6	29,2
2006	54,3	58,1	13,8	27,7	31,4	1,6	32,3	-3,1	29,4
2007	44,8	61,3	12,9	22,0	24,8	5,0	26,6	0,8	24,6
2008	46,9	58,5	10,2	16,9	19,3	6,3	22,3	3,1	20,8
Jan.-ago./2008	38,7	57,6	6,6	6,8	15,8	2,9	16,7	1,5	15,5
2009									
Janeiro	45,8	49,6	9,2	31,2	12,5	-0,9	22,0	6,0	20,8
Fevereiro	41,8	53,6	3,3	28,4	7,8	3,1	18,8	2,4	17,6
Março	65,8	46,2	6,7	26,8	7,3	-0,1	18,4	4,5	17,4
Abril	61,0	47,8	7,0	19,8	7,8	0,5	17,9	-1,1	16,5
Maiο	58,0	53,7	0,4	12,0	1,3	-3,0	11,3	3,5	10,7
Junho	50,4	49,3	7,9	10,3	11,5	-2,6	15,9	-2,5	14,5
Julho	49,9	62,8	4,9	12,2	6,9	-1,7	14,2	-7,2	12,5
Agosto	59,3	45,1	4,6	13,9	9,9	-2,5	15,5	n.d.	n.d.
Jan.-ago./2009	54,0	51,0	5,5	19,3	8,1	-0,9	16,7	0,8	15,7

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

^a Média referente ao período fev.-dez.

n.d.= não-disponível.

EDITORIAL

Coordenação

Iranilde Rego

Revisão

Cláudio Passos de Oliveira

Luciana Dias Jabbour

Marco Aurélio Dias Pires

Reginaldo da Silva Domingos

Leonardo Moreira de Souza (Estagiário)

Maria Angela de Jesus Silva (Estagiária)

Editoração

Bernar José Vieira

Cláudia Mattosinhos Cordeiro

Everson da Silva Moura

Renato Rodrigues Bueno

Eudes Nascimento Lins (Estagiário)

Helenne Schroeder Sanderson (Estagiária)

Livraria

SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - Térreo

70076-900 - Brasília - DF

Tel.: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Triagem: 130 Exemplares